

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Pós-Graduação em Ciência Política

Mariela Campos Rocha

**COMPORTAMENTO ELEITORAL E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA AMÉRICA
LATINA**

Belo Horizonte
2018

Mariela Campos Rocha

**COMPORTAMENTO ELEITORAL E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA AMÉRICA
LATINA**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em
Ciência Política do Departamento de Ciência
Política da Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito para obtenção do título de Doutora
em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Mario Fuks

Linha de pesquisa: Comportamento Político e
Opinião Pública.

**Belo Horizonte
2018**

320
R672c
2018

Rocha, Mariela Campos.

Comportamento eleitoral e instituições políticas na América Latina [manuscrito] / Mariela Campos Rocha. - 2018.

142 f.

Orientador: Mario Fuks.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.Ciência política – Teses. 2.Voto - Teses 3.Partidos políticos - Teses. 4. Eleições - Teses. 5.América Latina – Política e governo - Teses. I. Fuks, Mario. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Comportamento eleitoral e instituições políticas na América Latina

MARIELA CAMPOS ROCHA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em CIÊNCIA POLÍTICA, área de concentração INSTITUIÇÕES, COMPORTAMENTO POLÍTICO E POLÍTICAS PÚBLICAS, linha de pesquisa Comportamento Político.

Aprovada em 16 de agosto de 2018, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Mario Fuks - Orientador
UFMG

Prof(a). Luciana Fernandes Veiga - Videoconferência
UNIRIO

Prof(a). Julian Borba
UFSC

Prof(a). Bruno Pinheiro Wanderley Reis
UFMG

Prof(a). Carlos Ranulfo Felix de Melo
UFMG

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2019.

À minha filha, Paula, com amor.

AGRADECIMENTOS

Inicio os meus agradecimentos em direção à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em especial ao Departamento de Ciência Política (DCP - UFMG) e ao Programa de Pós de Graduação em Ciência Política (PPGCP - UFMG) , à Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e à *University of Texas at Austin* (UT) por reconhecer a relevância dessas instituições ao meu doutoramento, uma vez que, cada uma a seu modo me dispensou o seu apoio viabilizando a realização desta pesquisa.

Agradeço aos membros desta banca, os professores Bruno Reis, Carlos Ranulfo, Julian Borba e Luciana Veiga pela colaboração ao longo da minha trajetória acadêmica e pela disposição em participar de um momento tão importante como este, cedendo o seu tempo à leitura e debate sobre o meu trabalho. Em especial, agradeço muito ao meu orientador Mario Fuks, que sempre se fez presente, me oferecendo a sua atenção, sua dedicação, seus conselhos e conduzindo grande parte do meu trabalho e da minha formação como Cientista Política.

Pensando ainda na minha trajetória, quero agradecer a todos os professores da UFMG, da UT e do grupo de pesquisadores sobre comportamento político e opinião pública, que contribuíram e estiveram ao meu lado de diversas maneiras, por meio de aulas, conversas, palestras, debates, projetos, pesquisas, bancas, sugestões, soluções e amizades, em especial às professoras Marjorie Marona e Carla Muhammad e aos professores Leonardo Avritzer, Jorge Alexandre, Ednaldo Ribeiro e Zachary Elkins. Ao Zachary Elkins, eu ainda quero agradecer por sua generosidade em me receber em Austin, e dizer que isso me proporcionou uma experiência maravilhosa tanto acadêmica quanto de vida.

Agradeço com todo o meu carinho aos profissionais que realizam o trabalho burocrático na UFMG, e nos auxiliam com toda a parte formal do cotidiano acadêmico e suas adversidades. E que, para além da competência e boa vontade que dispensam ao trabalho, eles se tornaram amigos queridos: obrigada, Alessandro, Thaís e Marlene do DCP e PPGCP e obrigada, Priscila e Dayane do IPEAD.

Algo muito significativo à minha formação e à elaboração desta tese foi a oportunidade de participar de excelentes núcleos de pesquisa, onde eu li, aprendi, debati, descobri, colaborei e fiz amigos. O meu muito obrigada ao Centro de Estudos do Comportamento Político (CECOMP), ao Projeto de Democracia Participativa (PRODEP) do Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação (INCT) e ao *Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies* (LILLAS).

Tenho uma enorme gratidão àqueles colegas que me presentearam com a sua amizade e que contribuíram de alguma maneira com esta tese, por meio de discussões sobre aspectos da teoria e da metodologia aqui empregada, leitura crítica, sugestões de literatura, de software, de banco de dados, auxílio nas dúvidas que surgiram ao longo do caminho, revisão do texto, parcerias em artigos, apoio, carinho, risadas e ajuda de diferentes formas na esfera pessoal. Obrigada principalmente ao Gabriel Casalecchi e à Nerea. Muito obrigada aos queridos e queridas Joel, Tábata, Audrey, Eduardo, Sabrina, Jaque, Felipe, Natália, Leo, Priscila Zanandrez, Bárbara, Ariel, Priscila Delgado, Beatriz, Danúbia, Débora, Robert, Isis, Carina, Shirley, Iris e Waneska. Às manas, um super valeu, foi muito empoderamento e aconchego com as maravilhosas Johanna, Clarisse, Helga, Maressa, Maria Alice, Marcinha, Larissa e Iara.

Não posso deixar de dizer o meu muito obrigada aos amigos que fizeram os meus dias mais fáceis e alegres enquanto eu estive em Austin, e que entraram definitivamente para a minha vida em um lugar muito especial do meu coração. Obrigada, “*gracias*”, “*thank you*” à Patrícia Maestri e toda sua linda família; à querida família Olinde: Lindsay, Joseph e Marie; à Lisa Guet, Cindy e Michael Ybarra; Josefina Castillo; Lorena Martinez e Alex Gonzalez.

Obrigada pelo apoio dos queridos Sebastião Quadros e Andrea Trindade. Obrigada às amigas amadas da vida toda, especialmente à Michelle Tardioli, Danielle Durães, Márcia Garcia, Priscila Rocha, Priscila Júlio, Gabriela Rabello e Rafaela Araújo, vocês são imprescindíveis pra mim, estiveram sempre comigo, acreditando, apoiando, ajudando nas horas mais difíceis, comemorando cada pequena vitória! Vocês são incríveis, vocês são demais!

Quase me faltam palavras para exprimir gratidão à minha família toda: vó, tias, tios, primas, primos, irmãos e irmão, aliás, um obrigada especial ao Ulisses, que, para além de todo apoio, ainda contribuiu com esta tese desenhando as figuras 3 e 4, elas ficaram lindas! Agradeço o afeto das minhas sobrinhas maravilhosas: Bruna e Luana, vocês são muito especiais, amo muito! Com muita emoção, eu digo muito obrigada aos melhores desse mundo: mãe, Marluce, e pai, Rafael, eu senti o amor e carinho de vocês em cada ajuda, cada gesto, cada abraço, cada telefonema, cada incentivo! Nada disso seria possível sem vocês, o apoio foi incondicional! Nós concluímos este trabalho juntos!

E à minha filha, Paula, os meus agradecimentos mais sublimes e os meus mais sinceros pedidos de desculpas. Eu sei como foi difícil pra você, minha filha, abdicar de tantas

coisas, fazer tanto silêncio e viver tantas dificuldades ao meu lado. E mesmo assim, ser parceira, compreensiva, alegre, amorosa e ser tudo pra mim. Obrigada.

Em suma, agradeço a Deus, aos amigos que fiz dentro da academia, àqueles que trago de outros tempos e lugares e aos meus familiares. Recebam os meus agradecimentos, vocês ajudaram a tornar esta tese uma realidade. Por parcimônia, eu trouxe poucas palavras e não cito todas as pessoas que eu amo, mas eu seria capaz de escrever um livro ou passar muitas horas falando sobre a gratidão que sinto e seus porquês para tentar explicar parte desse sentimento a cada pessoa que eu admiro e que de alguma forma, mesmo que pareça algo pequeno, acalmou o meu coração em algum momento.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo discutir as variações no comportamento eleitoral dos latino-americanos em eleições presidenciais e de que forma a maior ou menor estabilidade do sistema partidário e o desenho institucional do sistema eleitoral redundariam em ganhos na fomentação da identificação partidária e do voto partidário. Muitos estudos trazem explicações para a identificação partidária, mas neste será considerada a coerência dessa identificação no voto, por meio de uma variável que foi elaborada e chamada de “voto partidário”. Assim, propõe-se pensar sobre qual é o efeito das instituições de sistema partidário e sistema eleitoral sobre a ocorrência do voto partidário nos países latino-americanos. A análise empírica foi desenvolvida utilizando testes multivariados, em modelos hierárquicos de natureza quantitativa, sendo as principais fontes de dados os resultados eleitorais oficiais, utilizando como fontes os sites dos órgãos oficiais que organizam as eleições nacionais em cada país; os dados da *Parliamentary Elites in Latin America* e os dados de 2014 do Barômetro das Américas em 17 países. Por fim, para além de outros achados, os resultados indicaram que a suspeita inicial de que instituições de sistema partidário e eleitoral importam para explicar o comportamento eleitoral foi confirmada, ou, pelo menos é possível afirmar que, para a eleição analisada, nos 17 países latino-americanos estudados, o voto partidário é explicado, em grande parte pelas instituições. Já que, apesar de duas variáveis institucionais terem apresentado o sentido contrário do esperado pelas hipóteses alternativas do trabalho (polarização e tipo de lista para eleições à Câmara dos Deputados), todas elas apresentaram coeficientes expressivos para explicar o voto partidário (fragmentação, estrutura da competição pelo Executivo e proibição ou permissão para candidaturas avulsas). Ou seja, a resposta à questão de pesquisa posta é que tanto os sistemas partidários como sistemas eleitorais exercem influência no comportamento eleitoral dos latino-americanos, apesar de nem sempre apontar na direção esperada.

Palavras-chave: Voto partidário. Identificação partidária. Sistemas partidários. Sistemas eleitorais. América Latina.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss the changes in the electoral behavior of the Latin-Americans in presidential elections, and how higher or lower stability of the political party system and the institutional design of the electoral system result in earnings in the fomentation of identification with a party and with the voting for a party. Many studies bring explanations for the identification with a party, but herein it will be considered the consistency of this identification in the voting, through a variable that was called "partisan vote". Therefore, we propose to think about what effect the institutions of the party system and electoral system have on the occurrence of the partisan vote in Latin-American countries. The empirical analysis was developed using multivariate tests, in hierarchical quantitative models, being the main sources of data the official electoral results, using as sources the websites of official bodies that organize the national elections in each country; the research data from the Parliamentary Elites in Latin America (PELA), and from the Americas Barometer (LAPOP) for 2014 in 17 countries. Finally, in addition to other findings, the results indicated that the initial indication that the party system and the electoral system influence on electoral behavior was confirmed, or at least it is possible to affirm that, for the elections analyzed, in the 17 Latin-American countries studied, the partisan vote is explained in large part by the institutions. Since, although two institutional variables have presented the opposite direction of the expected alternative dissertation hypotheses (polarization and type of list for elections to the House of Representatives), they all presented expressive coefficients to explain the partisan vote (fragmentation, structure of competition for the Executive, and prohibition or permission for independent candidacies). That is, the answer to the research question posed is that both the party systems and electoral systems exert influence on the electoral behavior of the Latin-Americans, although it does not always point in the expected direction.

Keywords: Partisan vote. Party identification. Party systems. Electoral systems. Latin America.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Panorama da democracia na América Latina	29
FIGURA 2 - Partidarismo e voto na América Latina	53
FIGURA 3 - Operacionalização da variável de voto partidário	55
FIGURA 4 - Modelo de Regressão Multinível Logístico Binomial	89

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e EUA	34
GRÁFICO 2 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Argentina	35
GRÁFICO 3 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Bolívia	35
GRÁFICO 4 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Chile	35
GRÁFICO 5 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Guatemala	35
GRÁFICO 6 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Peru	35
GRÁFICO 7 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Brasil	36
GRÁFICO 8 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Colômbia	36
GRÁFICO 9 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Panamá	36
GRÁFICO 10 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Costa Rica	36
GRÁFICO 11 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e El Salvador	36
GRÁFICO 12 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Venezuela	36
GRÁFICO 13 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e México	37
GRÁFICO 14 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Honduras	37
GRÁFICO 15 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Nicarágua	37
GRÁFICO 16 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Paraguai	37
GRÁFICO 17 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Uruguai	37
GRÁFICO 18 - Evolução da Identificação Partidária – América Latina e Equador	38

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Evolução do alinhamento partidário na América Latina	32
QUADRO 2 - Estrutura da competição pelo Executivo	67
QUADRO 3 - Sistema Eleitoral na América Latina	73
QUADRO 4 - Variáveis independentes de Sistema Eleitoral	76
QUADRO 5 - Modelo de Regressão Multinível Logístico Binomial	88
QUADRO 6 - Direção esperada das variáveis explicativas	92

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Evolução da identificação partidária na América Latina	33
TABELA 2 - Volatilidade Eleitoral	40
TABELA 3 - Identificação Partidária e Voto Partidário	57
TABELA 4 - Fragmentação Eleitoral	69
TABELA 5 - Média de polarização ponderada nos sistemas partidários latino-americanos	71
TABELA 6 - Variáveis de controle	81
TABELA 7 - Teste de correlação das variáveis independentes de nível 2	82
TABELA 8 - Média das variáveis socioeconômicas de nível 1	85
TABELA 9 - Média das variáveis de opinião, percepção e comportamento político – Nível 1	97
TABELA 10 - Determinantes do VP na América Latina 2014 - Blocos de Modelos 1	96
TABELA 11 - Determinantes da IP na América Latina 2014 – Blocos de Modelos 2	97

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 COMPORTAMENTO ELEITORAL NA AMÉRICA LATINA: PARTIDARISMO E PERSONALISMO	25
2.1 IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA RECENTE NA AMÉRICA LATINA	27
2.2 VOLATILIDADE E ALINHAMENTOS DO VOTO NA AMÉRICA LATINA	40
2.3 ENTRE O PARTIDARISMO E O PERSONALISMO	45
2.4 VOTO PARTIDÁRIO	52
3 VARIAÇÕES E VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA	60
3.1 SISTEMAS PARTIDÁRIOS NA AMÉRICA LATINA	60
3.1.1 OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS DE SISTEMA PARTIDÁRIO	66
3.2 SISTEMAS ELEITORAIS NA AMÉRICA LATINA	73
4 DADOS E MÉTODOS	79
4.1 VARIÁVEIS	79
4.2 MODELOS	88
5 DAS INSTITUIÇÕES AO VOTO PARTIDÁRIO	95
5.1 VOTO PARTIDÁRIO E IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	95
5.2 INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NO VOTO PARTIDÁRIO	102
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	116
ANEXO 1	124
ANEXO 2	130
ANEXO 3	131
ANEXO 4	132

1 INTRODUÇÃO

Tanto o estudo das instituições políticas quanto o do comportamento político são fundamentais e possuem amplas agendas de pesquisa na Ciência Política. Porém, apesar dos relevantes avanços, muitos pontos ainda são objetos de debate nesses campos, principalmente no contexto das jovens democracias da América Latina. Ainda, estudos que tratam especificamente do tema da influência das instituições no comportamento eleitoral das cidadãs e dos cidadãos latino-americanos, tal qual tratamos aqui, ainda têm lacunas a serem exploradas e nem sempre apresentam resultados convergentes ou mesmo robustos.

Os trabalhos sobre comportamento eleitoral têm se preocupado em investigar e discutir as motivações que levam o eleitor a tomar uma decisão sobre seus votos utilizando variadas perspectivas. Há autores que defendem a influência do personalismo ou da lealdade para com a pessoa do líder sobre a decisão do voto na América Latina (BAQUERO, 1998, 2000; SAMUELS, 1997, 2004, 2008), outros afirmam ser a avaliação do governo em final de mandato – o impacto de suas políticas públicas e a avaliação da economia – a principal determinante do voto (CAIN; FAREJOHN; FIORINA, 1987; RENNÓ, 2010; PEIXOTO, RENNÓ, 2011; CAMARGOS, 2013). Ainda, há autores que fazem uso da teoria espacial do voto, defendendo que o voto é principalmente explicado pelas clivagens territoriais (BATLLE, 2009; TERRON; SOARES, 2010; ZEPEDA; OTERO FELIPE, 2017) e, finalmente, existem autores que reconhecem a identificação partidária como fator importante sobre o comportamento do eleitor (BENDEL, 1993; KINZO, 2005; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011; RUIZ, 2013; LUPU, 2104; KUSCHICK, 2016).

Porém, trabalhos que utilizam variáveis institucionais para explicar o voto dificilmente são encontrados na literatura, principalmente em se tratando da influência dos sistemas partidários no comportamento eleitoral. E para além da escassez de estudos com esse foco, observar a influência de variáveis institucionais relativas aos sistemas partidários sobre o voto é relevante: afinal, no contexto democrático, os partidos políticos possuem o papel de organizar as disputas eleitorais, fazer as propostas de políticas públicas, assimilar e/ou direcionar as demandas da opinião pública e promover as campanhas eleitorais segundo as instituições que compõem o sistema eleitoral e os sistemas partidários, consolidados ou não.

Então, diante do fato de os partidos serem os organizadores das eleições, atuarem nos governos e formarem os sistemas partidários, é razoável supor que suas características e as regras eleitorais às quais eles estão sujeitos tenham algum tipo de influência no

comportamento dos eleitores. Ou seja, é possível pensar que a ocorrência de votos mais orientados pelo partidarismo seja maior em sistemas partidários mais consolidados e cujo desenho institucional dos sistemas eleitorais aos quais eles estão submetidos seja mais voltado para os partidos. Assim como é possível pensar a maior ocorrência de votos orientados pela campanha eleitoral ou pela influência direta de lideranças políticas, aprofundando o personalismo, nos países de sistema partidário mais fluido¹ e que seu sistema eleitoral valoriza mais os candidatos.

A estabilidade do sistema partidário é uma preocupação presente na literatura. Pode-se afirmar que quanto mais estável, mais institucionalizado ou consolidado é o sistema partidário (HUNTINGTON, 1968; SARTORI, 1976; MAINWARING; SCULLY, 1995; MAIR, 1996; MAINWARING, 1999; MAINWARING; TORCAL, 2006; MAINWARING; ZOCO, 2007; LUNA; ALTMAN, 2011; MELO; CÂMARA, 2012). Por estabilidade do sistema partidário entende-se o processo pelo qual uma prática chega a ser estabelecida, amplamente conhecida e universalmente aceita. (MEDINA; TORCAL, 2006).

É importante frisar, no que tange à consolidação do sistema partidário, que diversos autores têm pesquisado aspectos como a relação entre os partidos no Congresso, a relação entre sistema partidário e sistema eleitoral, a relação entre os partidos e seus vínculos com os cidadãos. Todavia, é notória a dificuldade em se captarem os pormenores e classificar os sistemas partidários, principalmente na região de interesse desse estudo, a América Latina.

Nesse sentido, Coppedge (1998) afirma que na América Latina os sistemas partidários são diversos, dinâmicos e de difícil explicação e que essa diversidade e dinamismo também colocam desafios metodológicos que dificultam o trabalho e exigem maior atenção dos pesquisadores, mas o próprio autor afirma que:

“Embora as explicações sólidas sejam duramente difíceis de comprovar, é importante tentar, porque se os sistemas partidários são fracos ou fortes, de esquerda ou direita, ideológicos ou pragmáticos, fragmentados ou monolíticos, eles têm consequências importantes. A natureza dos sistemas de partidos afeta o significado das eleições, a qualidade da representação, a natureza das escolhas de política econômica e a legitimidade e sobrevivência dos governos e do próprio regime democrático, especialmente na América Latina.”² (COPPEDGE, 1998, p. 564. Tradução livre elaborada pela autora).

¹ Em um sistema partidário fluido, os vínculos programáticos e ideológicos são muito mais fracos, os vínculos ou arranjos entre partidos e eleitores também são fracos (ou mesmo inexistentes, como no caso do Peru atualmente), tendendo a ser personalistas. Esses aspectos geram ao mesmo tempo uma concorrência instável. Essa ausência de institucionalização favorece a aparição de candidatos “outsiders”, que representam um perigo considerável para a democracia e sua qualidade. Finalmente, os partidos contam com uma legitimidade e sua organização está dominada pelos seus líderes partidários.

² “Although sound explanations will be devilishly hard to substantiate, it is important to try, because whether party systems are weak or strong, left or right, ideological or pragmatic, fragmented or monolithic, they have important consequences. The nature of party systems affects the meaning of elections, the quality of

Na mesma direção de Coppedge (1998), entende-se o estudo sobre sistemas partidários na América Latina como um grande desafio em si, por todos os motivos já mencionados. E torna-se mais desafiador observar a influência dos sistemas partidários no comportamento eleitoral dos latino-americanos, algo pouco estudado, mas muito importante se considerarmos que os mesmos partidos que formam os sistemas partidários formam também os governos e disputam as eleições. Afinal, os partidos políticos são os mediadores entre o Estado e os cidadãos. Esses cidadãos estão inseridos em cenários políticos institucionais onde ocorrem as suas experiências políticas, que formam as suas preferências e atitudes políticas e sua decisão de voto. E essas experiências, por sua vez, são mediadas pelos partidos, seja no âmbito do governo e suas políticas públicas, seja através do debate público, ou seja, por meio da campanha eleitoral. Assim, é plausível esperar que, em sistemas partidários mais estáveis, o eleitor tenha mais condições de compreender o jogo político, de formar identificações partidárias e de votar no partido com o qual se identifica.

Sendo assim, este estudo se insere no debate a partir da análise de três variáveis importantes de sistemas partidários e que conseguem captar diferentes dimensões desses sistemas: a primeira é “fragmentação”, indicada pelo número efetivo de partidos em um determinado país (MAINWARING; TORCAL, 2006). A segunda é a “polarização”, expressa pela “distância ideológica entre as opções partidárias que conseguiram apoio” (RUIZ, 2013). E a terceira é a “estrutura da competição partidária pelo Executivo”³. Proposta por Mair (1996), esta variável indica a consolidação ou não do sistema de partidos de um país, medida em termos do “padrão de alternância no governo, da fórmula governamental utilizada (os processos de formação de governo) e de que partidos efetivamente participam da gestão” (MELO; CÂMARA, 2012, p. 78).

Ao contrário do que ocorre sobre a baixa interlocução entre os estudos sobre sistemas partidários e o comportamento eleitoral na literatura sobre Ciência Política, há interlocução entre os estudos de sistemas eleitorais e o comportamento eleitoral. (SAMUELS, 1997; ELKINS, 2000; DALTON; WATTEMBERG, 2000; NORRIS, 2004; NICOLAU, 2006). Esses trabalhos deixam claro que o sistema eleitoral é um relevante fator na explicação do comportamento eleitoral. Acompanhando essa literatura, o modelo proposto contém também

representation, the nature of economic policy choices, and the legitimacy and survival of governments and the democratic regime itself, especially in Latin America”. (COPPEDGE, 1998, p. 564).

³ A operacionalização dessa variável pode ser observada no Quadro 2 do Capítulo 3.

variáveis do sistema eleitoral: (1) tipo de lista em eleições para Câmara dos Deputados e (2) permissão ou proibição de candidaturas avulsas, ou seja, permissão ou proibição para que políticos se candidatem independentemente de serem filiados a algum partido político. Ambas as variáveis viabilizam a percepção sobre o sistema eleitoral, indicando se ele tende a valorizar mais os partidos ou os candidatos. E, apesar de a primeira variável – o tipo de lista – se referir às eleições para a Câmara dos Deputados, ela é tradicionalmente usada para explicar a identificação partidária, uma vez que ela tem influência sobre a relação entre o eleitor e os partidos (NICOLAU, 2006). Além disso, a relação entre partidos e eleitores estabelecida sob influência de uma regra das eleições legislativas, também deve interferir na decisão sobre as eleições no Executivo: afinal, assim como a identificação do eleitor com um partido entraria no cálculo de sua decisão de voto para o Legislativo, uma vez que esta identificação foi estabelecida, ela seria importante para explicar o voto no Executivo.

Este trabalho tem como objetivo, portanto, discutir as variações no comportamento eleitoral dos latino-americanos em eleições presidenciais e verificar de que forma a maior ou menor consolidação do sistema partidário e o desenho institucional do sistema eleitoral redundariam em ganhos na fomentação da identificação partidária e do voto partidário.

Vale ressaltar que muitos estudos trabalham com a identificação partidária, mas neste será considerada a consistência entre essa identificação e o voto para presidente, através de uma variável que foi criada e chamada de “voto partidário”. Então, o voto partidário é o voto coerente com a identificação partidária do eleitor.

A identificação partidária e o voto partidário se diferem, portanto, em seu conceito e em sua configuração, uma vez que identificação partidária mede a atitude e o voto partidário o comportamento. E, apesar de o voto partidário pressupor a identificação partidária, há significativas diferenças empíricas entre os dois conceitos, que serão apresentadas e discutidas no Capítulo 2. Essas diferenças formam um quebra-cabeça interessante, porque um país que possui os mais altos percentuais de identificação partidária não tem, necessariamente, os mais altos percentuais de voto partidário. Por exemplo, entre os países analisados, aquele com a maior identificação partidária é a Costa Rica (66,5%), mas esse país não apresenta a maior ocorrência de voto partidário (38,5%), e sim o Uruguai (42,7%) que, por sua vez, conta com 59,8% de identificados com partidos. Tornam-se mais claras as diferenças com a comparação entre os casos de El Salvador e México: El Salvador ostenta 44,6% de identificação partidária entre os seus cidadãos, mas apenas 9% deles atribuem um voto partidário, já o México possui 27,7% de identificação partidária, mas tem 19,5% de ocorrência do voto partidário, que

corresponde a 70,4% de eleitores identificados votando coerentemente com o seu partido de preferência.

Assim, o problema de pesquisa desta tese é: por que em alguns países da América Latina o voto é mais orientado pelos partidos e em outros não? Parte-se da constatação de que há países como a Costa Rica, onde 66,5% dos eleitores se identificam com algum partido e o voto é partidário para 38,5% dos eleitores, como já dito, e outros, como a Guatemala, onde apenas 11,4% dos eleitores se identificam com algum partido e o voto partidário se reduz a 2,2%, dos eleitores. Mais especificamente, a pesquisa é organizada a partir das seguintes questões: Os sistemas partidários e eleitorais exercem algum efeito sobre o comportamento eleitoral na América Latina? E em caso afirmativo: qual é o efeito dos sistemas partidário e eleitoral sobre a ocorrência do voto partidário nos países latino-americanos?

Para responder tais questões, a hipótese é que o sistema partidário e o sistema eleitoral exercem influência sobre o comportamento eleitoral, especialmente na incidência do voto partidário.

E as hipóteses complementares são:

Hipótese 1: em países com estrutura da competição partidária fechada, as chances de haver voto partidário são maiores.

Hipótese 2: quanto maior for a polarização dos partidos em um país, maiores são as chances de haver voto partidário.

Hipótese 3: quanto mais baixa for a fragmentação partidária de um país, maiores são as chances de haver voto partidário.

Hipótese 4: em países cujo tipo de lista para a eleição legislativa é fechada, as chances de haver voto partidário são maiores.

Hipótese 5: em países onde não há permissão de candidaturas avulsas, as chances de haver voto partidário são maiores.

A unidade de análise desta tese são os países da América Latina⁴. Para investigar a relação entre a decisão do voto e as instituições políticas, a variável dependente é o voto partidário⁵ e as variáveis independentes são: (1) fragmentação; (2) polarização – ambas variáveis contínuas; (3) estrutura da competição partidária – se aberta ou fechada; (4) tipo de sistema de lista para eleição legislativa – se aberta ou fechada – e (5) regra sobre a

⁴ Sendo eles: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

⁵ A operacionalização da variável dependente será apresentada no Capítulo 2.

candidatura – se a candidatura deve ser somente por via partidária ou se há permissão para candidatura avulsa.

Diante do desafio de explicar o comportamento do eleitor (nível individual) por meio de características institucionais dos países, a análise será realizada a partir de modelos hierárquicos elaborados com os dados do Barômetro das Américas 2014⁶ para as variáveis de nível individual (nível 1) e, no nível agregado (nível 2), as variáveis serão construídas a partir de dados referentes aos resultados eleitorais oficiais de cada eleição analisada, cujas fontes são os órgãos oficiais responsáveis por organizar as eleições em cada país (por exemplo, o Tribunal Superior Eleitoral no Brasil), o *Constitute Project*, o *Inter-parliamentary Union* (IPU), a *Parliamentary Elites in Latin America* (PELA), além de outros dados secundários.

Para tanto, essa tese, além da presente introdução, estrutura-se em quatro capítulos⁷. O segundo traça o debate e lança os desdobramentos teóricos e empíricos sobre voto partidário. O terceiro capítulo apresenta e discute as variáveis explicativas incluídas na análise: os sistemas partidários e os sistemas eleitorais. Em seguida, o capítulo 4 é dedicado à metodologia, descrição dos dados e construção das variáveis de controle. Por último, no capítulo 5, é realizada a análise dos dados e a comparação entre a influência dos sistemas partidários e eleitorais para o voto partidário e para a identificação partidária.

⁶ O Barômetro das Américas (*America's Barometer*) é um estudo periódico realizado em 34 países do hemisfério ocidental, com amostras estratificadas nacionalmente representativas desenhadas em cada país, que possui um núcleo comum de questionário e módulos específicos do país. Este estudo é desenvolvido pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) da *Vanderbilt University*.

⁷ São eles: “2 Comportamento eleitoral na América Latina: partidarismo e personalismo”, “3 Variações e variáveis institucionais na América Latina”, “4 Métodos e dados” e “5 Das instituições ao voto partidário”.

2 COMPORTAMENTO ELEITORAL NA AMÉRICA LATINA: PARTIDARISMO E PERSONALISMO

Ao tentar explicar de forma empírica as escolhas do eleitorado, suas atitudes e comportamento com relação aos objetos políticos, surgiram em meados do século XX nos Estados Unidos três matrizes teóricas: Sociológica, Psicossociológica e Escolha Racional.

A corrente sociológica ou Escola de Columbia, inaugurada pela obra clássica *The People's Choice* (LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET, 1944), produziu um modelo explicativo a partir do pertencimento a grupos sociais, desenvolvendo uma abordagem macro para a explicação do comportamento eleitoral, enfocando as condições sociais que constituem o contexto no qual as instituições, as práticas, as ideologias e os objetivos políticos se formam e atuam. O fundamental nessa corrente é o contexto em que os indivíduos atuam e no qual as principais variáveis explicativas seriam as socioeconômicas, as demográficas e as ocupacionais e tendo como principal preocupação mostrar que tais variáveis possuem relação com o comportamento eleitoral (BORBA, 2005).

A segunda corrente teórica (psicossociológica) busca interpretar o comportamento político a partir das motivações, percepções e atitudes dos indivíduos em relação ao mundo político. Essa corrente surgiu a partir de estudos sobre a eleição presidencial de 1956, quando os autores Campbell, Converse, Miller e Stokes elaboraram um relatório que originou a obra clássica *The American Voter* (1960). Essa abordagem não nega o impacto de fatores macroestruturais sobre o comportamento eleitoral dos indivíduos, mas destaca que somente esses fatores não explicam tudo. Elabora, por isso, um modelo explicativo mais abrangente, baseado na relação afetiva e psicológica entre os eleitores e os partidos políticos, ou seja, na identificação partidária, que seria forjada em bases afetivas no processo de socialização e, sendo assim, “uma vez formada, a identificação partidária tende a se tornar estável, ou seja, os eleitores que têm identificação partidária (IP) em graus variados inclinam-se a ‘ver’ a política e orientar suas ações numa direção partidária” (FIGUEIREDO, 1991).

Por fim, a teoria da escolha racional interpreta a IP como um meio utilizado pelo eleitor para diminuir os custos da obtenção e processamento de informações políticas. No que se refere à sua aplicação na construção da explicação do voto, essa teoria do voto foi inaugurada por Anthony Downs (1957) com a obra *An Economic Theory of Democracy*, estabelecendo uma analogia entre o comportamento do eleitor e o comportamento do consumidor. Segundo o autor, a decisão do voto é feita a partir de um cálculo racional

orientado pela utilidade da ação, apresentando assim, uma abordagem micro da explicação do comportamento eleitoral.

Esses modelos têm servido de sustentação teórica a estudos sobre comportamento eleitoral em toda a literatura especializada, inclusive sobre a América Latina. (BENDEL, 1993; BAQUERO, 1998; SAMUELS, 1997, 2004, 2008; KINZO, 2005; BATLLE, 2009; RENNÓ, 2010, 2011; RUIZ, 2013; CAMARGOS, 2013; TELLES; MORENO, 2013; KUSCHICK, 2016).

Há, sem dúvida mais controvérsias do que consensos entre as três principais correntes do comportamento eleitoral. Mas, observa-se, ao menos um ponto em comum entre elas: a relevância da identificação partidária para a explicação do voto. Além disso, a identificação partidária também é de notória importância para os estudos sobre sistemas partidários. Afinal, ela é um dos indicadores fundamentais da estabilidade dos sistemas partidários.

Dessa forma, altos níveis de identificação partidária indicam ou contribuem para a institucionalização dos sistemas partidários e também para a diminuição da volatilidade eleitoral⁸ (HUNTINGTON 1968; SARTORI, 1976; MAINWARING; SCULLY, 1995; MAIR, 1996; MAINWARING, 1999; MAINWARING; TORCAL, 2006; MAINWARING; ZOCO, 2007; LUNA; ALTMAN, 2011; GIMENES, 2017). Da mesma forma, há estudos que mostram como a estabilidade do sistema partidário contribui para a formação da identidade partidária (COPPEDGE, 1998; ROBERTS, 2015; GIMENES; BORBA; CARREIRÃO; RIBEIRO, 2015).

Existem, portanto, muitos estudos sobre a identificação partidária, inclusive sobre a sua relação com os sistemas partidários. No entanto, a proposta da presente pesquisa é analisar um fenômeno distinto: o voto coerente com a identificação partidária do eleitor (voto partidário). A relevância do presente trabalho também está na sua atuação em um campo ainda pouco explorado pela literatura: a influência dos sistemas partidários sobre o comportamento eleitoral.

Neste capítulo, portanto, com o objetivo principal de introduzir o conceito de voto partidário (VP), serão apresentadas e discutidas as características do comportamento eleitoral dos latino-americanos de forma geral, o debate sobre a identificação partidária e o personalismo na América Latina e também serão apresentadas a conceituação e a

⁸ Volatilidade é um indicador de estabilidade dos sistemas partidários, que trata-se da variação que ocorre entre uma eleição e outra, em que baixos níveis são indicativos de maiores vínculos entre os cidadãos e os partidos de um sistema partidário e, em contraposição, níveis mais elevados de volatilidade indicam baixo enraizamento dos partidos que compõem um sistema partidário.

operacionalização da variável dependente – o voto partidário, assim como serão expostos dados descritivos do voto partidário e da identificação partidária, propiciando comparações entre as duas variáveis. O capítulo está subdividido em quatro seções, quais sejam: “2.1 O contexto político da América Latina”, “2.2 Determinantes do voto na América Latina”, “2.3. Entre o partidarismo e o personalismo” e “2.4. Voto partidário”.

2.1 Identificação Partidária recente na América Latina

Conforme supracitado, a tese tem como objeto os países da América Latina no marco temporal do ano de 2014. O marco temporal se dá em virtude da realização mais recente do instrumento do qual se lançou mão: o Barômetro das Américas⁹. O referido instrumento traz importantes contribuições sobre as eleições presidenciais mais próximas de 2014¹⁰, parte constitutiva da unidade analítica desta investigação, que se pode dizer serem as últimas eleições referentes à chamada Onda Rosa¹¹. (SADER, 2009; PANNIZA, 2006; MOREIRA, RAUS; GÓMEZ LEYTON, 2008).

A qualidade da comparação entre os países está garantida ao utilizar esse *survey*, uma vez que ele é desenvolvido pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) da *Vanderbilt University*, que possui parceria com núcleos de pesquisas locais em cada país. O LAPOP centraliza o design de pesquisa, projeto de amostra, pré-teste qualitativo e iterativo de novos módulos, auditoria de dados e análise e emissão de relatórios.

O entendimento sobre o contexto atual da América Latina requer uma breve imersão em sua difícil trajetória política, sobretudo em relação à democracia, que, por muitas vezes é compreendida pelo seu percurso acidentado. Apesar das especificidades de cada país, existem marcos comuns na política do subcontinente, cujo pano de fundo político mais recente se resume a dois eventos fundamentais: a redemocratização nas décadas de 1980 e 1990, fortemente marcada pelo avanço do neoliberalismo e pela ampliação das arenas de participação política não tradicionais, e a chamada Onda Rosa nas primeiras décadas do

⁹ Vale ressaltar que a versão de 2014 era a mais recente do Barômetro das Américas no período de elaboração da tese, mas, em 2018, ano de sua finalização e defesa, já se encontra disponível a onda de 2016 da pesquisa.

¹⁰ Ver ano eleitoral de referência em cada país no Quadro do Anexo 1.

¹¹ A Onda Rosa é também conhecida como Guinada à Esquerda, e essas expressões são referentes à percepção da influência da esquerda na América Latina, iniciadas entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, a partir da eleição de presidentes reformistas de esquerda em vários países como: Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil; Hugo Chávez na Venezuela; Evo Morales na Bolívia; Néstor Kirchner na Argentina e Tabaré Vázquez no Uruguai.

século XXI. Tais eventos incidem fortemente tanto no desenho das instituições políticas quanto no comportamento eleitoral das cidadãs e dos cidadãos.

Com o objetivo de tratar de modo mais sistemático essa incidência, aproximando-a do tema central desta investigação, lançaremos mão do debate presente no trabalho “Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais” de Casalecchi (2016). No entanto, a discussão está circunscrita na definição mínima de democracia, em concordância com Bobbio (1994), Dahl (1997) e Mainwaring et. al. (2001) ao considerar três fatores: “eleições livres, periódicas e competitivas”; “a preservação de direitos e garantias fundamentais, tanto em nível do governo quanto dos cidadãos” e “a extensão da participação política, seja através do voto e/ou de outros mecanismos não eleitorais” (2016: 18).

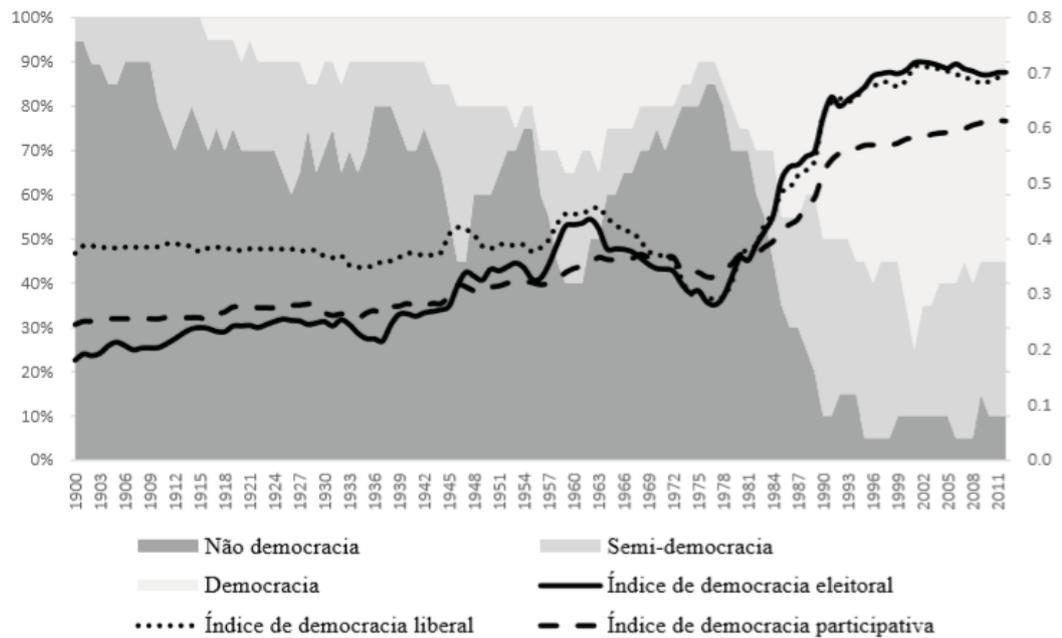
Um dos pontos fundamentais que caracterizam as democracias na América Latina é o fato de serem consideradas jovens democracias, se tomarmos como parâmetro as democracias industriais ocidentais. Os diversos períodos autoritários pelos quais passaram os países latino-americanos e a incidência de interesses econômicos de outros países (CASTAÑEDA, 1994; SADER, 2009), no contexto de globalização que diluiu parte da soberania desses países, contribuiu fortemente para esse cenário.

Além disso, um conjunto de eventos tais como o fim da Guerra Fria, a crise do *Welfare State* e os limites da democracia tradicional na Europa Ocidental fomentaram de algum modo a permanência e algum fortalecimento das forças progressistas na América Latina, que passam a atuar de modo sistemático nas eleições dando às democracias latino-americanas naquela época algum sinal de vitalidade (LIMA, 2008). Contudo, há muitas diferenças quanto ao tempo e à qualidade dessas democracias uma vez que há casos de maior tradição democrática, como é o caso da Costa Rica, e democracias muito recentes, como no México.

Para observar mais detalhadamente tais distinções, se observa o panorama da democracia na América Latina na Figura 1, sintetizada por Casalecchi (2016) a partir da comparação entre os dados do *V-Dem*¹² de Coppedge e equipe (2011) e a classificação dos regimes políticos de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013)¹³.

¹² Desenvolvido por Coppedge e equipe (2011), o índice do *V-Dem* oferece medidas relativas às diferentes dimensões da democracia como a dimensão liberal, a dimensão eleitoral e a dimensão participativa.

¹³ Segundo Casalecchi (2016), as categorias referentes à classificação dos regimes políticos de Mainwaring e Pérez-Liñán podem ser entendidas como “[...] não democracias (países que não têm eleições livres e limpas); semidemocracias (países com eleições livres e limpas, mas com violações de cidadania, liberdades ou autonomia

FIGURA 1 – Panorama da democracia na América Latina

Fonte: Casalecchi (2016).

É possível observar que até o início do século XX não havia nenhum país latino-americano que correspondesse a uma democracia. A maioria dos países eram não democracias e a minoria eram semidemocracias. A primeira democracia da América Latina foi a Argentina em 1916 e, na sequência, Uruguai, Costa Rica e Chile. As oscilações foram muitas até as décadas de 60 e 70 quando a quantidade de não democracias se assemelha à do princípio do século, com a diferença que, nesse período, alguns países (Costa Rica, Venezuela, República Dominicana e Colômbia) permaneceram como democracias e não como semidemocracias.

Passado esse período de forte autoritarismo na América Latina, inicia-se o processo de redemocratização na região, como já dito. O processo foi inaugurado pelo Equador (1979) e chegou à década de 1990 com minoria de não democracias pela primeira vez na história.

Ao observar os índices do *V-Dem*, nota-se que eles sofreram menores oscilações ao longo do século XX em suas três dimensões: índice de democracia liberal, índice de democracia eleitoral e índice de democracia participativa, embora eles captem a derrocada democrática ocorrida durante as décadas de 60 e 70, no período dos regimes militares, e

do governo eleito); democracias (eleições livres e limpas, cidadania abrangente, proteção das liberdades e a autonomia do governo)". (2016, p. 29).

captem de forma ainda mais expressiva a chamada “terceira onda de democratização”, a partir da década de 80.

E foi nesse ambiente de instabilidade política somada à instabilidade econômica e social que ocorreu a formação e organização dos partidos políticos na América Latina. Segundo Ruiz (2013) “as origens dos partidos latino-americanos foram condicionadas por três dinâmicas: elitismo, personalismo e clientelismo. Essas dinâmicas determinaram a natureza, a evolução e as funções que cumprem os partidos políticos desde sua criação até o momento atual”. (2013, p. 32).

Vale ressaltar que elitismo é o princípio político que afirma a existência de habilidades desiguais, por meio do argumento de que um grupo seleto de pessoas, com conhecimentos notáveis e grande poder econômico, deve ter especial atenção em suas opiniões e deve liderar as decisões políticas de uma sociedade (WOLIN, 2008). Já o clientelismo político é a prática sistemática de oferta de favores de forma extraoficial, em que os políticos em cargos públicos controlam a prestação dos serviços públicos e as disponibilizam de forma personalizada, como se estivessem realizando favores pessoais em troca de apoio eleitoral (O'DONNELL, 1997), ao passo que o personalismo é a adesão a movimentos ou partidos políticos por meio da confiança em um líder político e suas ideias. (TAVARES, 2009).

O processo de independência de cada país inaugurou os distintos sistemas partidários excluindo do jogo político partidário os mais pobres e as minorias étnicas, trazendo os interesses das elites para o centro das disputas políticas (RUIZ, 2013; BAQUERO, 2000). Dessa forma, as clivagens que se foram formando, primeiramente no âmbito das elites, foram principalmente a clivagem liberal/conservador e a clivagem Igreja/Estado, e essas clivagens ainda estão vigentes em alguns países. Junto a essas clivagens que protagonizaram as primeiras etapas dos sistemas de partidos latino-americanos, “a disputa político-partidária diante da terceira onda democrática teve a clivagem socioeconômica como um dos principais eixos de articulação da competição de tipo programático” (RUIZ, 2013, p. 33), fazendo com que a disputa esquerda-direita organizasse de alguma forma a competição em alguns países como Chile, Nicarágua e Uruguai. Mais recentemente surgiu a clivagem territorial-étnica muito delimitada em alguns países como Equador, Bolívia e Peru, mas também observada de forma mais sutil em outros países.

A evolução dos partidos e sistemas partidários e o desenvolvimento da democracia ocorreram de forma heterogênea com relação à forma e ao tempo nos países latino-americanos. E por isso, principalmente depois do período de redemocratização, os sistemas

partidários se estabilizaram em alguns países e em outros não, assim como os vínculos entre os cidadãos e os partidos consolidaram-se mais fortemente em alguns do que em outros.

Diante dos desafios postos aos cidadãos e aos partidos políticos na América Latina, alguns autores enxergam esses partidos e suas relações com os cidadãos de forma pessimista, tratando-os como ineficientes para formação de sistemas partidários estáveis e principalmente para cumprir a sua função como mediadores entre o Estado e a sociedade (BAQUERO, 2000). Outros autores, em consonância com o que se apresenta nesta tese, enxergam os partidos políticos de forma mais heterogênea e argumentam que, de forma mais ou menos efetiva, esses atores realizam a sua tarefa de mediadores entre o Estado e a sociedade, principalmente a partir do período de redemocratização da região (ALCÁNTARA SÁEZ; FREIDENBERG, 2002 *apud* GIMENES, 2017; RUIZ, 2013; LUPU, 2014).

Na América Latina há partidos que conseguem manter suas bases sociais e/ou níveis de identificação partidária entre o eleitorado ao longo do tempo. Por outro lado, há partidos políticos que, mesmo tradicionais, acabam perdendo apoio político dos eleitores, o que resulta na diminuição de seus votos, bem como do número daqueles que declaram identificarem-se com o partido. Esse comportamento é, em geral, relacionado a percepções negativas quanto à atuação desses partidos na esfera pública ou no mandato. Por sua vez, entretanto, há partidos que nunca conseguiram mobilizar um número expressivo de cidadãos que se identificassem consigo. Nota-se, ainda, que assim como há a variabilidade no grau de conexão entre partidos e eleitores, as siglas partidárias contam também com variações em sua trajetória e atuação políticas.

Considerando a relação entre os eleitores e os partidos, Gimenes (2017) apresenta uma categorização interessante dos países latino-americanos quanto à evolução do alinhamento partidário, cujas categorias são: alinhamento, alinhamento parcial, não alinhamento parcial e não alinhamento.

O autor considerou como “alinhados” aqueles países com pelo menos dois partidos enraizados ou com crescente identificação partidária. “Alinhados parciais”, por sua vez, seriam os países que possuem apenas um partido estável ou com identificação partidária crescente. Já a categoria “não alinhamento parcial” englobou os países onde os níveis de identificação partidária têm diminuído nos últimos anos, mas cujo declínio não afetou a todos os partidos da mesma forma. Finalmente, foram classificados como “não alinhados” os países que apresentaram declínio generalizado de identificação com suas legendas como um todo ou

que não apresentam nenhum padrão de partidarismo. Assim, chegou-se à seguinte distribuição dos países:

Quadro 1 - Evolução do Alinhamento Partidário na América Latina		
Ponto inicial	Cenários de evolução do alinhamento	Ponto final
Alinhamento	Alinhamento estável	Chile e Honduras
	Realinhamento entre partidos existentes	República Dominicana, Nicarágua e Paraguai
	Realinhamento em favor de novo partido	Costa Rica, El Salvador, México e Uruguai
	Desalinhamento total	Colômbia e Venezuela (1) ^a
	Desalinhamento parcial	Argentina
Não alinhamento	Alinhamento total	Sem casos
	Desalinhamento contínuo	Guatemala e Panamá
	Alinhamento parcial	Venezuela (2)
Alinhamento parcial	Alinhamento total	Sem casos
	Desalinhamento total	Bolívia, Equador, Peru
	Alinhamento parcial contínuo	Brasil

^a No caso da Venezuela, há dois períodos distintos (entre 1980 e 2000 e entre 2000 e 2012), por conta da polarização entre chavistas e não chavistas desde a virada do século, a partir de quando houve declínio da volatilidade eleitoral e dos votos em *outsiders* políticos.

Fonte: Gimenes (2017, p. 76).

Ressalta-se que a categorização proposta por Gimenes (2017) organiza os países de forma diferente do que seria a organização a partir da classificação tradicional pelo índice de institucionalização ou outras formas de identificar a consolidação dos sistemas partidários, mas se aproxima do que seria o quadro da volatilidade na América Latina, conforme será apresentado e discutido na próxima seção.

O mesmo autor apresenta um quadro da evolução do partidarismo nos países latino-americanos de 2006 a 2014 usando os dados do Barômetro das Américas e, por meio desse quadro, é possível identificar a variação dessa identificação ao longo do tempo:

Tabela 1 - Evolução da Identificação Partidária na América Latina (%)

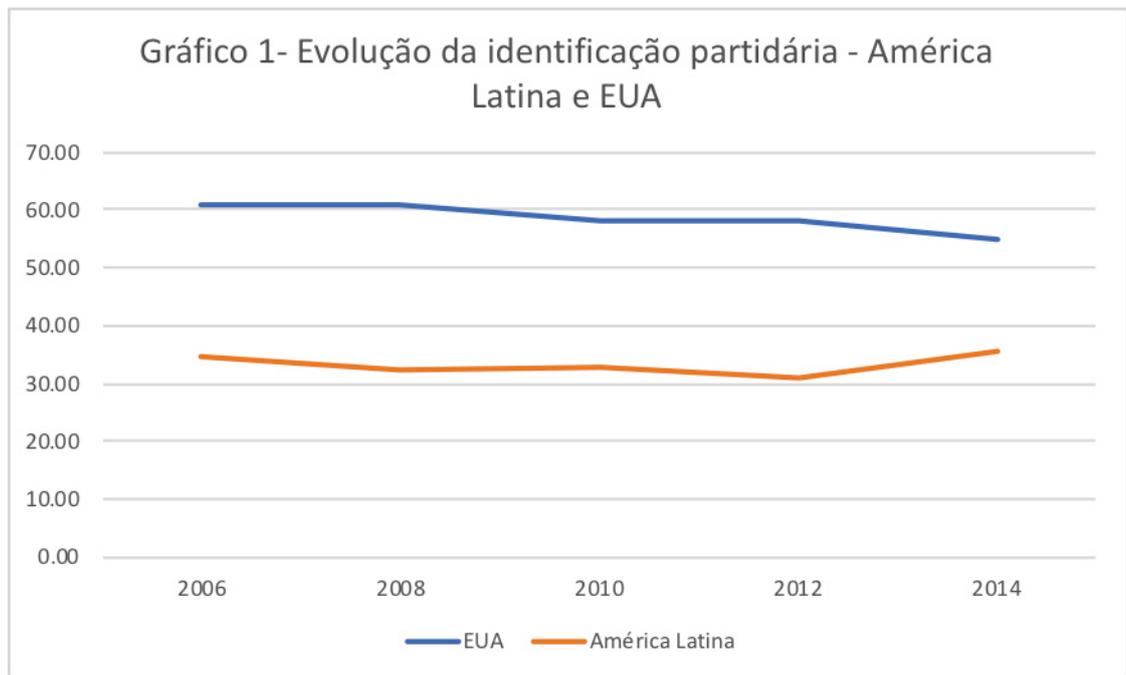
País	2006	2008	2010	2012	2014
Argentina	-	24,7	19,5	27	25,7
Bolívia	-	29	31,1	15,9	25,6
Brasil	34,1	25,2	31,4	30,4	23
Chile	25,6	21,4	11,1	14,1	12,3
Colômbia	28,6	29,2	37,2	25,5	28,2
Costa Rica	36,2	30,3	52,3	26,2	67,4
El Salvador	31,3	40,9	34,4	30,9	44,7
Equador	-	18,9	16	22,5	45
Guatemala	14,7	15,8	18,3	12,9	11,4
Honduras	44,2	48,8	43,7	39,2	40
México	49,2	32,2	28,5	36,2	27,4
Nicarágua	49,8	40,3	43	54,8	46,9
Panamá	20,8	32,1	30,3	26	45,6
Paraguai	-	59	39,2	45,7	40,3
Peru	29,9	19,2	21,2	16,4	19,2
Uruguai	53,3	50,4	66,2	53,5	60
Venezuela	32,5	32,6	34,3	46,9	44,5

Fonte: Adaptada pela autora com dados de Gimenes (2017, p. 87).

Por meio dos dados da Tabela 1, é possível perceber que a evolução do partidarismo em pouco mais de uma década não se deu de maneira homogênea em toda a América Latina: ao passo que alguns países apresentam evolução mais constante (como a Colômbia), outros países apresentam identificação ascendente (como o Equador), enquanto alguns possuem um quadro temporal descendente (caso do Chile). Também se observam países cujos percentuais de identificação partidária são baixos (como a Guatemala) e outros com percentuais de identificação partidária maiores – perto de 50% desde 2006 (Uruguai e Nicarágua, por exemplo).

A identificação partidária na América Latina, em comparação com democracias consolidadas como a dos Estados Unidos e Europa Ocidental, é baixa (COPPEDGE, 1998;

RUIZ, 2013; GIMENES, 2017). Um exemplo dessa afirmação pode ser observado no Gráfico 1, que mostra a comparação entre as médias da identificação partidária dos países latino-americanos para o período entre 2006 e 2014 (calculada a partir dos dados da Tabela 1) e dos Estados Unidos, uma democracia consolidada, no mesmo período, a partir dos dados do *Pew Research Center: U.S. Politics & Policy*¹⁴.



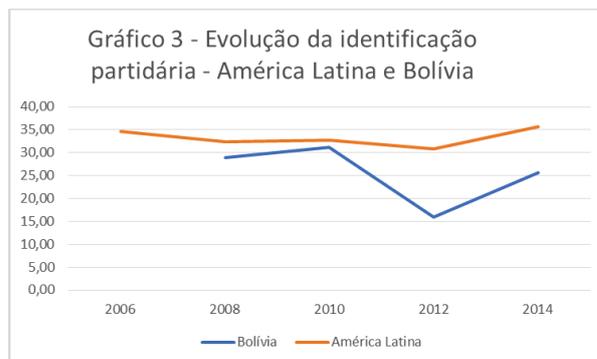
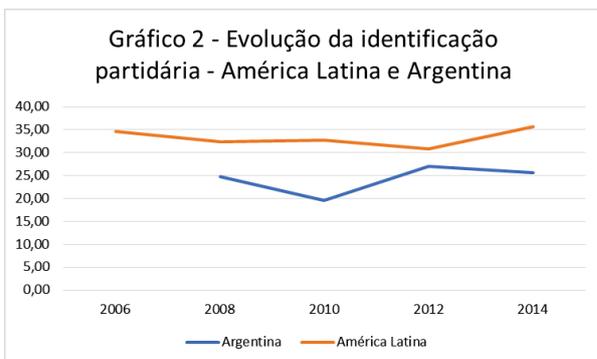
Fonte: Elaborado pela autora com dados de Gimenes (2017) e do *Pew Research Center: U.S. Politics & Policy*.

O Gráfico 1 deixa clara a distância entre partidarismo nos Estados Unidos e na América Latina de forma geral. Embora na média os países da América Latina apresentem taxas de partidarismo destacadamente menores do que nos EUA, existem importantes diferenças internas no subcontinente, que merecem ser exploradas mais profundamente. As diferenças existentes entre os países latino-americanos são intrigantes e relevantes para compreender a política e a democracia na região, conforme os dados dispostos na Tabela 1 demonstram.

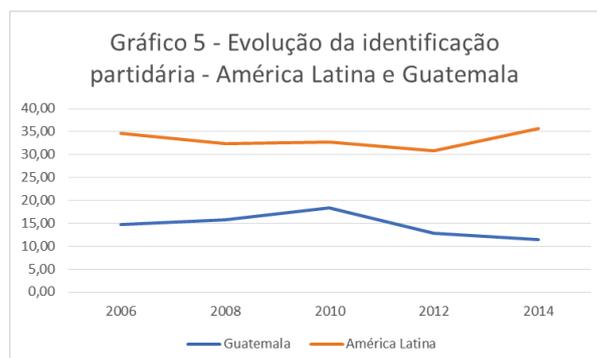
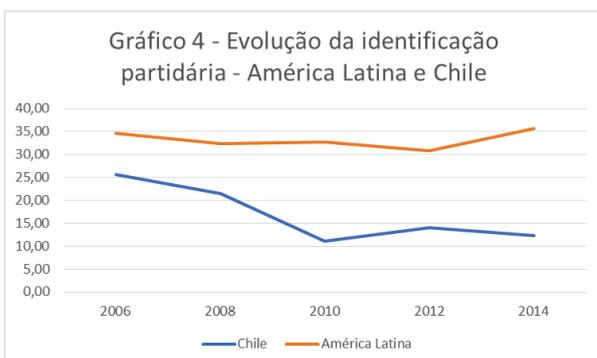
Para facilitar a observação dessas diferenças, foram elaborados, a partir dos dados da Tabela 1, gráficos com cada um dos 17 países aqui estudados, comparados com a média da

¹⁴ A pesquisa Barômetro das Américas também é realizada nos Estados Unidos, mas nos anos de 2008 a 2014 a pergunta sobre identificação partidária não foi incluída na pesquisa nesse país. Por isso, optou-se pelos dados da *Pew Research Center: U.S. Politics & Policy*, que apresenta valores muito aproximados nos anos correspondentes disponíveis no Barômetro das Américas – em 2006, 62%; em 2010, 61% e em 2012, 61%.

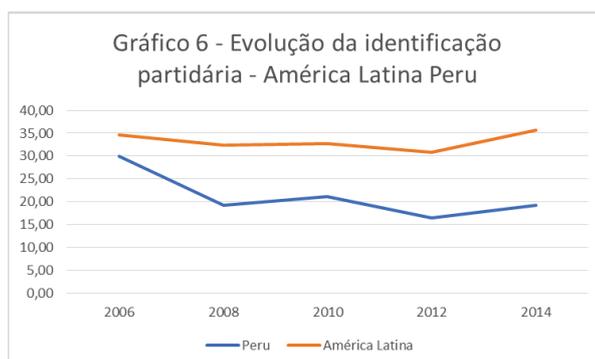
identificação partidária na América Latina. Esses gráficos foram organizados em três blocos: o primeiro conta com os países com níveis de identificação partidária menores do que a média da América Latina entre os anos de 2006 e 2014. Nesse grupo de países estão: Argentina, Bolívia, Chile, Guatemala e Peru.



Fonte: Adaptados pela autora com dados de Gimenes (2017, p. 87).

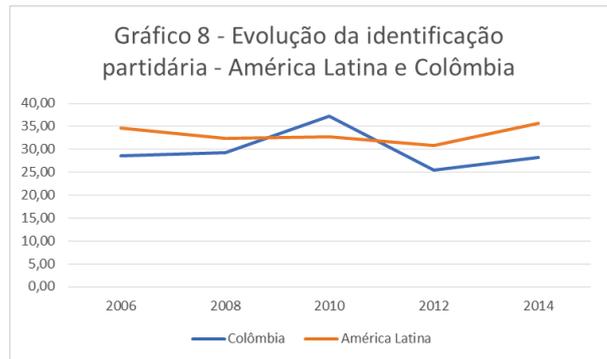
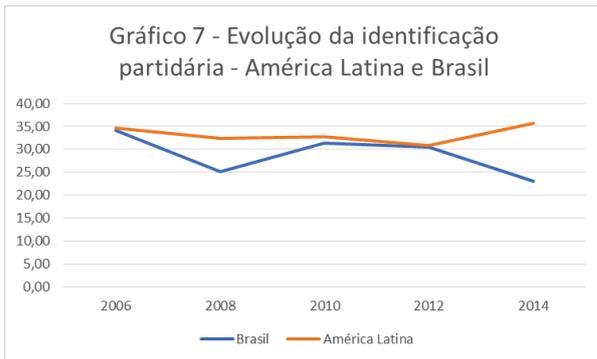


Fonte: Adaptados pela autora com dados de Gimenes (2017, p. 87).

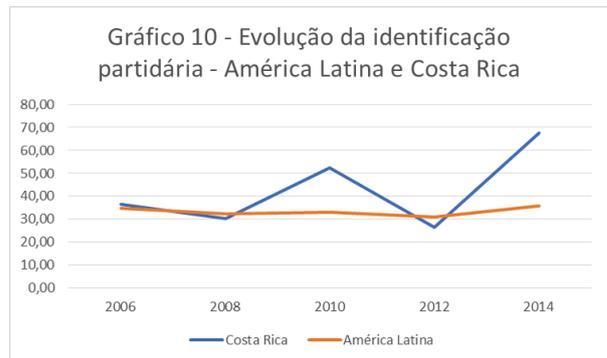
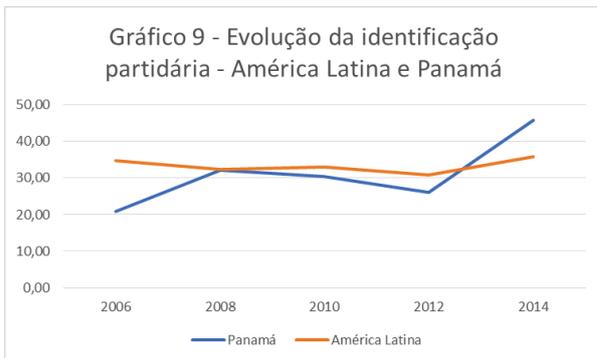


Fonte: Adaptado pela autora com dados de Gimenes (2017, p. 87).

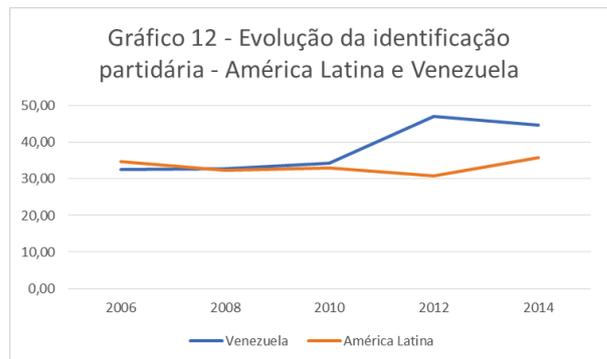
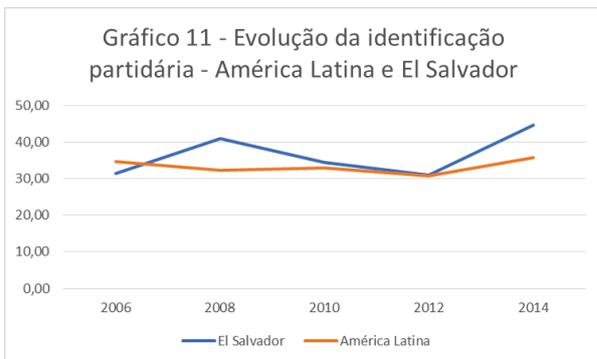
No segundo bloco estão os países que mantêm os percentuais de identificação partidária em valores próximos ou que oscilam entre valores maiores e menores do que aos valores da média da América Latina no período observado. Os países que compõem esse grupo são: Brasil, Colômbia e Panamá (que oscilam geralmente entre a média da América Latina e valores menores); Costa Rica, El Salvador e Venezuela (que oscilam entre a média da região e valores maiores) e o México, que varia sempre muito perto da média.



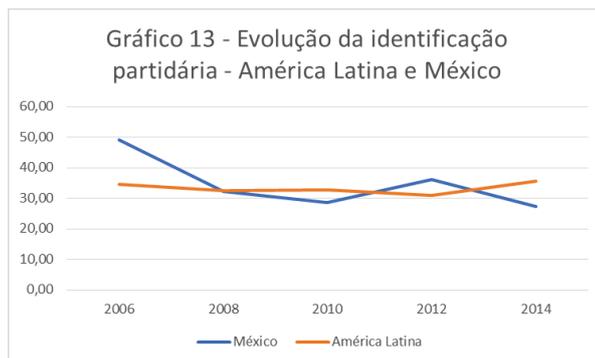
Fonte: Adaptados pela autora com dados de Gimenes (2017, p. 87).



Fonte: Adaptados pela autora com dados de Gimenes (2017, p. 87).

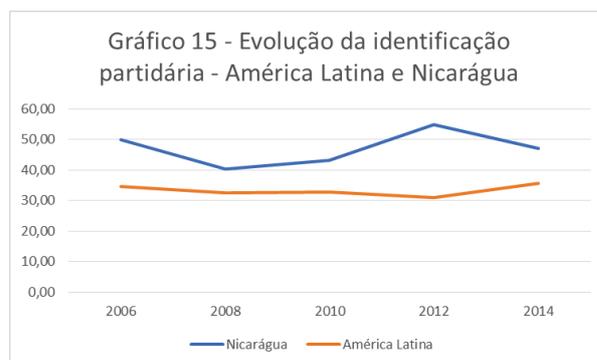
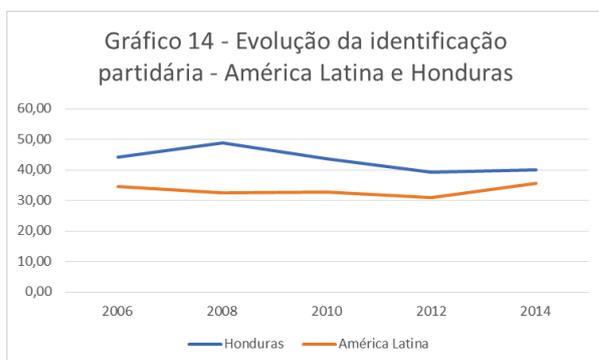


Fonte: Adaptados pela autora com dados de Gimenes (2017, p. 87).

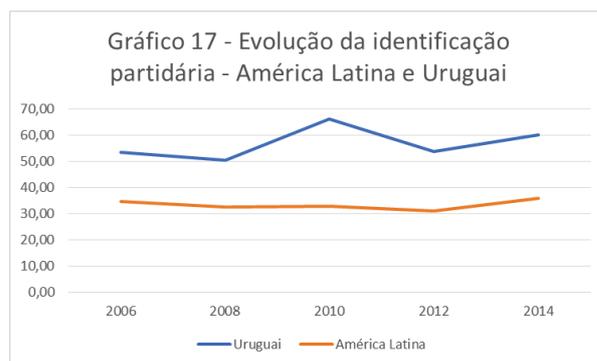
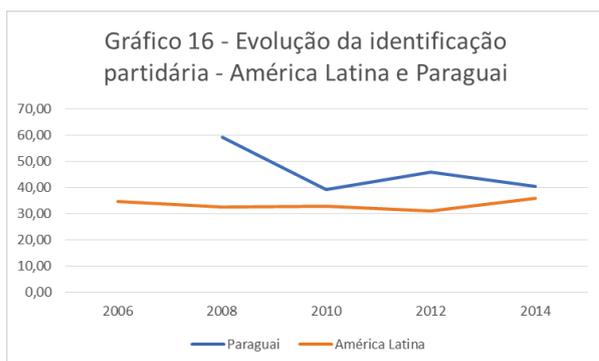


Fonte: Adaptado pela autora com dados de Gimenes (2017, p. 87).

O terceiro bloco abrange os países que mantiveram os níveis de identificação partidária sempre acima da média da América Latina no período entre 2006 e 2014. São eles: Honduras, Nicarágua, Paraguai e Uruguai.



Fonte: Adaptados pela autora com dados de Gimenes (2017, p. 87).



Fonte: Adaptados pela autora com dados de Gimenes (2017, p. 87).

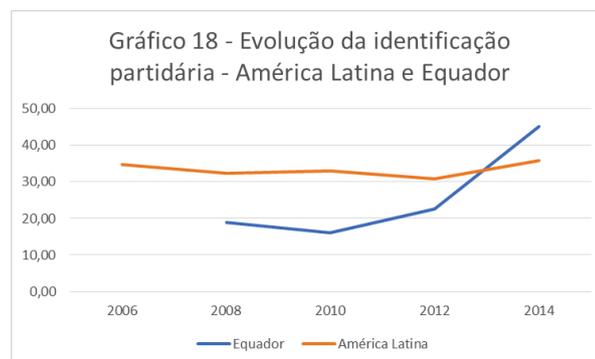
Por fim, há o caso do Equador, que, a despeito de possuir baixos níveis de identificação partidária no passado¹⁵, tem apresentado taxas ascendentes de partidatismo, ultrapassando a média da América Latina em 2014. Desta forma, trata-se de um caso que não se encaixa em nenhum desses três blocos propostos.

¹⁵ No Equador, a pergunta sobre identificação partidária foi incluída nos questionários do LAPOP em 2008 e no Latinobarômetro em 2010, portanto não foram encontrados dados que permitissem observar uma série histórica mais longa.

Em 2007, um projeto social e político chamado “*Revolución Ciudadana*” foi iniciado no Equador a partir da candidatura de Rafael Correa e da coalizão de movimentos sociais e políticos em torno da *Alianza Patria Libre y Soberana (Alianza PAIS)*. Segundo Freidenberg (2012) esse projeto transformou as instituições equatorianas e ratificaram o apoio popular por meio de três referendos (2007, 2008 e 2011), uma Assembleia Constituinte (2007) e duas eleições gerais (2006 e 2009). A *Revolución Ciudadana*, portanto, não se trata apenas de um projeto eleitoral, mas trouxe estabilidade política e institucional sem precedentes no país.

“Ao menos três elementos tem mudado neste período. Primeiro, há estabilidade política. O presidente Correa tem cinco anos na Presidência, e é o primeiro desde 1997 que rompe com a histórica debilidade dos presidentes equatorianos, que não contavam com apoios no Legislativo. A continuidade política de um só governo tem moderado a fragmentação do sistema, tem dado continuidade às políticas e tem contribuído a certo fortalecimento do Estado em termos administrativos.”¹⁶ (FREIDENBERG, 2012, p. 146. Tradução livre elaborada pela autora).

Sendo assim, uma explicação possível para a crescente identificação partidária no Equador parece estar relacionada às mudanças ocorridas nos governos Correa e com a sua histórica aprovação popular de 60% em média.



Fonte: Adaptados pela autora com dados de Gimenes (2017, p. 87).

Para além dessa análise, ainda é possível identificar nos gráficos quais são os países cujos níveis de identificação partidária estão, entre 2006 e 2014, em constante crescimento (Equador, Argentina) ou constante diminuição (Chile, Guatemala) em sua identificação partidária; quais deles mantiveram os seus níveis de identificação partidária mais estáveis (El

¹⁶ “Al menos tres elementos han cambiado en este período. Primero, hay estabilidad política. El presidente Correa lleva cinco años en la Presidencia, y es el primero desde 1997 que rompe con la histórica debilidad de los presidentes ecuatorianos, que no contaban con apoyos en el Legislativo. La continuidad política de un solo gobierno ha moderado la fragmentación del sistema, le ha dado continuidad a las políticas y ha contribuido a cierto fortalecimiento del Estado en términos administrativos.” (FREIDENBERG, 2012, p. 146).

Salvador, Venezuela) durante esse tempo e quais oscilaram mais visivelmente os seus percentuais de identificação partidária (Bolívia, Costa Rica) nesse período.

2.2 Volatilidade e alinhamentos do voto na América Latina

Comparada com outras regiões geopolíticas do mundo, a América Latina apresenta algumas particularidades regionais quanto à política de forma geral, e também quanto ao comportamento eleitoral, especificamente. Mas, examinando a região atenciosamente, notam-se relevantes diferenças internas entre o comportamento eleitoral dos cidadãos dos diferentes países latino-americanos.

Essas diferenças podem ser observadas de diversas formas, a partir das clivagens existentes, que em alguns países podem ser principalmente clivagens partidárias, como, por exemplo, no Uruguai (Frente Amplio x Partido Nacional), e em outros elas são principalmente clivagens territoriais como no Equador (costa x serra).

Em trabalho sobre a distribuição territorial do apoio eleitoral na América Latina, Margarita Batlle (2009) estudou os casos do Equador, Peru e Honduras e observou clivagens regionais muito claras nos dois primeiros casos, ao contrário de Honduras, que apresenta apoios eleitorais mais homogêneos, em termos espaciais. As clivagens territoriais no Equador referem-se a diferenças entre as regiões de serra e costa. No Peru, por sua vez, a distribuição das clivagens é mais complexa, sendo caracterizada como subcultural, contudo, também figura no país diferenciação regional entre serra e costa. Outros exemplos das diferenças quanto ao comportamento eleitoral e tipos de clivagens entre os países da América Latina serão abordados adiante no estudo.

Uma forma distinta de se observar a variação do comportamento eleitoral entre os países latino-americanos é a partir da volatilidade eleitoral, que demonstra o quão estável ou instável é a preferência dos eleitores. Países como a Venezuela e o Uruguai contam com baixa volatilidade eleitoral, enquanto Guatemala e Colômbia apresentam uma alta taxa (ver Tabela 2).

Tabela 2 - Volatilidade eleitoral

País	Ano eleitoral de referência	Volatilidade eleitoral*
Venezuela	2013	4,6
Uruguai	2009	8,3
Panamá	2009	9,4
El Salvador	2014	11,8
México	2012	17,1
Brasil	2010	18,9
Costa Rica	2014	19,3
Chile	2013	24,7
Bolívia	2009	24,8
Nicarágua	2011	27,3
Equador	2013	36,5
Paraguai	2013	36,7
Peru	2011	41,0
Honduras	2013	42,0
Argentina	2011	52,2
Guatemala	2011	60,9
Colômbia	2010	84,1

*O cálculo foi elaborado a partir do resultado da eleição presidencial do ano de referência da pesquisa e da eleição imediatamente anterior em cada país.

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da PELA e dos sites dos órgãos organizadores das eleições em cada país.

A respeito da volatilidade eleitoral na América Latina, Ruiz (2013) expõe os cálculos para períodos maiores, entre 1978 e 2009 – períodos como o de 1978 a 2005 para a Venezuela e o de 1985 a 2009 para El Salvador, por exemplo – e também observa que a volatilidade tem

uma variação considerável entre os países latino-americanos e que, dentre os países analisados¹⁷,

“os eleitores que mais mudaram suas preferências de voto, no período assinalado, foram os guatemaltecos, os peruanos e os bolivianos, enquanto os mais estáveis foram os hondurenhos, os uruguaios, os chilenos e os salvadorenhos. No entanto, esse contexto de diversidade não oculta a existência de uma destacada volatilidade média em cada um desses países, que é comum em toda a região. Em outras palavras, os cidadãos latino-americanos mudam com mais frequência sua opinião partidária comparativamente a outras regiões geográficas” (2013, p. 28).

Diante de tantas diferenças, muitos foram os trabalhos que buscaram compreender os determinantes do voto dos latino-americanos sob diferentes enfoques, seja analisando a região como um todo, seja tendo como objeto países específicos, em estudos de caso ou comparados.

Na Argentina, a maioria dos trabalhos sobre comportamento eleitoral utiliza o modelo sociológico, como observado por Ratto e Montero (2014), sendo a classe social a variável mais utilizada. Em outros estudos baseados nos modelos psicológico e da escolha racional, esta variável continua importante para a explicação do voto dos argentinos, porém destaca-se a relevância de fatores de curto prazo, como a avaliação da economia e efeitos de campanhas eleitorais, mas também se observa a grande importância de fatores de longo prazo, como a “identidade ideológica do contínuo esquerda-direita” cruzada com a “identidade partidária do eixo peronismo-antiperonismo” como variáveis indispensáveis para entender o voto do eleitor argentino.

Já na Venezuela, “os apoios políticos ao *chavismo* e a oposição mantêm um caráter policlassista, como era a tradição partidária venezuelana”. (BRICEÑO, 2013, p. 302). Tradicionalmente observou-se estabilidade e consolidação do sistema partidário desse país desde o início de sua democracia em 1958, até a ocorrência da sucessão de crises desencadeadas a partir de 1993, que resultou em uma constituição original elaborada a partir de um novo pacto social, no prolongamento da instabilidade e na dificuldade de se institucionalizarem as recentes relações entre partidos e sociedade. Desde então, os eleitores buscam “novas alternativas nos partidos de esquerda, sem que necessariamente tivesse mudado sua identidade e ideologia política”. (BRICEÑO, 2013, p. 301).

A ascensão de Hugo Chávez como liderança venezuelana, a partir de 1998, ocorre nesse processo de desinstitucionalização do sistema partidário e resulta em significativas alterações no comportamento eleitoral “assinalado por uma luta de classes entre ricos e pobres” (BRICEÑO, 2013, p. 317), onde o suporte a Hugo Chávez emana das classes sociais mais

¹⁷ Ver Tabela 2 em Ruiz, 2013, p. 29.

populares e os partidos de oposição recebem apoio das classes sociais altas, dividindo as preferências entre *chavistas* e *antichavistas*.

Olhando para a América Central, Zepeda e Otero Felipe (2017) identificaram a incidência do voto por proximidade ideológica com o candidato na Costa Rica, em El Salvador e em Honduras, por meio de modelos elaborados a partir dos dados do Barômetro das Américas (2014) e da Pesquisa das Elites Latino Americanas, controlando por fatores sociodemográficos e avaliação sociotrópica da economia. Eles concluíram que há

“incidência do voto por proximidade nas eleições presidenciais mais recentes da Costa Rica, El Salvador e Honduras. Países que estão experimentando uma reconfiguração nos últimos anos, mas compartilham alguns traços do sistema de partidos, quanto a sua tradicional estabilidade, volatilidade limitada e fragmentação, assim como a sua baixa fluidez e presença de outsiders, com o qual poderia facilitar o voto por proximidade, tal e como há esboçado a literatura. Assim, o grau de polarização ideológica relativamente alto em El Salvador, e limitado na Costa Rica e Honduras, parece experimentar variações. De igual modo, o papel da ideologia na atração de eleitores próximos se mostra significativo em El Salvador e reduzido nos partidos tradicionais da Costa Rica e Honduras. Mesmo assim, a presença de candidatos externos à vida partidária e exitosos nas eleições analisadas tem modificado substancialmente os padrões de voto, tal qual temos visto na Costa Rica e Honduras.”¹⁸ (ZEPEDA; OTERO FELIPE, 2017, p. 41. Tradução livre elaborada pela autora).

Esses três países possuem sistemas partidários estáveis, mas, segundo Zepeda e Otero Felipe (2017), Costa Rica, El Salvador e Honduras tem sofrido reconfigurações nos últimos anos por meio do surgimento de diferentes opções de partidos, alterando as eleições mais recentes que contaram com a presença desses novos partidos e também com a presença de candidatos *outsiders*. Essas reconfigurações alteraram o jogo político nesses países, mas a ideologia das cidadãs e dos cidadãos mantiveram-se relevantes na explicação do voto.

Em estudo sobre as eleições uruguaias de 2009, Selios e Vairo (2012) demonstram que a ideologia e a preferência partidária, somadas à avaliação positiva da economia e do governo de Vázquez, e a baixa volatilidade eleitoral são as características mais marcantes do comportamento eleitoral nesse pleito, explicando mais uma vitória do *Frente Amplio* para a

¹⁸ “Incidencia del voto por proximidad en las elecciones presidenciales más recientes de Costa Rica, El Salvador y Honduras. Países que están experimentando una reconfiguración en los últimos años, pero comparten algunos rasgos del sistema de partidos, en cuanto a su tradicional estabilidad, volatilidad limitada y fragmentación, así como su baja fluidez y presencia de outsiders, lo cual podría facilitar el voto por proximidad, tal y como ha esbozado la literatura. Así, el grado de polarización ideológica relativamente alto en El Salvador, y limitado en Costa Rica y Honduras, parece experimentar variaciones. De igual modo, el papel de la ideología en la atracción de electores próximos se muestra significativo en El Salvador y reducido en los partidos tradicionales de Costa Rica y Honduras. Asimismo, la presencia de candidatos externos a la vida partidista y exitosos en las elecciones analizadas ha modificado sustancialmente los patrones de voto, tal y como hemos visto en Costa Rica y Honduras”. (ZEPEDA; OTERO FELIPE, 2017, p. 41).

presidência do país. Historicamente o Uruguai conta com um sistema de partidos e eleitores estáveis (GONZÁLEZ, 1993, 1999; SOTELO, 1999 *apud* SELIOS; VAIRO, 2012), cujas variáveis políticas tendem a ser mais relevantes na explicação do voto do que os efeitos de campanha, ao contrário do que ocorre em países como Bolívia, Equador e Peru onde a campanha eleitoral parece ser a grande protagonista da decisão de voto, segundo autores como Meléndez (2012) e Batlle (2009).

Existem características sobre o comportamento eleitoral no Brasil que, de forma mais ou menos forte, estiveram presentes como parte da explicação do voto dos brasileiros: a clivagem “ricos x pobres” e a clivagem “centro x periferia” (REIS, 1978, 2000). E que, mesmo ao se complexificar o debate em torno dos diversos contextos eleitorais e das diferentes correntes de explicações para o voto no Brasil, como ocorreu principalmente a partir dos mandatos do presidente Lula (2002 a 2006 e 2007 a 2010), e toda a discussão sobre o “lulismo”¹⁹, percebe-se que essas clivagens ainda estiveram presentes. Por exemplo, Singer (2009) afirmou que os eleitores “lulistas” seriam representantes de um novo realinhamento político-ideológico, baseado em classe social e em ideologia, identificando a clivagem “ricos x pobres”; e Samuels (2008) e Terron e Soares (2010) apontaram a “migração” do petismo²⁰ de São Paulo para outras regiões do Brasil, trabalhando a clivagem “centro x periferia”.

Também estão inseridos nesse debate autores que desenvolvem suas explicações com foco no voto econômico, como Castro (2007); Rennó (2010, 2011) e Camargos (2013). Rennó e Cabello (2010) analisam o comportamento dos eleitores brasileiros nas eleições de 2002 e 2006, atribuindo ao voto um caráter retrospectivo, igualando a identificação do eleitor para com Lula à identificação com qualquer outro candidato governista que, de acordo com opinião pública, tenha feito ou venha a fazer um bom governo. E em discussão posterior à eleição de 2010, acerca do voto em Dilma Rousseff, Peixoto e Rennó (2011) identificam alguns padrões de voto, e apresentam como novidade o “efeito da mobilidade social sobre o voto”.

Em estudo sobre a América Latina, Camargos (2013) analisa a ocorrência do voto econômico em países da região e demonstra uma forte relação entre a incidência de crise econômica com o fortalecimento da preocupação dos eleitores em punir ou premiar o partido do incumbente, afirmando que “a recorrência de crises altera a sensibilidade do eleitor em

¹⁹ Lulismo é entendido como um fenômeno que emerge da expressão popular oriundo dos altos níveis de aprovação de Lula, suas características de liderança, e sua capacidade de se eleger e de transferir votos a candidatos os quais apoia. (ROCHA, 2013).

²⁰ Petismo trata-se da identificação partidária para com o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil.

relação ao desempenho econômico: onde há crises recorrentes, a relação entre economia e voto é mais forte do que em países onde as crises são eventuais” (2013, p. 72). No mesmo sentido, Roberts (2015) explica a alta volatilidade na América Latina com base nas crises econômicas e, a partir de uma perspectiva econômica, voltando a sua atenção à relevância das crises econômicas e seus efeitos na tomada de decisão dos eleitores e sua relação com os partidos, conclui:

“Quanto mais grave a crise e mais longa a sua duração, mais provável é produzirem-se mudanças de voto anti-incumbentes que realinham ou decompõem um sistema de partidos. Alternativamente, a estabilização econômica e o crescimento sustentado tornam mais fácil para operadores históricos manter o apoio eleitoral, contribuindo para a estabilidade do sistema partidário.”²¹ (ROBERTS, 2015, p.45. Tradução livre elaborada pela autora).

Com atenção ao debate, percebe-se que não há consenso sobre os determinantes do voto, sobre o papel da identificação partidária, da economia, ou do personalismo no comportamento eleitoral, principalmente se considerarmos as especificidades regionais e locais dos diferentes países. A riqueza do debate até aqui apresentado, bem como o alto nível da discussão dominante na literatura específica sobre as eleições na América Latina, permite considerar a importância das características dos sistemas de partidos e a relação dos eleitores com esses sistemas, ressaltando-se que, neste estudo, as atenções serão voltadas principalmente para a relação entre o voto partidário e os sistemas partidário e eleitoral.

2.3 Entre o partidarismo e o personalismo

O conceito de partidarismo, ou identificação partidária, é essencial nos estudos sobre comportamento eleitoral e tem-se mostrado um bom preditor do voto. Para a escola sociológica, a campanha eleitoral serve para reforçar as preferências prévias do eleitor e a decisão de voto ocorre a partir da identificação partidária, juntamente com as características socioeconômicas. Para a escola psicossociológica a identificação partidária, definidora da decisão de voto, se refere à relação afetiva que o eleitor cria e mantém com um partido político mediante o processo de socialização política. Segundo a escola da escolha racional, o

²¹ *“The more severe the crisis and the longer its duration, the more likely it is to produce anti-incumbent vote shifts that realign or decompose a party system. Alternatively, economic stabilization and sustained growth make it easier for incumbents to retain electoral support, contributing to party system stability”*. (ROBERTS, 2015, p.45).

partidarismo é um atalho informacional²² utilizado pelo eleitor para diminuir os custos de obtenção e processamento das informações políticas.

Assim como o conceito de partidarismo é importante para os estudos sobre instituições políticas, principalmente para as instituições sobre sistemas partidários e sistemas eleitorais, a identificação partidária constitui o eixo da compreensão moderna das democracias eleitorais (WEISBERG; GREENE, 2003). De acordo com Dalton (2013), os laços partidários determinariam a relação entre o comportamento político dos indivíduos e os sistemas partidários, orientariam suas atitudes em relação à política, atuariam como balizadores na assimilação de informações políticas, na interpretação de questões políticas e na tomada de decisões políticas. Além disso, tais laços contribuiriam para a mobilização/participação em partidos e eleições, além de se constituírem como fonte de estabilidade política, uma vez que eles têm consequência para a política partidária, as eleições e o processo democrático representativo em si (DALTON; MCALLISTER; WATTERBERG, 2003; DALTON, 2013).

Em análise acerca da estabilidade dos sistemas partidários, Roberts (2015) apresenta suas críticas à aplicação ao caso latino-americano da abordagem com foco em indivíduos ou em redes e grupos sociais, que enfatizam o processo de socialização política. O autor argumenta que, nos países da América Latina, a volatilidade é muito alta e que “Pesquisas de opinião pública que revelam o caráter fraco, fluido ou contingente das identidades partidárias.”²³ (ROBERTS, 2015, p. 28. Tradução livre elaborada pela autora). O autor também oferece importantes dados sobre a baixa identificação partidária²⁴ no subcontinente e é contundente ao afirmar que a alta volatilidade na América Latina é um estímulo para formar novos partidos ou candidatos *outsiders*.

Apesar de uma visão mais pessimista quanto à presença de identidades partidárias na América Latina, Roberts (2015) se preocupa com a relação entre os partidos e seus eleitores, ao argumentar que “a distinção básica entre sistemas partidários elitistas e mobilizadores de trabalhadores fornece, portanto, uma explicação teórica útil para o enigma da volatilidade

²² Atalhos informacionais podem ser entendidos como informações resumidas (pela mídia, partidos ou pessoas de confiança do cidadão) que diminuem os custos da busca e interpretação da informação sobre política, auxiliando o eleitor em sua tomada de decisão sobre o voto.

²³ “Public opinion surveys (that) reveal the weak, fluid, or contingent character of partisan identities”. (2015, p.28).

²⁴ Ver Roberts (2015, p. 28): “Regionwide, only 27.2 percent of Latin American citizens say they always vote for the same party (United Nations Development Program, 2003b, p.236), while 49.8 percent say they are “not close” to any party at all”. (Payne et al. 2002, p. 136).

eleitoral na América Latina”²⁵. (ROBERTS, 2015, p. 38. Tradução livre elaborada pela autora). O autor acompanha o diagnóstico presente nos tradicionais estudos sobre a América Latina, que afirmam que o partidarismo é fraco, mas ele próprio identifica variações entre os níveis de identificação partidária nos países latino-americanos, demonstrando que há muito a ser pesquisado sobre partidos e partidarismo na região.

Lupu (2014) examina padrões de partidarismo e sua relação com o comportamento político na América Latina, por meio de *cross-national surveys* analisando se, em média, o partidarismo latino-americano está correlacionado com as mesmas características individuais que estão associadas a ele em democracias avançadas. O autor encontra evidências de que os padrões de partidarismo na América Latina se assemelham aos de democracias avançadas, e destaca as variações no partidarismo entre os países latino-americanos.

Pensando na formação das identidades partidárias na América Latina, Gimenes, Borba, Carreirão e Ribeiro (2015) realizaram um estudo considerando o contexto dos países a partir de variáveis macroeconômicas e dos sistemas partidários, além de variáveis de caráter individual, tanto socioeconômicas quanto políticas e concluem que:

“a formação de identidades partidárias, embora com diferentes probabilidades de ocorrer, dependendo do grau de centralidade da posição do indivíduo na sociedade, seria, em boa medida, produto de processos de “decantação”, de acúmulo de experiência eleitoral pelas gerações, especialmente de aprendizado a respeito do que representam os principais partidos políticos, aumentando a chance de que os eleitores se identifiquem com algum deles”. (2015, p. 23).

É muito difícil falar sobre identificação partidária e comportamento eleitoral na América Latina sem pensar na presença do personalismo, inclusive no interior nos partidos ou mesmo na formação das identidades partidárias (SAMUELS, 2004; RUIZ, 2013), como um traço característico da cultura latino-americana, permeando as relações políticas por toda a região.

Não há consenso, na literatura, em torno da operacionalização de uma variável que meça personalismo. Os trabalhos que realizam testes empíricos o fazem no nível agregado, operacionalizando personalismo a partir do número de *outsiders* em determinadas eleições (COPPEDGE, 1998; MAINWARING; TORCAL, 2006) ou a partir do resultado das eleições para o legislativo e a capacidade do partido em endossar as candidaturas, como fazem Carey e Shugart (1995).

²⁵ “The basic distinction between elitist and labor-mobilizing party systems thus provides a useful first-cut theoretical explanation for the puzzle of electoral volatility in Latin America”. (2015, p. 38).

Ambos os caminhos são muito interessantes, mas não captam a dimensão individual do voto personalista. Sendo assim, essa questão permanece aberta para pesquisas futuras. Um caminho possível seria trabalhar com a hipótese de o voto personalista ocorrer de maneira inversamente proporcional ao voto partidário. Isso seria problemático segundo algumas visões, como a de Coppedge (1998), que afirma que personalismo e ideologia não são necessariamente qualidades mutuamente excludentes, o que permite a inferência de que o mesmo pode ocorrer entre personalismo e partidarismo. Mas é possível seguindo na direção apontada por Carrey e Shugart (1995), que associam o voto personalista à importância da reputação pessoal de um político, em oposição direta à reputação partidária.

Ruiz (2013) encontra, nos países da América Latina, evidências da presença do personalismo incentivado pelo elitismo dos partidos políticos e pelas características do sistema de partidos na região e apresenta exemplos como os casos da Nicarágua, por meio da relação entre Daniel Ortega e a Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) e do Peru, a partir da relação entre Alberto Fujimori e o Cambio 90. Não por acaso, Elkins (2000) encontra evidências de que “líderes conservadores são os mais relutantes para sustentar métodos de aumento da participação”, o que possibilita a manutenção de ideias e ações elitistas (2000, p.128).

Estudos sobre o personalismo e o partidarismo na América Latina se dividem entre visões mais pessimistas, que afirmam que os partidos não representam um espaço de interlocução entre Estado e sociedade, como Baquero (1998), que aponta um cenário político contemporâneo em que “os partidos políticos [encontram-se] numa situação de descrédito e falta de credibilidade permanente” (1998, p.19) frente aos eleitores e visões mais otimistas que identificam vínculos partidários fortes em alguns países, como Ruiz (2013). Esta tese contribui para esse debate ao defender que, apesar de os níveis de identificação partidária serem baixos em comparação ao das democracias consolidadas, há diferenças importantes entre os países latino-americanos que precisam ser investigadas.

Ao olhar separadamente para os casos de alguns países latino-americanos, observa-se a forte presença dessa discussão acerca da identificação partidária e sua convivência com personalismo. Por exemplo, David Samuels (1997) chama a atenção para a importância de se considerarem as características do sistema político brasileiro como um relevante fator de estímulo ao comportamento personalista por parte dos eleitores e também por parte dos próprios candidatos. O autor afirma que as regras partidárias, políticas e eleitorais incentivam a perpetuação do individualismo e reforçam o "fisiologismo" da política brasileira, e assim inibe, nos partidos e nas candidaturas, a adoção de estratégias coletivas e pragmáticas.

No mesmo sentido, Elkins (2000) mostra as fragilidades do sistema eleitoral brasileiro e observa as consequências disso para a participação dos eleitores:

“Primeiro, o sistema eleitoral é altamente personalista e os eleitores identificam-se mais com candidatos do que com partidos. Segundo, exceto para a esquerda, os partidos não são altamente ideológicos. Os candidatos transferem suas lealdades para partidos contrários sem sacrificar muito de sua agenda política. Terceiro, partidos são notavelmente indisciplinados. Consequentemente, votar em um membro de um partido não necessariamente significa um voto nas políticas defendidas pelo partido”. (ELKINS, 2000, p. 126).

A partir de um estudo longitudinal cobrindo o período de redemocratização no Brasil até o ano de 2002, Kinzo (2005) chega a conclusões pessimistas quanto à formação de laços entre os partidos e o eleitorado, atribuindo essa baixa formação de identificação partidária às características do sistema eleitoral e partidário. É importante ressaltar que Kinzo (2005) aborda a singularidade do caso do PT como o único partido que apresenta um crescimento significativo de identificação junto aos eleitores. Essa singularidade é trabalhada de forma mais contundente por Samuels (1997, 2004, 2008).

Ainda sobre a identificação partidária no Brasil, Carreirão e Kinzo (2004) explicam o significado e mensuram o impacto da preferência ou rejeição aos partidos políticos brasileiros sobre a decisão de voto, e defendem a relevância da inclusão dessas variáveis nos estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil.

De maneira similar, Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) analisam a “evolução dos sentimentos partidários dos eleitores brasileiros entre 2002 e 2010 e suas relações com variáveis atitudinais²⁶ e de comportamento dos eleitores” (2011, p.333). Nesse estudo, os autores concluem que os sentimentos partidários influenciam substantivamente o voto dos brasileiros para presidente da república. Os autores são contundentes ao afirmar que “há ocorrência de sentimentos partidários em boa parte da população; cerca de dois terços dos eleitores manifestam algum tipo de sentimento em relação aos dois partidos brasileiros mais importantes”. (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011, p.342).

No México, há uma significativa parcela da população que possui identificação partidária, oscilando entre 49,2% e 27,4% de 2006 a 2014 (Tabela 1). Essa identificação partidária se estabeleceu em meio à história de hegemonia do Partido Revolucionário

²⁶ As variáveis atitudinais utilizadas no trabalho são relacionadas a atitudes democráticas ou não democráticas, como: estatismo, igualdade, censura aos meios de comunicação e repressão a manifestações e passeatas e comportamento pela variável “voto para presidente”. (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011).

Institucional (PRI) e da tradição de seus principais partidos que se mantiveram ao longo do tempo.

Vale ressaltar que um marco importante para a democracia mexicana foi a eleição do ano 2000, ocasião em que ocorreu a primeira alternância presidencial no México depois de setenta anos seguidos com o PRI à frente do governo mexicano. Nessas eleições, Vicente Fox, presidente eleito pelo Partido Acción Nacional (PAN), contou não somente com os votos daqueles mexicanos identificados com o seu partido, mas também com eleitores diferentes quanto à ideologia e características socioeconômicas. Os estudiosos entendem que essa grande adesão em torno da candidatura de Vicente Fox ocorreu muito pela “vontade profunda dos mexicanos de alcançar a mudança.”²⁷. (ALBERRO, 2010, p.127. Tradução livre elaborada pela autora).

O forte desejo de mudança, segundo Moreno (2007) trouxe também eleitores da esquerda que apoiaram o *Partido de la Revolución Democrática* (PRD) nas eleições legislativas a realizar um voto útil para Fox, uma vez que seu candidato (Cárdenas) estava em terceiro lugar, atrás de Ochoa do PRI e sem chances de ganhar as eleições. Moreno (2007) considera que o PAN é um partido do tipo “*cacha-todo*”, ou seja, um partido que “abarca tudo”, por que historicamente seu desempenho abrange todo o contínuo do espectro ideológico e que Vicente Fox, seu candidato à presidente do México no ano 2000, somente ampliou essa característica intrínseca ao seu partido, contando com o seu carisma, uma forte campanha eleitoral e essa aspiração dos mexicanos por mudança.

Mas, se as eleições do ano 2000 viabilizam a chegada do PAN no poder, a eleição de 2012 devolve o governo mexicano ao PRI com a vitória de Peña Nieto. Meixueiro e Moreno (2014) debatem os determinantes do voto nessas eleições, identificando o quão complexo é o comportamento eleitoral mexicano e concluindo que “os fatores estruturais, as predisposições políticas adicionam um peso muito importante ao modelo de voto, em particular a ideologia política e, sobretudo, a identificação partidária”²⁸ (ALBERRO, 2010, p.327. Tradução livre elaborada pela autora), demonstrando a força que PRI continua tendo entre os eleitores no México.

O sistema político peruano é centrado nos candidatos e não em organizações partidárias. Diante disso, o que se espera é uma menor relevância da ideologia na explicação do voto, mas Meléndez (2012) defende que “o eleitorado peruano não só identifica claramente os

²⁷ “*voluntad profunda de los mexicanos de alcanzar el ‘cambio’*”. (ALBERRO, 2010, p. 297).

²⁸ “*Los factores estructurales, las predisposiciones políticas añaden un peso muy importante al modelo de voto, en particular la ideología política y, sobre todo, la identificación partidista*”. (ALBERRO, 2010, p. 327).

candidatos presidenciais em termos ideológicos, como também que a ideologia é um melhor preditor do voto em comparação com as considerações clientelistas e personalistas” (2012, p.12). O autor argumenta que as ideologias observadas no comportamento eleitoral dos peruanos “não requerem de organizações políticas estruturadas para serem coesionadoras de um projeto político, mas que dependem altamente da coerência discursiva dos políticos que encabeçam tais organizações” (2012, p.25). Essa argumentação é interessante, porém traz consigo outra interpretação possível e consonante ao *mainstream* da literatura: é possível que o que o autor chama de coerência discursiva seja, na verdade, força da campanha eleitoral, ou seja, capacidade discursiva de lideranças e suas campanhas eleitorais.

Outro exemplo interessante é a Colômbia, que tem apresentado, geralmente, níveis de identificação partidária abaixo da média da América Latina apesar de contar com partidos tradicionais. Segundo Roberts (2015), o sistema partidário colombiano mudou do bipartidarismo para um sistema multipartidário instável, e é sobre os desdobramentos dessa mudança que Villa (2015) se ocupa em seu estudo sobre a eleição de 2010 naquele país e, usando os dados do LAPOP 2014, ele conclui que:

“[...] a crise total da nação, que se expressa na crise dos partidos políticos, tem gerado um estado de descontentamento contínuo e endêmico como consequência da insatisfação das necessidades coletivas e diante da situação social dos habitantes ou dos eleitores, dos quais se fazem agentes os partidos políticos. Isso tem afetado a institucionalidade de tal forma que, ao desaparecerem as diferenças entre os partidos políticos tradicionais, o descontentamento se expressa na abstenção para votar por partidos hegemônicos; no mais, ao apresentarem processos de abertura política ou de modernização do sistema eleitoral na Colômbia, a desconfiança ou a perda de crença dos eleitores faz com que uma alta fragmentação se apresente nas opções políticas, e, como consequência, a volatilidade é um fenômeno corrente que hoje se expressa nas opções personalistas ou conjunturais presentes entre os eleitores, o que parece que é a ponta do iceberg da situação política nacional”²⁹. (VILLA, 2015, p. 219-220. Tradução livre elaborada pela autora).

Por fim, o Uruguai é um exemplo de país que possui níveis de identificação partidária acima da média da América Latina, oscilando entre valores maiores que 50% nos anos entre

²⁹ “[...] *la crisis total de la nación que se expresa en la crisis de los partidos políticos, ha venido generando un estado de descontento continuo o endémico como consecuencia de la insatisfacción de las necesidades colectivas y ante la situación social de los habitantes o de los electores, de la cual se hacen agentes los partidos políticos. Esto ha afectado la institucionalidad de tal forma que, al desaparecer las diferencias entre los partidos tradicionales, el descontento se expresa en la alta abstención para votar por los partidos hegemónicos, además, al presentarse procesos de apertura política o de modernización del sistema electoral en Colombia, la desconfianza o la pérdida de creencia de los electores hace que se presente una alta fragmentación en las opciones políticas de éstos, y como consecuencia, la volatilidad es un fenómeno corriente que hoy se expresa en las opciones personalistas o coyunturales que se le presentan a los votantes, lo cual parece que es la punta del iceberg de la situación política nacional*”. (VILLA, 2015, p. 219-220).

2006 e 2014. Selios e Vairo (2012)³⁰ investigam o comportamento eleitoral no Uruguai na eleição de 2009 e identificam baixa volatilidade eleitoral, demonstrando a existência de fortes lealdades aos partidos políticos que foram construídas "a lo largo de la vida" (2012, p. 199). As autoras identificam que, nessa eleição, o voto é explicado em partes: pela avaliação retrospectiva do incumbente e avaliação da economia por um lado e, por outro lado, pela identificação partidária e variáveis estruturais. Nas palavras das autoras:

“[...] por um lado as lealdades partidárias – baseadas em elementos ‘extrapolíticos’ consolidadas nas etapas de socialização primária – são relevantes nas preferências eleitorais dos uruguaios, mas também nesta eleição, as atitudes ‘políticas’ – avaliação da economia, e do governo – são relevantes, incorporando-se assim, mecanismos de accountability eleitoral”³¹. (SELIOS; VAIRO, 2012, p. 212. Tradução livre elaborada pela autora).

Buscando aprofundar o debate da identificação partidária, esta tese contribui para a área do comportamento eleitoral ao analisar em que condições essa identificação é convertida em votos. Nesse sentido, é proposto o conceito de voto partidário, que será apresentado na seção seguinte.

2.4 Voto partidário

Todo debate realizado até aqui aborda e contextualiza elementos essenciais para os objetivos desta tese, ou seja, a compreensão da relação entre os sistemas eleitoral e partidário e o comportamento eleitoral. Uma vez que se discutiu o próprio comportamento eleitoral, partidarismo e personalismo com especial atenção ao “voto” e “identificação partidária”.

E são exatamente essas duas variáveis, que formam a base conceitual e empírica do “voto partidário”, variável dependente deste estudo. O voto partidário é uma variável construída, nesta tese, e que contribui para o aprofundamento do estudo sobre partidarismo, ao captá-lo de forma mais acurada³² do que a identificação partidária, uma vez que o voto partidário exige algo a mais do que atitude do eleitor, expressando o seu comportamento coerente. Para a elaboração da medida de voto partidário, a identificação partidária é combinada com o voto de forma a ser elucidada mais adiante nesta seção.

³⁰ Selios e Vairo (2012) consideram a avaliação da economia e da gestão do governo como elementos “políticos” e características socioeconômicas, estruturais e identificação partidária como elementos “extrapolíticos”.

³¹ “*Por un lado las lealtades partidarias – basadas en elementos “extra políticos” consolidadas en las etapas de socialización primaria – son relevantes en las preferencias electorales de los uruguayos, pero también en esta elección, las actitudes “políticas” – evaluación de la economía, y del gobierno – son relevantes, incorporándose así mecanismos de accountability electoral.*” (SELIOS; VAIRO, 2012, p. 212).

³² Acurada ou exigente no sentido de o voto partidário ser uma medida mais refinada do que identificação partidária, exigindo algo mais do eleitor para ocorrer, ou seja, exigindo que além de identificado com algum partido ele também seja coerente com essa identificação ao votar.

Vale ressaltar que a expressão “voto partidário” não é nova, ela foi utilizada em vários trabalhos, porém com conotações diferentes dessa aqui apresentada. Alguns autores a utilizaram com o significado de “voto de legenda para a Câmara dos Deputados” como Samuels (1997) em seu artigo “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”, assim como Carey e Sugar (1995) e Gimenes, Borba, Carreirão e Ribeiro (2015), que usam a expressão no mesmo sentido. Já outros autores utilizaram “voto partidário” para expressar voto no partido do candidato a presidente, entendendo o voto no candidato como sinônimo de voto partidário, tal como Jorge (2012) faz em seu trabalho “*Cultura Política y voto partidario en Argentina: Posmodernismo, posmaterialismo y economía en el período 1995-2006*”.

Diferentemente desses trabalhos, o voto partidário é aqui entendido como o voto coerente com a identificação partidária do eleitor. Em outras palavras, o voto partidário ocorre quando o eleitor votou no candidato a presidente de um partido político (ou coligação) com o qual ele se identifica (ou outro partido da mesma coligação).

Lupu (2014) faz algo que se aproxima do que é proposto neste estudo como “voto partidário”. Ele analisa se os eleitores partidários votam nos candidatos do seu partido de preferência na América Latina a fim de identificar os efeitos do partidarismo no voto dos cidadãos latino-americanos e compará-los com os efeitos observados nas democracias avançadas. Seus dados são interessantes e resultam em um gráfico (Figura 3) demonstrando que, na América Latina há altas taxas do que ele chama de “votação partidária” (*partisan voting*), tal qual ocorre nas democracias avançadas.

“Apesar da variação significativa em todos os países, o panorama geral é claro: os partidários tendem a votar em seu partido. Em todos os países e pesquisas, uma média de 69% dos partidários votaram no seu partido quando competiu. Uma vez que estes são sistemas presidenciais, não esperávamos que a correspondência entre o partidarismo e a escolha do voto fosse tão elevada como em alguns sistemas parlamentares europeus. Mesmo assim, as taxas de votação partidária são notavelmente elevadas na América Latina. Como partidários em democracias avançadas, os partidários latino-americanos votam tipicamente para o seu partido.”³³ (LUPU, 2014, p. 238. Tradução livre elaborada pela autora).

³³ “Despite significant variation across the countries, the overall picture is clear: partisans tend to vote for their party. Across the countries and surveys, an average of 69% of partisans voted for their party when it competed. Since these are presidential systems, we would not expect the correspondence between partisanship and vote choice to be as high as in some European parliamentary systems. Even so, rates of partisan voting are remarkably high in Latin America. Like partisans in advanced democracies, Latin American partisans typically vote for their party”. (LUPU, 2014, p. 238).

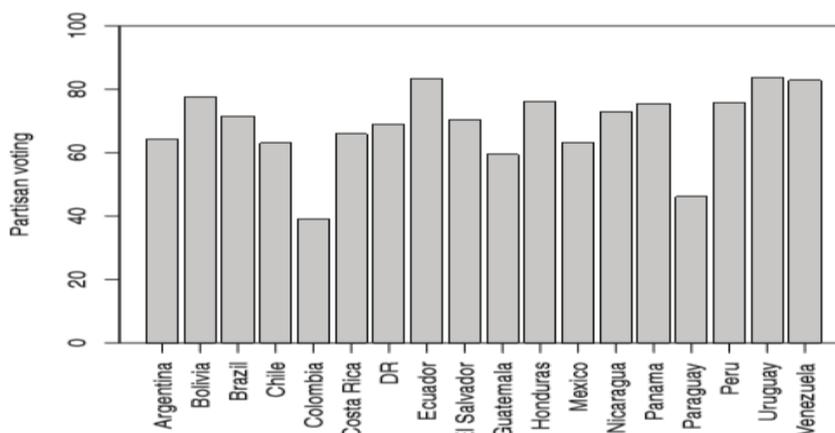
Figura 2 – Partidarismo e voto na América Latina

Figure 9.3 Mass partisanship and vote choice in Latin America. *Source:* AmericasBarometer 2006–2012. *Notes:* Bars represent the proportion of respondents who identified with a political party who voted for the candidate of their party in the most recent presidential election. Respondents who identified with a party that did not field a presidential candidate are omitted.

Fonte: Lupu (2014, p. 238).

Apesar de a “votação partidária” de Lupu (2014) ser parecida com o “voto partidário”, as medidas e alcances guardam diferenças entre elas. A medida de votação partidária é uma proporção calculada para cada eleição (entre 2002 e 2012), usando a pesquisa do Barômetro das Américas mais próxima no tempo. O autor calcula as médias sobre as eleições, omitindo os entrevistados que se identificam com um partido quando esse partido não apresenta um candidato presidencial. O voto partidário, tal como proposto nesta tese, é uma variável binária (voto partidário e voto não partidário) que foi construída a partir dos dados do Barômetro das Américas de 2014 unindo as respostas de identificação partidária e voto, incluindo os não identificados e os identificados com os partidos que compõem as coligações. A operacionalização do voto partidário será explicada em detalhes a seguir.

A votação partidária cumpre um objetivo de análise descritiva de, conforme já dito, identificar os efeitos do partidarismo no voto dos eleitores latino-americanos e compará-los com os efeitos observados nas democracias avançadas. Já o voto partidário permite, além das análises descritivas, a sua utilização em quaisquer outros testes estatísticos, o que torna o seu uso viável para alcançar os objetivos deste trabalho.

Neste trabalho, o voto partidário é estudado em sua relação com as características dos sistemas partidário e eleitoral. Essa relação é observada empiricamente por meio de análise multinível logística, permitindo avaliar o efeito das variáveis institucionais sobre essa associação entre a identificação partidária e o voto.

Para construir a variável dependente, primeiramente organizaram-se em uma tabela³⁴ os dados referentes aos partidos políticos, coligações e candidatos que disputaram as eleições em cada país. O ano eleitoral de cada país é o mesmo ano de referência da pesquisa do Barômetro das Américas de 2014 e os dados foram obtidos a partir dos órgãos oficiais organizadores das eleições nos diferentes países, como é o caso do Tribunal Superior Eleitoral no Brasil.

Em seguida, a partir dos dados da mesma pesquisa, realizou-se a operacionalização da seguinte forma: (1) a variável “qual é o partido com que você se identifica”³⁵ foi recodificada e transformada em uma variável de identificação com algum partido de uma coligação, ou seja, foi criada uma variável em que todos os entrevistados que preferem os partidos de uma mesma coligação receberam um mesmo código e (2) a segunda variável (“entrevistados que declaram voto no candidato a presidente daquela coligação”)³⁶ também foi recodificada com o mesmo valor (atribuído à sua coligação na variável anterior). Vale frisar que os casos de não resposta na primeira variável (referente à identificação partidária) e a segunda (referente ao voto) receberam códigos diferentes.

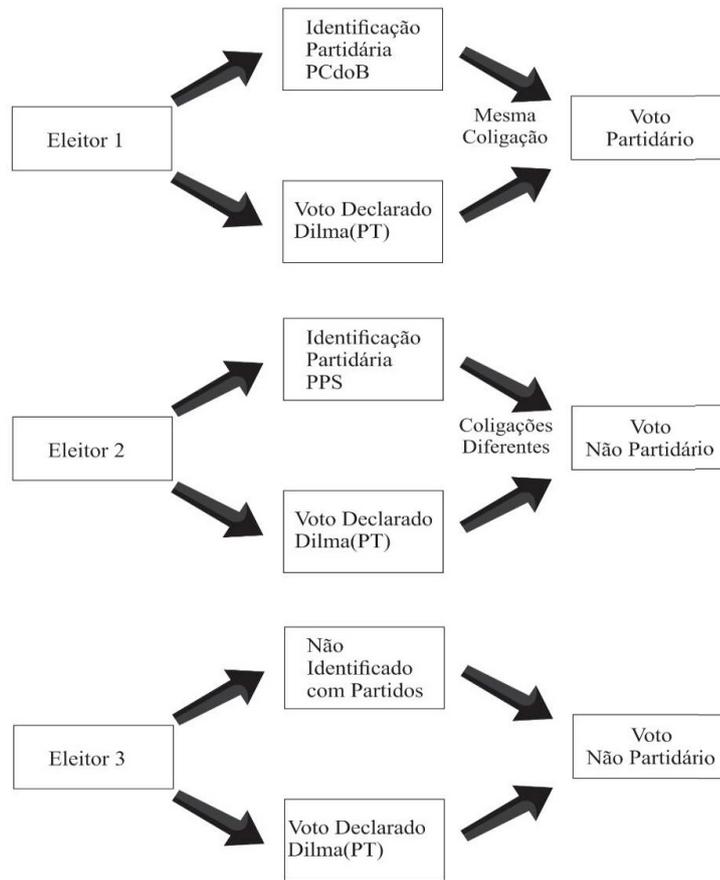
Uma vez organizadas essas duas variáveis, elas foram transformadas em uma única, “voto partidário”, que recebe o código 1 quando o seu valor tiver sido igual nas duas novas variáveis criadas (coligação/partido e voto), e recebe o código 0 se o valor tiver sido diferente entre as duas variáveis. Ou seja, o código 1 significa a ocorrência do voto partidário, e o código 0 significa que ocorreu o voto não partidário. Foi elaborado um esquema para deixar mais claro como foi feita a operacionalização do voto partidário por meio do exemplo de três possíveis eleitores de Dilma Rousseff (PT) em 2010 no Brasil na Figura 3.

³⁴ Essa tabela pode ser consultada no Anexo 1.

³⁵ A questão do questionário que será utilizada para medir identificação partidária é “VB11. *Which political party do you identify with? [DON'T READ THE LIST]*”. (Questionário LAPOP 2014, p. 16).

³⁶ A questão do questionário que será utilizada para observarmos a declaração de voto para presidente é “VB3n. *Who did you vote for in the last presidential election of 2008?*”. (Questionário LAPOP 2014, p. 15).

**Figura 3: Operacionalização da variável de voto partidário.
Exemplos com eleitores de Dilma Rouseff**



Fonte: Elaborado pela autora.

A distribuição dos percentuais da variável dependente (voto partidário) encontra-se na Tabela 3, assim como a descrição da variável tradicionalmente utilizada na literatura, (identificação partidária) e também a diferença entre os seus percentuais. Nessa tabela é possível perceber que há grande variação na identificação partidária entre os países latino-americanos. Os percentuais variam entre os extremos de 66,5% na Costa Rica e 11,4% na Guatemala. Há também grande variação entre os percentuais de voto partidário, variando entre 42,7% no Uruguai e 2% na Bolívia, assim como há variação na diferença entre os percentuais das duas variáveis, que vão de 6,1 no Chile até 35,6 em El Salvador.

Essa diferença entre os valores de identificação partidária e voto partidário pode ser entendida como um termômetro para perceber a capacidade de efetivação da identificação partidária no voto. Seria de se esperar que, em países onde a diferença é menor, a identificação partidária resultasse mais em votos, mas há de se considerar que em alguns casos, como o Chile, a identificação partidária já é baixa (12,2%) e, apesar de a diferença entre identificação partidária e voto partidário ser pequena (6,1), a queda representa 50%. Já no México, onde a diferença é também baixa (8,2), a redução representa 29,6%. Isso significa que 70,4% dos eleitores identificados votam coerentemente com seu partido de preferência no México. Há casos, como o Uruguai, em que a diferença é maior (17,1), mas essa diferença representa uma queda de apenas 28,6% entre a identificação partidária e o voto partidário, com 71,4% dos identificados votando em seu partido de preferência.

Tabela 3 - Identificação Partidária e Voto Partidário

País	IP (%)	VP (%)	% VP em relação a IP	Diferença entre IP e VP	Diferença (%)
Bolívia	25,4	2,0	7,9	23,4	92,1
Guatemala	11,4	2,2	19,3	9,2	80,7
Chile	12,2	6,1	50,0	6,1	50,0
Colômbia	28,1	8,1	28,8	20,0	71,2
Peru	19,0	8,5	44,7	10,5	55,3
El Salvador	44,6	9,0	20,2	35,6	79,8
Argentina	25,6	12,0	46,9	13,6	53,1
Brasil	22,9	13,0	56,8	9,9	43,2
México	27,7	19,5	70,4	8,2	29,6
Paraguai	39,7	24,1	60,7	15,6	39,3
Panamá	44,9	27,5	61,2	17,4	38,8
Equador	44,4	27,9	62,8	16,5	37,2
Honduras	39,9	28,6	71,7	11,3	28,3
Nicarágua	46,8	32,2	68,8	14,6	31,2
Venezuela	44,2	33,9	76,7	10,3	23,3
Costa Rica	66,5	38,5	57,9	28,0	42,1
Uruguai	59,8	42,7	71,4	17,1	28,6

Fonte: Elaborada pela autora, com dados extraídos do banco de dados do Barômetro das Américas 2014.

Ainda observando a Tabela 3, tem-se que a identificação partidária e o voto partidário seguem uma direção parecida³⁷. Como o voto partidário exige mais do eleitor do que ter identificação partidária, os percentuais são menores. Chama a atenção o fato de que há variação entre os seus valores e que, em alguns países, como El Salvador e Colômbia, a

³⁷ A correlação entre o voto partidário e a identificação partidária é 0,4570, ou seja, moderada e positiva.

identificação partidária alcança percentuais significativos (44,6% e 25,4%, respectivamente), mas essa identificação quase não se materializa em voto partidário (9% e 2%, respectivamente); e outros países, como Costa Rica e Uruguai, que possuem alta identificação partidária (66,5% e 59,8%, respectivamente), também apresentam um alto percentual de voto partidário (38,5% e 42,7%).

Essas variações demonstram empiricamente que voto partidário e identificação partidária não podem ser tratadas como fenômenos iguais, uma vez que não são proporcionais. Conforme já demonstrado, não necessariamente o país com a maior identificação partidária possui a maior incidência de voto partidário. Assim como, menores percentuais de identificação partidária também não significam, necessariamente, menor ocorrência do voto partidário em termos proporcionais e até mesmo em termos absolutos, como pode ser observado nas comparações entre El Salvador e México e também entre Bolívia e Chile.

A identificação partidária em El Salvador é de 44,6%, mas o voto partidário é de apenas 9%, já o México tem 27,7% de identificação partidária e 19,5% de voto partidário. Na Bolívia, a identificação partidária é de 25,4%, bem maior do que no Chile, onde a identificação partidária é de 12,2%. Mas, o voto partidário no Chile, embora baixo (6,1%) é maior do que na Bolívia (2%). Os 6,1% de voto partidário no Chile correspondem a 50% de identificados que votam de maneira coerente com o seu partido, enquanto que 2% de voto partidário na Bolívia correspondem a apenas 0,5%.

Por fim, faz-se necessário observar a importância de fatores conjunturais para explicar parte dessa discrepância entre as duas variáveis. É razoável supor, por exemplo, que, se um determinado partido governou mal o país, os eleitores que se identificam com esse partido não sejam leais a ele nessa eleição. Pelo fato de esse estudo analisar apenas uma eleição em cada país, não há informação suficiente para afirmar que, em alguns países, esse hiato é reforçado ou diminuído por fatores conjunturais. Mas registra-se, aqui, essa consideração como uma possível agenda de pesquisa futura.

3 VARIAÇÕES E VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA

Sendo o principal objetivo desse estudo observar a influência do sistema partidário e sistema eleitoral no comportamento dos eleitores latino-americanos, foi realizada, primeiro, uma discussão sobre o comportamento eleitoral na região, com o objetivo de introduzir o conceito de voto partidário.

O segundo passo é debater os elementos e características dos sistemas partidários e sistemas eleitorais na América Latina, apresentando os conceitos e a justificativa das escolhas das variáveis institucionais incluídas na análise que captam diferentes dimensões do sistema político. Os elementos de sistema partidário selecionados foram estrutura da competição partidária, que identifica a estruturação do sistema partidário; a fragmentação eleitoral, que capta a complexidade do sistema partidário (se ele é multipartidário, bipartidário ou unipartidário) e a polarização, que mede a distância ideológica entre os partidos que disputam o jogo político.

Sobre as variáveis de sistema eleitoral, foram escolhidas as seguintes: 1) o tipo de lista em eleições para a Câmara dos Deputados, que traduz um incentivo do sistema eleitoral para o tipo de relação estabelecida entre os partidos e os eleitores e; 2) a regra para candidaturas avulsas (permissão ou proibição); ou seja, candidaturas independentes de filiação em algum partido político.

Também, neste capítulo, são apresentadas operacionalização e descrição de cada uma dessas variáveis, apontando as variações existentes entre os países latino-americanos estudados.

O capítulo foi organizado em duas seções: 3.1 Sistemas Partidários na América Latina e 3.2 Sistemas Eleitorais na América Latina.

3.1 Sistemas Partidários na América Latina

Estudos relacionados aos sistemas partidários geralmente analisam os contextos de democracias industriais avançadas. Todavia, esses sistemas tendem a se diferenciar em democracias não consolidadas, e que demandam certas considerações. De maneira geral, a literatura aponta a baixa consolidação desses sistemas, enquanto nas democracias avançadas os sistemas de partidos estariam consolidados. Os estudos sobre sistemas partidários das democracias surgidas na terceira onda de democratização são de extrema importância, devido, em grande parte, à relação estreita que suas características mantêm com a qualidade da

democracia e, especialmente, com sua estabilidade. Não é por acaso que se observa na trajetória da América Latina que a instabilidade dos sistemas partidários esteve sempre ligada à instabilidade do regime democrático e vice-versa. (ROBERTS, 2015).

Em debate sobre a qualidade da democracia na América Latina, Morlino (2014) discute os avanços da democracia na região, apresentando também uma importante discussão acerca dos seus déficits ainda persistentes como: “crise de representação, debilidade institucional, desigualdade, corrupção, estados de direito fracos, elevados níveis de insegurança quanto à cidadania, ameaças à liberdade de expressão e uma longa lista de questões”. (2014, p. 10). O autor se preocupa com as mudanças globais e regionais e as consequências dessas mudanças para a qualidade da democracia na América Latina, destacando a importância do fortalecimento eleitoral na região nesses 35 anos de democracia; chama atenção para o tamanho do poder dos presidentes e as consequências do que ele denomina de excessivo presidencialismo na região; defende a necessidade de recuperar o consenso em torno do conceito de democracia e do regime em si; e afirma que a América Latina está “no meio do caminho: nem tudo ganho, nem tudo perdido”,³⁸ (MORLINO, 2014, p. 22. Tradução livre elaborada pela autora), defendendo a necessidade de se compreenderem e fortalecerem as instituições democráticas, entre as quais, os sistemas partidários e suas características e particularidades.

A institucionalização do sistema de partidos é entendida como um “processo pelo qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade” (HUNTINGTON, 1968, p. 12). Sendo assim, espera-se que quanto mais institucionalizado, ou consolidado, seja um sistema partidário, mais os atores conheçam e respeitem as regras da competição (MAINWARING; TORCAL, 2006). Nesse sentido, existe consenso na literatura acerca do fato de que sistemas partidários mais consolidados tendem a gerar melhores resultados ao jogo político como um todo. Melo e Câmara (2012, p. 75) afirmam que “o jogo político se torna mais estável, menos permeável ao surgimento de *outsiders* e mais inteligível para o eleitor ampliando, em decorrência, as chances de que este último possa exercer algum controle sobre os representantes”.

A propósito dessa discussão, Mainwaring (2018) revisa o seu estudo clássico com Scully (1995) sobre institucionalização dos sistemas partidários. Nele, o autor aponta alguns efeitos positivos dos sistemas institucionalizados: reduz as chances eleitorais de *outsiders*;

³⁸ “*a medio camino: ni todo ganado ni todo perdido*”. (MORLINO, 2014, p. 22).

inibe a eleição de indivíduos pouco experientes na política, diminui as chances de uma *policy change* abrupta; amplia o horizonte temporal dos atores e da política e facilita o processo de *accountability*.

Sistema partidário é entendido por Roberts (2015) como a interação entre os partidos políticos e não a soma de suas características; não obstante, uma de suas principais preocupações é com as mudanças, ou seja, as reformas que os sistemas políticos e políticas de representação sofreram na América Latina.

Assim, a partir das dimensões propostas por Sartori (1976), o autor identifica o Brasil, o Chile e o Uruguai como países de sistemas multipartidários estáveis, sendo o Brasil um sistema partidário bifronte; o Chile, um país de multipartidarismo em sistema de coalizões e, no Uruguai, há realinhamento e multipartidarismo moderado. Já na Argentina a mudança evoluiu do bipartidarismo a um sistema de partidos fracionado e predominante; na Colômbia, do bipartidarismo a um sistema multipartidário instável. E países como Bolívia, Equador, Peru e Venezuela têm sistemas partidários que passaram por processos de desestruturação: a Bolívia mudou do multipartidarismo moderado a um sistema de partidos predominante polarizado; o Equador, de um multipartidarismo instável a um sistema polarizado de partido predominante; o Peru é considerado uma democracia sem sistema partidário e a Venezuela foi do bipartidarismo a um sistema polarizado de partido predominante. Sobre essas mudanças que podem ou não ocorrer nos sistemas partidários nos países da América Latina, Coppedge (1998) afirma que

“Explicações que funcionam na América Latina se referem provavelmente a fatores que são mais facilmente, rapidamente e completamente manipulados pelos governos, líderes de partidos e outras elites. Esses fatores incluem divisão, fusões e alianças de partidos; táticas de campanha; mudanças programáticas; talvez desempenho econômico de curto prazo; e, em casos isolados, boicotes eleitorais e a proibição de certos partidos ou candidatos.”³⁹ (COPPEDGE, 1998, p. 563. Tradução livre elaborada pela autora).

Na América Latina ocorreram mudanças institucionais que afetam diretamente o sistema político e o comportamento eleitoral, como, por exemplo, sucedeu no México. Segundo Alberro, “o sistema político mexicano tem experimentado uma série de mudanças institucionais, assim como de comportamento eleitoral que o têm transformado

³⁹ “*Explanations that work in Latin America are more likely to concern factors that are more easily, rapidly and completely manipulated by governments, party leaders and others elites. These factors include party splits, mergers and alliances; campaign tactics; programmatic shifts; perhaps short-term economic performance; and in isolated cases, election boycotts and the proscription of certain parties or candidates*”. (COPPEDGE, 1998, p. 563).

profundamente”⁴⁰ (ALBERRO, 2010, p.290. Tradução livre elaborada pela autora), mudanças essas que foram caminhando pouco a pouco no sentido da abertura política, num ambiente de prevalência de um partido hegemônico que esteve no poder por sete décadas, o *Partido Revolucionário Institucional* (PRI). Essas mudanças institucionais culminaram na primeira vitória do *Partido Acción Nacional* (PAN) para presidente no ano 2000, quando foi eleito Vicente Fox Quesada, com 42,52% dos votos válidos, e na sequência de alternância de poder vivenciada pelo México desde então.

Sartori (1976), ao trabalhar o conceito de sistema partidário, destacou também a importância de se compreender a interação entre os partidos a partir da competição entre eles, afirmando que “os partidos constituem um ‘sistema’, então, apenas quando são partes (no plural), um sistema partidário é precisamente o sistema de interações resultante da competição interpartidária”. (1976, p. 44). Isso quer dizer que se um país tem apenas um partido ou não tem nenhum partido efetivo, não há sistema partidário, ou seja, para existir um sistema partidário é necessário que haja pelo menos dois partidos que interagem entre si e que interagem com o governo e com a população através de disputas (eleitorais, pela agenda política ou pelas políticas públicas a serem implementadas).

Observando esses sistemas, Mair (1996) apresenta o conceito de estrutura da competição partidária pelo Executivo, o qual se refere às interações entre os partidos e estruturação de um sistema político a partir da presença de certas características sobre estabilidade e mudanças no interior dos sistemas partidários. O autor diferencia esses sistemas em “sistema de estrutura da competição partidária aberta”, que corresponde a sistema partidário desestruturado, como é o caso do sistema peruano e “sistema de estrutura da competição partidária fechada”, que, por sua vez, trata-se de sistema partidário estruturado, como é o sistema da Costa Rica, por exemplo.

Em sistemas partidários fechados as interações entre os partidos e coalizões têm mais forma e são mais previsíveis, facilitando o discernimento dos partidos quanto às suas estratégias e consequentemente facilitando a tarefa dos eleitores em entender as regras do jogo político.

Por outro lado, em sistemas partidários abertos essas interações são imprevisíveis, os vínculos programáticos e ideológicos são mais fracos, assim como entre os partidos e os

⁴⁰ “El sistema político mexicano ha experimentado una serie de cambios institucionales, así como de comportamiento electoral que lo han transformado profundamente.” (ALBERRO, 2010, p. 290).

eleitores, tendendo a ser mais personalistas. Esses aspectos geram ao mesmo tempo uma concorrência instável. Essa ausência de previsibilidade na competição favorece a aparição de candidatos *outsiders*, que representam um perigo considerável para a democracia e sua qualidade.

Entender os sistemas partidários exige muita atenção devido a sua complexidade e dinamismo, e longe de pretender esgotar o debate sobre o tema, que é muito caro à ciência política, entende-se que a “estrutura da competição partidária”, por se tratar de uma variável que capta aspectos gerais acerca da estruturação dos sistemas, além de outras características sobre os aspectos eleitorais dos sistemas partidários, pode contribuir muito para a explicação do voto partidário.

Além da estruturação do sistema partidário, foram incluídas na análise duas outras medidas de sistema partidário: a fragmentação e a polarização. Ambas são variáveis clássicas e muito importantes para os objetivos desta tese porque elas captam diferentes dimensões e correspondem a características essenciais dos sistemas partidários segundo vários autores como Sartori (1976), Coppedge (1998) e Mainwaring e Torcal (2005). Estes últimos autores, afirmam que:

Os sistemas partidários variam em muitas dimensões, mas os cientistas sociais se empenham em identificar as mais importantes para facilitar a classificação e a comparação. Como, então, deveriam os cientistas sociais comparar e classificar os sistemas partidários? Sartori (1976) identificou duas dimensões desses sistemas como sendo de particular importância: o número de partidos relevantes e o grau de polarização ideológica. (MAINWARING; TORCAL, 2005, p. 252).

A fragmentação, também conhecida por “número efetivo de partidos” (NEP), é uma das primeiras dimensões que um pesquisador deve observar em um sistema partidário ainda desconhecido. Esse indicador torna possível identificar quantos partidos estão de fato inseridos na disputa dentro daquele sistema, ou seja, ele permite identificar se o sistema é multipartidário, bipartidário ou unipartidário.

Sendo assim, esse indicador capta a dimensão da complexidade do sistema partidário, a qual pode trazer consequências diretas para o jogo político, tanto para o sistema partidário em si quanto para os vínculos entre o eleitor e o partido. Sobre isso, Rennó (2006), ao discutir o “dilema do rico”⁴¹, mostra que um grande número de partidos aumenta a complexidade do sistema partidário e dificulta a compreensão do jogo político. Nas palavras do autor:

Não há dúvida de que é melhor ter várias opções do que não ter nenhuma; portanto, é inquestionavelmente melhor viver em um regime onde há opções eleitorais do que em um onde a oferta seja demasiadamente restrita. Entretanto, um número muito

⁴¹ O “dilema do rico” trata-se de haver “muitas opções (de candidatos, no caso eleitoral) e apenas uma escolha a se fazer” (RENNÓ, 2006 p. 47).

grande de opções pode aumentar em demasia o custo da escolha e acabar por levar à não-decisão. Ou seja, uma sobrecarga de informações proveniente de um ambiente com múltiplas ofertas, pode acabar por minar os aspectos benéficos de um sistema cuja essência é ofertar um amplo leque de escolhas eleitorais. (Rennó, 2006, p. 47).

Há muitos estudos sobre a fragmentação produzidos depois do clássico trabalho de Sartori (1976) e tais estudos observaram os seus diferentes efeitos, mas dois desses efeitos foram os mais discutidos entre os pesquisadores, segundo Ruiz e Otero Felipe (2013): “efeitos da fragmentação sobre a geração de consensos.” (2013, p. 125) e “efeitos da fragmentação sobre a geração de consensos.”⁴² (2013, p. 126). Neste trabalho, analisa-se o efeito da fragmentação, medida pelo número efetivo de partidos, sobre a estabilidade.

Nessa linha de estudos, ainda há dois caminhos possíveis: analisar a “fragmentação eleitoral” ou a “fragmentação parlamentar ou número efetivo de partidos no parlamento”. Na presente tese, a variável estudada é a “fragmentação eleitoral” uma vez que se procuram explicações para o voto dos latino-americanos e essa variável considera a porcentagem dos votos em seu cálculo e não o percentual de assentos conquistados, como no caso da “fragmentação parlamentar”.

A “polarização” é outra variável importante para a caracterização dos sistemas partidários. Ela mede a distância ideológica ou de aspectos programáticos existentes entre os partidos dentro de um sistema. Coppedge (1998) a define como sendo a dispersão dos votos em sua distância do centro relativo do sistema partidário em se tratando da escala ideológica. Sartori (1976), um dos precursores dos estudos sobre polarização, a utiliza para identificar a relevância dos partidos para um sistema partidário. Ele afirma que partidos com capacidade de redirecionar o jogo político, para o centro ou para as extremidades em termos da escala ideológica, têm capacidade de alterar o debate e a disputa política da moderação para a polarização e vice-versa, de um sistema muito polarizado para um mais moderado. Esses partidos têm capacidade de bloquear o processo decisório no congresso e possuem capacidade de chantagem. Nesse caso, eles não precisam fazer parte do governo para serem efetivos.

As ideologias podem se alterar ao longo do tempo no interior dos sistemas partidários, e isso afeta a polarização levando as disputas a movimentos centrípetos ou centrífugos. Para Sartori (1976), esses movimentos tendem a acontecer mais intensamente em sistemas multipartidários e aumentam o grau de polarização a ponto de dificultar acordos e gerar

⁴² “*efectos de la fragmentación sobre la generación de consensos*” (RUIZ; OTERO FELIPE, 2013, p. 125) e “*efectos de la fragmentación sobre la estabilidad (governabilidad vs. representatividad)*” (2013, p. 126).

instabilidade (eleitoral e institucional) e dificuldades para a governabilidade. Posteriormente, segundo Ruiz e Otero Felipe (2013), surgiram outros argumentos, defendendo que um certo nível de polarização pode ser positivo para o sistema partidário, por indicar a presença de diferentes posições políticas, integrar opções ideológicas e programáticas no sistema e viabilizar o jogo político com alternativas mais claras. O presente estudo se filia à visão mais positiva da polarização, levantando, inclusive, a hipótese de que maiores níveis de polarização podem aumentar as chances de ocorrer voto partidário.

Assim como existem diferentes visões interpretativas para a polarização, também existem diversas formas para a sua aplicação e operacionalização. A forma mais comum, e pela qual é feita neste estudo, faz o cálculo a partir da distância ideológica entre os partidos mais extremos do espectro direita-esquerda.

Além disso, outras decisões são tão importantes quanto o formato da variável: (1) decidir como realizar a “localização média que constitui a base de cálculo da polarização”⁴³: se será por meio da autolocalização ideológica dos membros da elite partidária ou pela média da localização ideológica dos partidos; (2) decidir sobre “quais partidos políticos serão incluídos no cálculo da polarização”⁴⁴: se todos os partidos envolvidos na disputa eleitoral ou se somente aqueles partidos que possuem representação parlamentar; e (3) decidir sobre qual fórmula utilizar e sobre realizar ou não a ponderação por peso relativo dos partidos, peso relativo quanto ao tamanho do partido, seu peso eleitoral ou seu peso parlamentar (RUIZ; OTERO FELIPE, 2013, p. 90-91).

Neste trabalho optou-se por utilizar a “polarização média ponderada da localização partidária” elaborada por Ruiz (2013, p. 31), que considera a média das localizações ideológicas dos partidos indicadas pelos parlamentares na pesquisa *Parliamentary Elites in Latin America*, ponderada pelo peso do partido em cada período legislativo.

3.1.1. Operacionalização das variáveis de sistema partidário

O conceito e a classificação dos sistemas partidários quanto à “estrutura da competição partidária” contribui muito para a compreensão dos sistemas partidários. Porém, a literatura ainda não realizou a sua sistematização. Sendo assim, este estudo propõe sua operacionalização baseada nos critérios de Mair (1996) e, para determinar o recorte temporal,

⁴³ “Ubicación promedio que constituye la base del cálculo de la polarización” (RUIZ; OTERO FELIPE, 2013, p. 90).

⁴⁴ “Qué partidos políticos son los que se incluyen en el cálculo de la polarización” (RUIZ; OTERO FELIPE, 2013, p. 91).

considerou-se a regra sobre partidos efetivos de Sartori (1976), a qual coincide com o tempo para institucionalização dos partidos segundo Rose e Mackie (1988). Sartori (1976) considera que um partido é relevante para um sistema partidário se este fez parte do governo nos três últimos mandatos. E Rose e Mackie (1988) consideram institucionalizados os partidos que disputaram sucessivamente pelo menos três eleições nacionais.

Dessa forma, classificaram-se os sistemas dos 17 países latino-americanos estudados. O sistema partidário de um país foi classificado como “sistema de estrutura da competição fechada” quando há predomínio de alternância familiar ou manutenção de partido e/ou coalizão no governo nos 3 últimos mandatos, o governo é unipartidário e a disputa das últimas três eleições ocorreu entre os mesmos competidores, isto é, partidos políticos e/ou coalizões. E classifica-se como “sistema de estrutura de competição aberta” aquele em que há inovação total ou parcial na alternância do governo nos três últimos mandatos, o governo é multipartidário e a disputa das últimas três eleições ocorreu entre competidores variados, ou seja, ela ocorreu entre diversos partidos políticos e/ou coalizões.

Foram então, classificados como sistemas de estrutura da competição fechada, recebendo o código 1, aqueles sistemas que contarem com pelo menos duas das três características típicas de estruturas fechadas, e os sistemas dos demais países foram classificados como sistemas de estrutura da competição aberta, recebendo o código 0.

Quadro 2 - Estrutura da competição partidária

País	Ano eleitoral de referência	Há predominado alternância familiar ou manutenção de partido/coalizão no governo nos 3 últimos mandatos	Governo é unipartidário	As 3 últimas eleições foram disputadas pelos mesmos competidores (partidos/coalizões)	Fechada ou Aberta*
Argentina	2011	Sim	Não	Não	Aberta
Bolívia	2009	Não	Sim	Sim	Fechada
Brasil	2010	Sim	Não	Sim	Fechada
Chile	2013	Sim	Não	Sim	Fechada
Colômbia	2010	Sim	Não	Não	Aberta
Costa Rica	2014	Sim	Sim	Sim	Fechada
Equador	2013	Sim	Sim	Sim	Fechada
El Salvador	2014	Sim	Sim	Sim	Fechada
Guatemala	2011	Sim	Não	Não	Aberta
Honduras	2013	Sim	Sim	Sim	Fechado
México	2012	Sim	Não	Sim	Fechada
Nicarágua	2011	Sim	Sim	Sim	Fechada
Panamá	2009	Sim	Não	Não	Aberta
Paraguai	2013	Sim	Não	Não	Aberta
Peru	2011	Não	Não	Não	Aberta
Uruguai	2009	Sim	Sim	Sim	Fechada
Venezuela	2013	Sim	Sim	Sim	Fechada

*Onde: Fechada (2 ou 3 'Sim') ou Aberta (0 ou 1 'Sim').

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos da PELA e dos sites dos órgãos oficiais organizadores das eleições em cada país.

A segunda variável independente a ser estudada é a “fragmentação eleitoral”. Como já dito, essa variável capta a dimensão da complexidade dos sistemas partidários. A partir dela é

possível observar se a eleição é disputada efetivamente por muitos, por dois ou por apenas um partido.

A fragmentação eleitoral foi medida através do cálculo do número de partidos efetivos no sistema – o indicador de fragmentação de Rae (1996) –, com a atualização de Lakso & Taagepera (1979 *apud* RUIZ; OTERO FELIPE, 2013)⁴⁵ obtida em Ruiz (2013), que fornece os cálculos realizados para um período que vai de 1978 até 2009⁴⁶, como pode ser observado na Tabela 4.

⁴⁵ Ver Ruiz e Otero Felipe, 2013, p. 130.

⁴⁶ Essa periodização é interessante ao trabalho na medida em que ela se aproxima dos anos eleitorais de referência de cada país analisado, abrangendo também um grande período de tempo, o que permite oferecer um indicativo mais robusto para a região.

Tabela 4 - Fragmentação eleitoral

País	Período	Fragmentação eleitoral
Honduras	1981-2005	2,19
Nicarágua	1984-2006	2,44
Paraguai	1989-2008	2,58
Costa Rica	1978-2006	2,61
México	1985-2006	2,69
Uruguai	1984-2004	3,00
Argentina	1983-2007	3,08
El Salvador	1985-2009	3,13
Peru	1980-2006	3,41
Venezuela	1978-2005	3,42
Panamá	1994-2004	3,50
Colômbia	1982-2006	3,64
Guatemala	1985-2007	3,84
Bolívia	1985-2005	4,73
Chile	1989-2005	5,20
Equador	1979-2006	5,86
Brasil	1986-2006	7,43

Fonte: Elaborada e a adaptada pela autora com dados extraídos de Ruiz (2013, p. 29).

A Tabela 4 indica o número de partidos efetivos para os países latino-americanos nos seus respectivos anos eleitorais de referência e, a partir dela, pode-se perceber que não há nenhum país analisado que seja unipartidário, mas que há certa variação na fragmentação eleitoral desses países. A maioria dos países possui entre três e cinco partidos efetivos, caracterizando sistema multipartidário moderado.

Por fim, a terceira variável estudada é a “polarização ponderada por localização partidária”. Conforme já mencionado, é um indicador que mede a separação ideológica entre dois polos existentes em um determinado sistema de partidos. Os valores do indicador de polarização foram obtidos a partir de Ruiz (2013) que fornece os cálculos realizados para um período que vai de 1993 até 2011⁴⁷, como pode ser observado na Tabela 5.

⁴⁷ Essa periodização é interessante ao trabalho na medida em que ela se aproxima dos anos eleitorais de referência de cada país analisado, abrangendo também um grande período de tempo, o que permite oferecer um indicativo mais robusto para a região.

Tabela 5 - Média da polarização ponderada nos sistemas partidários latino-americanos

País	Período	Polarização média ponderada da localização partidária
Paraguai	1993-2008	0,21
Costa Rica	1994-2010	0,47
Venezuela	1993-2005	0,77
Argentina	1995-2009	0,80
Honduras	1993-2010	1,25
Peru	1995-2011	1,45
México	1994-2009	1,56
Uruguai	1994-2010	1,62
Brasil	2002-2006	1,88
Panamá	1999-2009	1,88
Bolívia	1993-2010	2,12
Guatemala	1995-2011	2,50
Chile	1993-2010	2,60
Equador	1996-2006	2,76
Colômbia	1994-2010	3,00
Nicarágua	1996-2011	6,24
El Salvador	1997-2009	8,69

Fonte: Elaborada e a adaptada pela autora com dados extraídos de Ruiz (2013, p. 31).

A partir da Tabela 5 é possível perceber que na maioria dos países há moderação quanto a ideologia. Observa-se que os países mais polarizados são El Salvador e Nicarágua, com opções partidárias mais distantes entre si, e os países menos polarizados, ou seja, aqueles com opções partidárias mais próximas entre si são Paraguai e Costa Rica. Ao explicar esses mesmos dados, Ruiz (2013) chama a atenção para algo que vale a pena registrar, ao afirmar que

[...] este é um dado médio, por meio do qual não se capturam as variações na polarização que podem ter sido produzidas. Esse seria, por exemplo, o caso da Venezuela, que aqui aparece como um cenário moderado ao capturar a média da polarização no tempo e referir-se unicamente aos partidos com representação parlamentar. (2013, p. 30).

Em comparação com os sistemas partidários de países de democracias industriais avançadas, a fragmentação apresenta níveis mais altos e a polarização apresenta níveis mais baixos, mas há variação interna considerável nos níveis de fragmentação e polarização entre os sistemas partidários dos países latino-americanos, indicando, a princípio, que a investigação e a inclusão dessas variáveis como tal na análise é justificável. No capítulo seguinte, será apresentado o teste de correlação (Tabela 7) realizado para confirmar a viabilidade metodológica da inclusão dessas variáveis como variáveis independentes no modelo.

3.2 Sistemas eleitorais na América Latina

O sistema eleitoral é o conjunto de regras que regulam as eleições, ou seja, a transformação dos votos dos cidadãos em cadeiras no Legislativo e em mandatos no Executivo (TAVARES, 1994; LIJPHART, 1994; NICOLAU, 2004) e variam entre os países, estando previstos nas constituições de cada um deles. Nas palavras de Tavares (1994) os sistemas eleitorais são “construções institucionais política e estrategicamente concebidas e tecnicamente realizadas, para viabilizar e sancionar a representação política”. (1994, p. 34).

Existem duas grandes modalidades de sistemas eleitorais: o sistema de representação majoritária e o sistema de representação proporcional. Os sistemas de representação majoritária foram os primeiros a surgir, mas, a partir do princípio do século XX, sistemas de representação proporcionais começam a ser adotados, primeiramente pela Bélgica (em 1899) em seguida pela Suécia (em 1908) e por outros países da Europa continental.

A América Latina guarda algumas similaridades e diferenças interessantes entre os sistemas eleitorais de seus países. Como bem disse Marengo (2012), nenhum deles possui a fórmula majoritária para eleições da Câmara dos Deputados. Outra singularidade é que a lei eleitoral ou é muito jovem ou sofreu emendamento nos últimos 30 anos, mas há “diferenças quanto aos procedimentos de alocação da cota proporcional de cadeiras entre os seus candidatos” (MARENCO, 2012, p. 241) e também quanto à obrigatoriedade do comparecimento eleitoral, lei eleitoral, número de turnos para as eleições presidenciais, regra

sobre a reeleição para presidente, a duração do mandato do presidente e tipo de eleição para a Câmara dos Deputados, como pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 - Sistema Eleitoral na América Latina

País	Ano referência	Lei eleitoral	Obrigatoriedade do voto	Turnos eleição presidencial	Reeleição para presidente	Mandato presidencial	Eleição para a Câmara dos Deputados
Argentina	2011	18/08/1983 - Última emenda: 11/01/1995	Voto compulsório	2	Reeleição limitada	4	Proporcional
Bolívia	2009	4/12/2001	Voto compulsório	2	Reeleição limitada	5	Misto
Brasil	2010	15/07/1965 - Última emenda: 19/09/1995	Voto compulsório	2	Reeleição limitada	4	Proporcional
Chile	2013	19/04/1988 - Última emenda: 16/08/199	Voto facultativo	2	Sem reeleição consecutiva	4	Proporcional
Colômbia	2010	01/01/1900 - Última emenda: 1990	Voto facultativo	2	Reeleição limitada	4	Proporcional
Costa Rica	2014	01/01/1953 - Última emenda: 2005	Voto compulsório	2	Há reeleição ilimitada	4	Proporcional
Equador	2013	27/02/1998 - Última emenda: 20/10/2008	Voto compulsório	2	Sem reeleição	4	Misto
El Salvador	2014	14/12/1992 - Última emenda: 22/11/1996	Voto compulsório	2	Sem reeleição consecutiva	5	Proporcional
Guatemala	2011	27/12/1985	Voto compulsório	2	Sem reeleição absolutamente	4	Misto
Honduras	2013	19/05/1981 - Última emenda: 17/11/1989	Voto compulsório	1	Há reeleição ilimitada	4	Misto
México	2012	01/01/1900 - Última emenda: 03/09/1994	Voto compulsório	1	Sem reeleição absolutamente	6	Misto
Nicarágua	2011	11/11/1812 - Última emenda: 11/01/2000	Voto compulsório	1	Há reeleição ilimitada	5	Proporcional
Panamá	2009	10/08/1983 - Última emenda: 14/07/1997	Voto compulsório	1	Sem reeleição consecutiva	5	Misto
Paraguai	2013	01/01/1900	Voto compulsório	1	Sem reeleição absolutamente	5	Proporcional
Peru	2011	27/09/1997 - Última emenda: 28/12/2000	Voto compulsório	2	Sem reeleição consecutiva	5	Proporcional
Uruguai	2009	01/10/1925 - Última emenda: 09/06/1999	Voto compulsório	2	Sem reeleição consecutiva	5	Proporcional
Venezuela	2013	13/12/1997 - Última emenda: 02/10/1998	Voto compulsório	1	Há reeleição ilimitada	6	Misto

Fonte: Elaborado pela autora com dados de PELA, IPU, Election Guide, Constitute Project, Banco Mundial e sites dos órgãos organizadores das eleições em cada país.

Os estudos sobre sistemas eleitorais analisam as conformações dessas regras para a democracia, buscando entender os efeitos dessas instituições sobre os partidos e sistemas partidários, sobre os eleitores e sobre a relação dos políticos e partidos com as suas bases.

Segundo Duverger, apud Nicolau e Schmitt (1995), o sistema eleitoral atua sobre o sistema político por intermédio de dois mecanismos, conhecidos como o efeito mecânico e o efeito psicológico de Duverger.

O efeito mecânico é a influência do sistema eleitoral sobre o sistema partidário. Nicolau e Schmitt (1995) afirmam que há uma “tendência de que todos os sistemas eleitorais em prática nas democracias têm de sub-representar os menores partidos e sobre-representar os maiores” (1995, p. 131). No sistema proporcional, como é o caso de todos os países latino-americanos, é o quociente eleitoral mínimo que faz com que pequenos partidos não alcancem uma cadeira e que os maiores fiquem com mais cadeiras do que os votos recebidos proporcionalmente. Este efeito “opera mecanicamente e está livre de qualquer cálculo estratégico. Portanto, ele ocorre em uma eleição, e, para usar uma linguagem direta, depois de as urnas estarem fechadas” (1995, p. 131-132).

E o efeito psicológico de Duverger trata-se de como os eleitores entendem o jogo e formam as suas preferências, fazendo com que, geralmente, os maiores partidos acabem sendo recompensados, em detrimento dos pequenos partidos na urna. Este efeito

[...] pode estimular os eleitores a deixar de votar em um partido sub-representado em eleição anterior para não desperdiçar seu voto. [...] Ao contrário do efeito mecânico, o efeito psicológico necessita de pelo menos duas eleições para ocorrer. Como André Blais e R. K. Carty destacaram, há uma nítida distância entre os dois efeitos: o psicológico afeta o voto, o mecânico afeta as cadeiras. (NICOLAU; SCHMITT, 1995, p. 132).

Neste trabalho, as atenções estão voltadas para o efeito psicológico, pois se observam os efeitos do sistema eleitoral no voto dos latino-americanos. Com esse objetivo, foram selecionadas duas variáveis de sistema eleitoral que podem medir o efeito dessas regras para o voto em eleição para o Executivo: a permissão para candidaturas avulsas e o tipo de lista para a eleição da Câmara dos Deputados.

A primeira variável, ou seja, a regra que determina se no país há ou não permissão para candidaturas avulsas, independentes de partidos políticos, é uma regra pouco debatida na literatura sobre sistemas eleitorais, mas bastante interessante para os objetivos da presente análise: afinal, ela capta uma dimensão que diz muito sobre se o sistema pretende ser mais centrado nos partidos ou nos candidatos.

Ressalta-se que a segunda variável é referente às eleições legislativas, e o voto que está sendo estudado é para o Executivo, mas entende-se que os efeitos psicológicos, assim como a relação estabelecida e/ou o sentimento que o eleitor desenvolve para com os partidos, valem para a eleição como um todo, e não apenas separadamente para eleições legislativas.

Sendo assim, tanto o tipo de lista, quanto a permissão ou proibição de candidaturas avulsas são regras institucionais que indicam se um sistema é mais centrado no partido ou no candidato, alterando as estratégias da competição por parte dos candidatos e de compreensão por parte dos eleitores. Nicolau (2006) afirma que “regras institucionais que estimulam as campanhas centradas em candidatos (e não nos partidos) têm como resposta o alto peso da reputação pessoal (e baixo peso da reputação partidária) na escolha do eleitor” (2006, p. 704-705).

No Quadro 4 estão dispostas as variáveis de sistema eleitoral incluídas na análise e observa-se que há variação entre os casos latino-americanos para ambas as variáveis e também na combinação entre elas. Por exemplo, na Argentina não há permissão para candidatura avulsa e o tipo de lista é fechada; no Panamá há permissão para candidatura avulsa e o tipo de lista é fechada; no Brasil não há permissão para candidaturas avulsas e o tipo de lista é aberta e, no Peru, há permissão para candidaturas avulsas e o tipo de lista é aberta.

Quadro 4 - Variáveis independentes de Sistema Eleitoral

País	Permissão para candidatura avulsa para Presidente e Câmara dos Deputados	Tipo de lista para a Câmara dos Deputados
Argentina	Não permite candidatura avulsa	Lista fechada
Bolívia	Permite candidatura avulsa para ambos	<i>FPTP</i> e lista fechada
Brasil	Não permite candidatura avulsa	Lista aberta
Chile	Permite candidatura avulsa para ambos	Lista aberta
Colômbia	Permite candidatura avulsa para ambos	Lista aberta
Costa Rica	Não permite candidatura avulsa	Lista fechada
Equador	Permite candidatura avulsa para ambos	Lista aberta
El Salvador	Permite candidatura avulsa apenas para a câmara dos deputados	Lista aberta
Guatemala	Não permite candidatura avulsa	Lista fechada
Honduras	Permite candidatura avulsa para ambos	Lista fechada
México	Permite candidatura avulsa para ambos	<i>FPTP</i> e lista fechada
Nicarágua	Não permite candidatura avulsa	Lista fechada
Panamá	Permite candidatura avulsa apenas para presidente	<i>FPTP*</i> e lista fechada
Paraguai	Permite candidatura avulsa para ambos	Lista fechada
Peru	Permite candidatura avulsa para ambos	Lista aberta
Uruguai	Não permite candidatura avulsa	Lista fechada
Venezuela	Permite candidatura avulsa para ambos	Lista fechada

**FPTP: First Past The Post.* No método de votação *FPTP*, os eleitores indicam na cédula eleitoral um candidato de sua escolha, e o candidato que recebe mais votos vence: “o vencedor leva tudo”.

Fonte: Elaborado pela autora com dados de IPU, Election Guide, Constitute Project e sites dos órgãos organizadores das eleições em cada país.

As interações das características dos sistemas eleitorais entre si, com os sistemas partidários, assim como as relações dessas regras eleitorais com a sociedade e com a cultura

política são estudadas desde 1946 por Duverger e elas são essenciais para a compreensão do jogo político, assim como são necessárias para o funcionamento da democracia.

“A funcionalidade e a eficácia de um sistema eleitoral particular dependem do rigor e da precisão com que o instituidor consegue antecipar o funcionamento e os efeitos não só de sua interação institucional concreta com os demais elementos do sistema estatal como também da interação estratégica do conjunto dos grandes segmentos da organização política da sociedade – entre os quais se encontra o próprio sistema eleitoral – com o ambiente sociopolítico e com a cultura política sobre os quais foi edificado”. (TAVARES, 1994, p. 227).

Para além da normatividade contida nessa afirmação, vale atentar para os efeitos das interações institucionais, em especial as relações entre as características do sistema eleitoral das do sistema partidário incluídas na análise.

4 DADOS E MÉTODOS

A análise é desenvolvida com o uso de testes estatísticos multivariados de natureza quantitativa, sendo as principais fontes de dados os resultados eleitorais obtidos nos órgãos responsáveis por organizar as eleições em cada país, como, por exemplo, o Tribunal Superior Eleitoral no Brasil, além dos dados do *Constitute Project*, do *Inter-parliamentary Union* (IPU), dos dados da *Parliamentary Elites in Latin America* (PELA) da Universidade de Salamanca e dos dados de 2014 do Barômetro das Américas (LAPOP) da Universidade de Vanderbilt em 17 países, São eles: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

O uso de modelos hierárquicos neste estudo se justifica pela presença de variáveis em dois níveis de análise: (1) nível micro – características dos indivíduos – e (2) nível macro – características dos países. Autores como Vijver, Hemert e Poortinga, (2008) chamam a atenção para a necessidade de se considerar o maior número de casos possíveis em nível 2 (neste estudo, o número de países) para garantir a variância e a qualidade da análise dos dados. Por isso, foram incluídos no modelo todos os países latino-americanos que são pesquisados no Barômetro das Américas e na PELA concomitantemente e que, por isso, possuem dados disponíveis em ambos os níveis de análise.

Neste capítulo, são apresentados os dados descritivos sobre a América Latina pertinentes ao trabalho, as variáveis dependentes, independentes e de controle e os métodos, organizados em duas seções: 3.1 Variáveis e 3.2 Métodos.

4.1 Variáveis

Conforme já dito anteriormente, a variável dependente é o voto partidário. Ela foi construída a partir da relação entre identificação partidária e a declaração de voto para presidente. Ou seja, voto partidário ocorre cada vez que o entrevistado respondeu que tem identificação com um partido e que seu voto foi no candidato desse mesmo partido ou coligação. E se o entrevistado respondeu qualquer combinação de respostas diferente dessa, o voto foi codificado como “não partidário”. Isso ocorre quando o eleitor tem preferência por

algum partido, mas votou em um candidato de outra coligação, ou votou nulo; ou se ele não tem preferência partidária, mesmo declarando que votou em algum candidato⁴⁸.

No intuito de identificar se as características dos sistemas partidários que indicam maior ou menor consolidação, juntamente com as regras do sistema eleitoral que configuram um desenho institucional mais ou menos voltado para os partidos conformam uma parte da explicação, serão utilizadas as variáveis explicativas⁴⁹, que formam uma boa medida e contribuem para a compreensão da relação entre as instituições e o comportamento do eleitor em eleições presidenciais. São elas: as variáveis do sistema eleitoral: tipo de lista para eleição da Câmara de Deputados e permissão ou não para candidaturas avulsas (independentes de partidos políticos), e as variáveis do sistema partidário: estrutura da competição partidária; polarização ponderada por localização partidária e fragmentação eleitoral.

Além dessas, outras variáveis foram incluídas no modelo como controle⁵⁰, por serem relevantes ao debate. São elas: índice de clivagem étnica e desemprego em nível agregado; e sexo, faixa etária, escolaridade, região de moradia (urbana ou rural), interesse por política, eficácia externa, eficácia interna, avaliação sociotrópica da economia e avaliação do presidente, em nível individual.

É muito importante dizer que foram metodológicos os motivos de se escolherem apenas duas variáveis de controle no nível macro (desemprego e índice de clivagem étnica), pois um modelo multinível exige parcimônia na escolha das variáveis em nível 2, como afirmam Kreft e Leeuw (1998). Mas vale lembrar que foram incluídas diversas variáveis de controle em nível micro, correspondentes às principais teorias do comportamento eleitoral, amplamente debatidas e utilizadas pela literatura de comportamento eleitoral, conforme apresentado a seguir.

A fim de detalhar e justificar a inclusão de cada uma delas no modelo, inicia-se apresentando as variáveis de cunho socioeconômico em nível 2 (Tabela 6): índice de clivagem étnica e desemprego. Ambas são medidas de controle muito importantes, e a primeira delas é especialmente relevante para pensar a América Latina. Afinal, sabe-se que essa é uma região bastante heterogênea quanto a grupos étnicos e que há muitos reflexos das questões étnicas na economia e na política latino-americanas. Os principais reflexos da presença das clivagens

⁴⁸ O detalhamento da operacionalização da variável dependente “voto partidário” foi apresentado no Capítulo 2.

⁴⁹ A operacionalização das variáveis explicativas foi apresentada no Capítulo 3.

⁵⁰ Variável de controle é aquela correspondente a um fator ou propriedade que, segundo a teoria, poderia afetar a variável dependente, mas que pode ser manipulado e incluído na análise, para que a relação entre a variável independente e a dependente não sofra interferência.

étnicas na economia e na política estão na esfera da desigualdade e da luta contra a desigualdade. Monagreda (2014) afirma que

“Embora pareça que as categorias sociais e econômicas tenham precedência sobre as desigualdades fundamentadas nos traços fenotípicos, raciais e/ou na filiação étnica, a segregação nos espaços de miséria é eminentemente social e econômica na mesma medida em que é também racial, pois “a mobilidade social e a mobilidade residencial se entrelaçam num fundo de racismo”. (WIEVIORKA, 1992, p. 131, tradução elaborada pela autora). Quebrar esse ciclo exige a presença forte de políticas públicas específicas para se tentar realmente acabar com essa configuração racializada das estruturas sociais, econômicas e políticas. (MONAGREDA, 2014, p. 51).

Portanto, é possível pensar que em países onde há maiores índices de clivagem étnica, a atenção para questões étnicas pode competir com a atenção para as questões partidárias. Sendo assim, principalmente naqueles países onde não há partidos que representem lutas étnicas específicas, as chances de ocorrer o voto partidário podem ser menores. Além disso, nesse contexto, o sistema partidário pode encontrar maiores desafios para se estabilizar, porque as disputas se dão em mais de um campo. Alesina et al. (2003) afirma que muitos autores acreditam que os conflitos étnicos conduzem a “instabilidade política, má qualidade das instituições, política econômica mal projetada e desempenho econômico decepcionante”⁵¹. (ALESINA, 2003, p. 155. Tradução livre elaborada pela autora).

O índice de clivagem étnica tem valores contínuos e foi retirado de Alesina et al. (2003). Não foram encontrados dados mais atualizados dessa medida, mas como clivagem étnica é uma característica estrutural, é possível defender que não houve mudanças significativas em pouco mais de uma década, entre 2003 e 2014 (ano do banco de dados do Barômetro das Américas utilizado).

As variáveis de desempenho econômico são vastamente utilizadas em trabalhos sobre voto econômico e se mostraram relevantes como explicação para o voto, principalmente em momentos de crise econômica (CAMARGOS, 2013; ROBERTS, 2015). Sem duvidar da importância de se controlar o modelo por variáveis macroeconômicas e na tentativa de ter parcimônia ao incluir variáveis em nível 2, a média do desemprego foi a escolhida para ser incluída no modelo: afinal, essa variável ajuda a justificar um importante fator conjuntural. Segundo Fiorina (1978), é possível esperar que onde a economia vai mal aumenta a infidelidade partidária ao partido do governo.

⁵¹ “*political instability, poor quality of institutions, badly designed economic policy, and disappointing economic performance.*” (ALESINA et al., 2003, p. 155).

Tabela 6 - Variáveis de controle - Nível 2

País	Clivagem Étnica (2003)	Média do desemprego (dois últimos anos do mandatário)
Argentina	0,26	10,1
Bolívia	0,74	6,6
Brasil	0,54	6,5
Chile	0,19	5,6
Colômbia	0,60	10,46
Costa Rica	0,24	5,98
El Salvador	0,20	8,93
Equador	0,66	8,93
Guatemala	0,51	2,3
Honduras	0,19	6,68
México	0,54	3,13
Nicarágua	0,48	17
Panamá	0,55	14
Paraguai	0,17	5,45
Peru	0,66	7,5
Uruguai	0,25	9,47
Venezuela	0,50	10,34

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de Alesina et al. (2003) e Camargos (2013).

A Tabela 6 mostra as variações dos índices de clivagem étnica e das médias de desemprego nos países pesquisados. Os dados indicam que Bolívia, Equador e Peru são os países com os maiores índices de clivagem étnica, o que significa uma maior heterogeneidade. Sobre as médias de desemprego, a Nicarágua se destaca como o país com o maior percentual, seguido por Colômbia, Venezuela e Argentina.

Um passo muito importante para a análise é conferir se as variáveis independentes incluídas no modelo estão correlacionadas. A Tabela 7 apresenta o teste de correlação entre as variáveis explicativas.

Tabela 7 - Teste de correlação das variáveis independentes de nível 2

	Fragmentação	Polarização	Estrutura da competição (aberta)	Tipo de lista (aberta)	Permite candidatura avulsa	Desemprego	Clivagem étnica
Fragmentação	1,0000						
Polarização	-0,0069	1,0000					
	0,2551						
Estrutura da competição (aberta)	-0,2340	-0,3210	1,0000				
	0,0000	0,0000					
Tipo de lista (aberta)	0,5498	0,3739	-0,0787	1,0000			
	0,0000	0,0327	0,0000				
Permite candidatura avulsa	0,0128	0,0243	0,0779	0,2506	1,0000		
	0,0000	0,0001	0,0000	0,0000			
Desemprego	-0,2008	0,3757	0,1257	-0,0390	-0,1107	1,0000	
	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000		
Clivagem étnica	0,4430	-0,0241	0,0774	0,0977	0,2308	0,0624	1,0000
	0,0000	0,0001	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de PELA, IPU, Election Guide, Constitute Project, Camargos (2013), Ruiz (2013), Alesina et al. (2003), e sites dos órgãos organizadores das eleições em cada país.

A partir dessa tabela é possível observar que não há correlação significativa entre “fragmentação” e “polarização”, mas as demais relações são significativas, ou seja, as demais variáveis são correlacionadas entre si. Percebe-se, no entanto, que, em geral, as relações entre as variáveis são fracas. A única exceção observada, portanto, ocorre entre a “fragmentação” e

o “tipo de lista” e entre “fragmentação” e “clivagem étnica”, que apresentam relação moderada e positiva.

Foram incluídas no modelo as variáveis de controle em nível 1. As variáveis socioeconômicas presentes nos modelos têm sido utilizadas intensamente nas pesquisas das ciências sociais como um todo, assim como são amplamente utilizadas nas pesquisas específicas sobre comportamento eleitoral, com especial importância para os estudos da corrente sociológica. Teoricamente, as variáveis socioeconômicas captam a dimensão estrutural na explicação do voto, ou seja, elas permitem analisar a influência da estrutura social pela qual o sujeito está inserido na sua decisão de voto.

Sendo assim, a primeira variável socioeconômica incluída foi aquela que identifica o sexo. Afinal, a desigualdade e as questões de gênero estão postas na sociedade, e sabe-se que, em termos gerais, homens e mulheres, em sua maioria, possuem posições divergentes frente a essas questões e podem, em muitos aspectos, ter demandas, interesses e prioridades diferentes frente ao debate público. Essa variável foi então categorizada de forma binária onde “mulher” recebeu o código 0 e “homem” recebeu código 1.

A faixa etária foi a segunda variável socioeconômica incluída no modelo. Afinal, essa variável pode indicar diferenças quanto à experiência política e questões geracionais. Espera-se que os mais velhos, por terem consolidado a sua relação com a política, sejam mais identificados com partidos e que realizem mais o voto partidário. Dessa forma, essa variável foi recategorizada em três faixas: jovem, adulto e idoso, a partir da pergunta sobre a idade presente no questionário. A categoria “jovem” abrange os cidadãos com idade entre 16 e 29 anos e recebeu o código 0; a categoria “adulto” corresponde aos cidadãos com idade entre 30 e 59 anos e, por fim, a categoria “idoso” envolve os cidadãos com idade entre 60 e 100 anos de idade.

Em seguida, foi incluída a zona de residência. Essa variável esteve sempre presente no debate sobre o comportamento eleitoral, provocando um denso debate na América Latina. Afinal, a desigualdade de acesso a informações e serviços entre as pessoas que vivem na zona rural e na zona urbana parece ser uma realidade em todos os países latino-americanos. Autores como Reis (1978, 2000), Samuels (2008) e Margarita Batlle (2009), por exemplo, demonstraram a relevância do local de residência para a explicação do voto na América Latina.

Estudos das correntes sociológicas e psicológicas também trazem o local de residência como central nas suas explicações, uma vez que essa variável determina qual tipo de demandas sociais estarão mais presentes no cotidiano e quais as influências interpessoais que

estarão atuando mais diretamente na formação de opinião política do cidadão por meio da sua rede de relacionamentos. A zona de residência foi construída a partir de duas categorias: “rural”, que recebeu o código 0, e “urbana”, que recebeu o código 1.

A escolaridade também está no centro dos estudos sobre comportamento político e eleitoral. Grande parte da literatura considera que quanto maior a escolaridade, maiores são as chances de participação, tolerância, atitudes e comportamentos democráticos. (NORRIS, 1999; DALTON, 2004). A escolaridade é um dos fatores sociais que fazem variar os graus de sofisticação política e de participação eleitoral e pode estar diretamente ligada às escolhas eleitorais. (CONVERSE, 1964; CASTRO, 1994). Espera-se então que, quanto maior a escolaridade, maiores as chances de ocorrer o voto partidário. A escolaridade foi incluída no modelo como uma variável contínua (anos de estudo).

A seguir, na Tabela 8, é possível observar a média dessas variáveis para cada um dos países latino-americanos incluídos neste estudo e a variação das características socioeconômicas entre estes países.

Tabela 8 - Média das variáveis socioeconômicas de nível 1

País	Homens	Idade	Zona	Escolaridade
Argentina	0,48	0,31	0,88	10,27
Bolívia	0,49	0,32	0,70	10,32
Brasil	0,49	0,32	0,86	8,19
Chile	0,46	0,25	0,88	11,16
Colômbia	0,50	0,37	0,78	9,66
Costa Rica	0,48	0,27	0,63	8,69
Equador	0,49	0,31	0,65	10,67
El Salvador	0,44	0,33	0,62	8,51
Guatemala	0,49	0,32	0,48	6,26
Honduras	0,50	0,32	0,53	7,40
México	0,49	0,30	0,80	9,19
Nicarágua	0,49	0,32	0,62	7,18
Panamá	0,49	0,31	0,69	11,17
Paraguai	0,49	0,35	0,56	9,91
Peru	0,49	0,31	0,76	10,96
Uruguai	0,47	0,22	0,93	9,69
Venezuela	0,50	0,24	0,91	10,83

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do banco de dados do Barômetro das Américas 2014.

No modelo proposto também foram incluídas, como controle, variáveis de opinião, percepção e comportamento que ajudam a explicar o voto. Primeiramente, foi incluída uma variável central nos estudos do comportamento eleitoral, em especial nos da corrente psicossociológica: o interesse por política. Juntamente com a escolaridade, o interesse por política está associado ao conceito e medida de sofisticação política. Essa é uma variável muito utilizada também nos estudos do campo do comportamento político como um todo.

Segundo Dalton (2004), o interesse por política é um dos componentes do conceito de “mobilização cognitiva”. Espera-se então que quanto maior o interesse por política, maiores as chances de o voto ser partidário. Para a sua operacionalização, ela foi transformada em binária, sendo que o código 0 foi atribuído para a categoria “Nenhum/pouco interesse” e o código 1 para “Algum/muito interesse”.

Na literatura sobre cultura política há um debate acerca dos efeitos dos sistemas partidários sobre a eficácia política. A partir desse debate, é possível argumentar que sistemas partidários complexos reduzem a percepção da eficácia pelos cidadãos e que, em eleições que possuem muitos candidatos, os eleitores tendem a fazer escolhas menos informadas e ter uma menor percepção de sua eficácia política. (LAU; REDLAWSK, 2009 *apud* RUSSO, 2015).

Assim, foram incluídas no modelo as variáveis que medem a percepção de eficácia externa e a percepção de eficácia interna. A eficácia externa é a variável que busca captar a percepção do entrevistado sobre se governo se preocupa com o que o povo pensa. Ela foi codificada como “Baixa eficácia externa”, que recebeu o código 0, e “Alta eficácia externa”, que recebeu o código 1. E a eficácia interna mede a autopercepção de capacidade de influência na política. Ela foi organizada nas categorias “Baixa eficácia interna”, que recebeu o código 0 e “Alta eficácia interna”, que recebeu o código 1.

E por fim, foram incluídas duas variáveis de natureza avaliativa. Fundamentadas na escola da escolha racional, a avaliação da economia e avaliação do presidente em final de mandato são as principais variáveis nos estudos sobre voto econômico e voto retrospectivo. A avaliação sociotrópica da economia mede a percepção sobre as condições econômicas do país e foi categorizada com o código 0 para “Péssima/Ruim/Regular” e com o código 1 para “Boa/Ótima”. Já a avaliação do presidente em final de mandato propicia a avaliação retrospectiva do incumbente, seu governo e políticas públicas. Ela mede a opinião do cidadão sobre o mandato em exercício. Esta variável foi categorizada com o código 0 para “Péssimo/Ruim/Regular” e com o código 1 para “Bom/Ótimo”.

A distribuição das médias das variáveis de opinião, percepção e comportamento em nível individual para cada país estudado está disposta na Tabela 9, indicando a variação entre as médias dessas variáveis nos países latino-americanos.

Tabela 9 - Média das variáveis de opinião, percepção e comportamento político - Nível 1

País	Interesse por política	Eficácia externa	Eficácia interna	Avaliação da Economia	Avaliação do Presidente
Argentina	0,33	0,34	0,43	0,07	0,29
Bolívia	0,29	0,28	0,28	0,29	0,52
Brasil	0,20	0,25	0,31	0,19	0,37
Chile	0,26	0,28	0,43	0,20	0,49
Colômbia	0,29	0,19	0,34	0,10	0,28
Costa Rica	0,44	0,29	0,39	0,04	0,11
Equador	0,33	0,34	0,37	0,39	0,70
El Salvador	0,31	0,31	0,46	0,12	0,63
Guatemala	0,27	0,23	0,24	0,03	0,27
Honduras	0,29	0,28	0,42	0,07	0,58
México	0,33	0,21	0,34	0,04	0,27
Nicarágua	0,30	0,35	0,37	0,23	0,63
Panamá	0,47	0,30	0,36	0,19	0,50
Paraguai	0,34	0,27	0,32	0,12	0,42
Peru	0,22	0,23	0,31	0,17	0,16
Uruguai	0,44	0,41	0,48	0,25	0,52
Venezuela	0,47	0,27	0,53	0,03	0,18

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do banco de dados do Barômetro das Américas 2014.

4.2. Modelos

Com o objetivo de sintetizar o que já foi explicado, elaborou-se o quadro do modelo de regressão multinível logística binomial que irá testar a influência dos sistemas de partidos e sistemas eleitorais em características específicas do comportamento eleitoral, onde a variável dependente é “voto partidário” (binária em voto partidário e voto não partidário), e as

variáveis independentes são: as institucionais (nível 2), as socioeconômicas (nível 1 e nível 2) e atitudinais (nível 1).

Quadro 5 - Modelo de Regressão Multinível Logístico Binomial

Variáveis Independentes e de controle		Variável dependente
Nível 1: micro (individual)		Modelo
Variáveis socioeconômicas	Sexo	Voto Partidário
	Faixa etária	
	Escolaridade	
	Região de moradia (urbana /rural)	
Variáveis atitudinais	Interesse por Política	
	Eficácia Externa	
	Eficácia Interna	
	Avaliação Sociotrópica da Economia	
	Avaliação do Presidente	
Nível 2: macro (país)		
Variáveis do Sistema Partidário	Fragmentação	
	Polarização	
	Estrutura da competição partidária	
Variáveis do Sistema Eleitoral	Tipo de lista para eleição da Câmara dos Deputados	
	Permissão ou não para candidaturas avulsas (sem partidos)	
Variáveis de contexto socioeconômico	Desemprego	
	Índice de clivagem étnica	

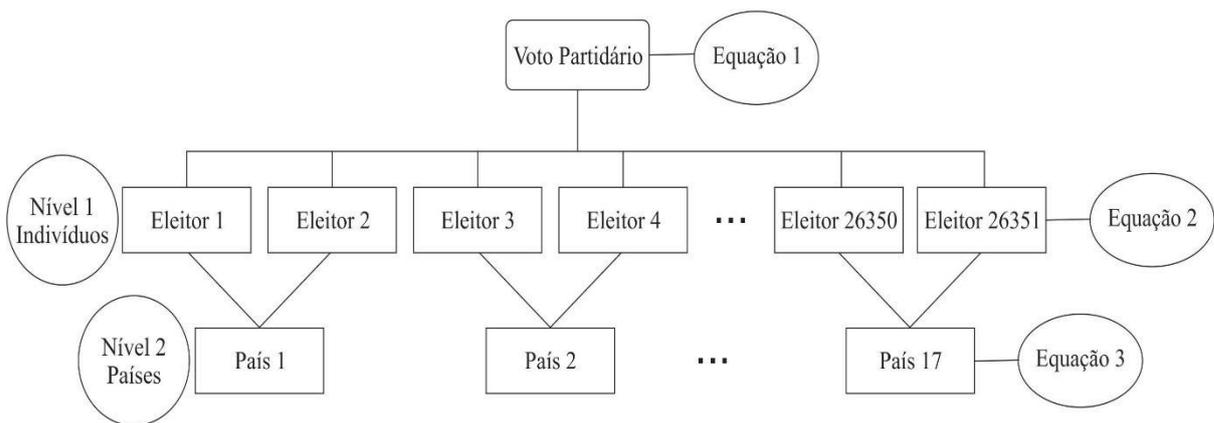
Fonte: Elaborado pela autora.

As principais fontes de dados são os resultados eleitorais obtidos nos órgãos oficiais responsáveis por organizar as eleições em cada país, os dados do *Constitute Project*, do *Inter-parliamentary Union* (IPU), dos dados da *Parliamentary Elites in Latin America* (PELA) da Universidade de Salamanca e dos dados de 2014 do Barômetro das Américas (LAPOP) da Universidade de Vanderbilt em 17 países latino-americanos, sendo esse o n em nível 2 (17 países). Já em nível 1, o n corresponde ao tamanho da amostra da pesquisa Barômetro das Américas (2014) para os países estudados, com 26.351 entrevistados.

Um modelo de regressão em dois níveis se faz necessário no presente trabalho em função da natureza do desafio de testar a influência de características contextuais dos países (quanto ao seus sistemas eleitoral e partidário) sobre um comportamento individual, o voto em eleições presidenciais. “O reconhecimento da influência do contexto social no comportamento humano destaca a necessidade de adoção de modelos explicativos que favoreçam a identificação desse efeito”. (PUENTE-PALACIOS; LAROS, 2009, p. 349).

Para melhorar a compreensão, se apresenta um esquema (Figura 4) e, em seguida as equações do modelo, demonstrando claramente o estabelecimento das hierarquias entre as variáveis e diferenciando o relacionamento entre os dois níveis de análise.

FIGURA 4 - Modelo de Regressão Multinível Logístico Binomial



Fonte: Elaborado pela autora.

O esquema observado na Figura 4, trata-se da representação do modelo por meio de um pequeno exemplo, uma vez que não seria possível representar a completa relação para todos os 17 países e os 26.351 indivíduos nessa imagem, mas com esses poucos casos é possível entender essa hierarquia de forma simplificada.

Abaixo apresentam-se as representações formais por meio das equações do modelo matemático:

EQUAÇÃO 1: modelo somente de intercepto ou modelo vazio. Faz a estimativa do intercepto.

$$Y_{ij} = \gamma_{00} + u_{0j} + e_{ij}$$

Onde:

Y_{ij} = valor do eleitor i do país j da variável dependente Y .

γ_{00} = constante (intercepto).

i = são os i indivíduos incluídos na análise (eleitores).

j = são os j países incluídos na análise.

u_{0j} = resíduo no nível macro (nível 2).

e_{ij} = resíduo no nível micro (nível 1).

EQUAÇÃO 2: modelo de componente da variância em nível 1. Faz a representação matemática da regressão em nível 1.

$$Y_{ij} = \gamma_{00} + (\gamma_{10} \chi_{1ij}) + (\gamma_{20} \chi_{2ij}) + (\gamma_{30} \chi_{3ij}) + (\gamma_{40} \chi_{4ij}) + (\gamma_{50} \chi_{5ij}) + (\gamma_{60} \chi_{6ij}) + (\gamma_{70} \chi_{7ij}) + (\gamma_{80} \chi_{8ij}) + (\gamma_{90} \chi_{9ij}) + (\gamma_{100} \chi_{10ij}) + u_{0j} + e_{ij}$$

Onde:

Y_{ij} = valor do eleitor i do país j da variável dependente Y .

γ_{00} = constante (intercepto).

i = são os i indivíduos incluídos na análise (eleitores).

j = são os j países incluídos na análise.

χ_1 = Homem

χ_2 = Adulto

χ_3 = Idoso

χ_4 = Urbano

χ_5 = Escolaridade

χ_6 = Interessado por política

χ_7 = Alta eficácia externa

χ_8 = Alta eficácia interna

χ_9 = Avaliação positiva da economia

χ_{10} = Avaliação positiva do incumbente.

u_{0j} = resíduo no nível macro (nível 2).

e_{ij} = resíduo no nível micro (nível 1).

EQUAÇÃO 3: esta equação é dividida em duas: uma que apresenta o modelo de coeficientes randômicos e outra que mostra o modelo completo. No modelo de coeficientes randômicos são incluídas as variáveis de nível 2 no modelo matemático e no modelo completo inclui-se as interações entre níveis. Ressalta-se que o modelo completo está

“investigando o papel preditivo das variáveis inseridas no modelo, mas analisando se o seu efeito é o mesmo em todos os contextos investigados ou, pelo contrário,

trata-se de um efeito aleatório (randômico). Também estará verificando se as interações hipotetizadas quanto ao efeito conjunto de variáveis predictoras de diferentes níveis sobre a variável critério têm efeito significativo”. (PUENTE-PALACIOS; LAROS, 2009, p. 358).

a) Modelo de coeficientes randômicos:

$$Y_{ij} = \gamma_{00} + \gamma_p \chi_{p_{ij}} + (\gamma_{01} Z_{1j}) + (\gamma_{02} Z_{2j}) + (\gamma_{03} Z_{3j}) + (\gamma_{04} Z_{4j}) + (\gamma_{05} Z_{5j}) + (\gamma_{06} Z_{6j}) + (\gamma_{07} Z_{7j}) + u_{p_{ij}} \chi_{p_j} + u_{0j} + e_{ij}$$

b) Modelo completo:

$$Y_{ij} = \gamma_{00} + \gamma_p \chi_{p_{ij}} + (\gamma_{01} Z_{1j}) + (\gamma_{02} Z_{2j}) + (\gamma_{03} Z_{3j}) + (\gamma_{04} Z_{4j}) + (\gamma_{05} Z_{5j}) + (\gamma_{06} Z_{6j}) + (\gamma_{07} Z_{7j}) + \gamma_{pq} Z_{qj} \chi_{p_{ij}} + u_{p_{ij}} \chi_{p_j} + u_{0j} + e_{ij}$$

Onde:

Y_{ij} = valor do eleitor i do país j da variável dependente Y .

γ_{00} = constante (intercepto).

p = são as p variáveis de nível 1.

q = são as p variáveis de nível 1.

i = são os i indivíduos incluídos na análise (eleitores).

j = são os j países incluídos na análise.

Z_1 = Fragmentação

Z_2 = Polarização

Z_3 = Estrutura aberta da competição

Z_4 = Tipo de lista aberta

Z_5 = Permissão para candidaturas avulsas

Z_6 = Desemprego

Z_7 = Clivagem étnica.

u_{0j} = resíduo no nível macro (nível 2).

e_{ij} = resíduo no nível micro (nível 1).

$H_0: \gamma_{00} = 0$

H_0 : As instituições não impactam o voto partidário.

$H_1: \gamma_{00} \neq 0$

H_1 : As instituições impactam o voto partidário.

Lembrando que as hipóteses alternativas levantadas neste estudo foram:

Hipótese 1: em países com estrutura da competição partidária pelo Executivo fechada, as chances de que seus cidadãos votem mais orientados por sua identificação partidária (voto partidário) são maiores;

Hipótese 2: quanto maior for a polarização dos partidos em um país, maiores as chances de haver voto partidário;

Hipótese 3: quanto mais baixa a fragmentação partidária de um país, maiores as chances de ocorrência do voto partidário entre os seus eleitores;

Hipótese 4: em países cujo tipo de lista para a eleição legislativa é fechada, maiores são as chances de suceder o voto partidário em eleições presidenciais;

Hipótese 5: em países onde não há permissão de candidaturas avulsas há maiores chances de ocorrer voto partidário.

Elaborou-se um quadro que define as direções esperadas das variáveis independentes sobre a dependente, a fim de facilitar a compreensão e tornar a interpretação do modelo mais amigável (Quadro 6).

Quadro 6 - Direção esperada das variáveis explicativas

Direção	Variáveis	Efeito	Variável Dependente
-	Estrutura da competição (aberta)	+	Voto partidário
+	Polarização ideológica		
-	Fragmentação eleitoral		
-	Tipo de lista (aberta)		
-	Permissão para candidatura avulsa		

Fonte: Elaborado pela autora.

A variável dependente desta tese, o voto partidário, inova ao combinar a identificação partidária com a intenção de voto, resultando numa variável mais exigente do que a variável simples de identificação partidária, convencionalmente usada para medir partidarismo. Diante disso e somando-se o fato de que é desconhecida, pela autora desta tese, a existência de muitos estudos que expliquem o voto por fatores institucionais, optou-se por elaborar um modelo de regressão multivariada adicional, explicando a identificação partidária e utilizando as mesmas variáveis independentes do modelo principal com o voto partidário.

Entende-se que a presença dos dois modelos explicativos permitirá a realização de comparações interessantes para os objetivos da tese. Primeiramente, por permitir ampliar o debate com a literatura a partir de sua variável clássica e, depois, por também permitir a comparação entre o efeito das variáveis independentes, principalmente as variáveis institucionais, sobre a variável tradicional de identificação partidária e a nova variável proposta, o voto partidário.

A variável identificação partidária foi elaborada a partir da pergunta sobre identificação partidária geral do questionário do LAPOP 2014, “*VB10. Do you currently*

identify with a political party?” (Questionário LAPOP 2014, p. 16) recodificando as categorias para 0 (“Não tem identificação”) e 1 (“Tem identificação”).

Foram elaborados, então, três modelos de regressão multivariada para cada variável dependente (voto partidário e identificação partidária): um completo e dois alternativos, que serão apresentados e analisados no capítulo seguinte (Tabelas 10 e 11).

5 DAS INSTITUIÇÕES AO VOTO PARTIDÁRIO

Uma vez que o comportamento eleitoral, o partidarismo, o voto partidário e as instituições políticas nas democracias latino-americanas foram debatidos, assim como foi apresentada e justificada a inclusão das variáveis independentes e de controle no modelo explicativo; e foram feitas as descrições dos dados e o detalhamento da metodologia deste estudo nos capítulos anteriores, neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos e realizadas as análises.

Dessa forma, são aqui apresentados os modelos de regressão hierárquica propostos, assim como as suas respectivas análises e comparações entre os determinantes do voto partidário e da identificação partidária, com o intuito de trazer contribuições para o debate sobre instituições políticas e comportamento eleitoral a partir, principalmente, dos resultados sobre a influência do sistema partidário e sistema eleitoral no voto partidário na América Latina.

Os resultados alcançados no presente trabalho são interessantes e algumas vezes surpreendentes. Por meio desses resultados e da retomada à literatura, foi possível desenvolver uma discussão capaz de responder às questões de pesquisa, realizar o teste de hipóteses, conhecer os determinantes do voto partidário em comparação com os determinantes da identificação partidária na América Latina, além de propor a abertura de algumas agendas de pesquisa.

Para tanto, esse capítulo foi organizado em duas seções, sendo a primeira “5.1 Voto partidário e identificação partidária: semelhanças e diferenças” e a segunda “5.2 Influência das instituições políticas no voto partidário”. Assim, na primeira seção são apresentados os modelos explicativos e feitas as comparações entre os resultados do voto partidário e da identificação partidária. Já na segunda seção a análise está diretamente voltada ao peso das variáveis de sistema partidário e de sistema eleitoral no voto partidário.

5.1. Voto partidário e identificação partidária: semelhanças e diferenças

Conforme já dito, o voto partidário é o voto coerente com a identificação partidária do eleitor. Já a identificação partidária refere-se ao vínculo entre os eleitores e os partidos (DALTON, 2013; RUIZ, 2013), seja ela oriunda do processo de socialização, de cunho afetivo, conforme entende a corrente psicossociológica (CAMPBELL *et al.* 1960), seja ela entendida como atalho informacional, como a abordagem racional defende (DOWNS, 1957).

De qualquer forma, a identificação partidária é uma variável central nos estudos do comportamento político e também central nos estudos sobre instituições políticas (partidos, sistemas partidários e sistemas eleitorais). A identificação partidária é uma variável fundamental para avaliar a estabilidade de algumas instituições políticas dentro da democracia. (HUNTINGTON, 1968; SARTORI, 1976; MAINWARING; SCULLY, 1995; MAIR, 1996; MAINWARING, 1999; MAINWARING; TORCAL, 2006; MAINWARING; ZOCO, 2007; LUNA; ALTMAN, 2011; MELO; CÂMARA, 2012). Essa variável está, portanto, situada no ponto de interseção entre o campo do comportamento político e o campo das instituições políticas.

Por isso, para além de estudar a identificação partidária como parte fundamental da construção da variável dependente “voto partidário”, ela também é tratada como dependente em modelos alternativos neste trabalho. Isso permite comparar os determinantes da variável clássica de identificação partidária com os do voto partidário, a medida elaborada para qualificar o partidarismo. Os dados apresentados no Capítulo 2 deixam claro que se trata de fenômenos diferentes, pois, além das distinções conceituais, há variações empíricas entre as duas medidas, apesar de apresentarem pontos em comum.

Para viabilizar a comparação da influência das instituições políticas sobre essas variáveis, são apresentados, na Tabela 10, três modelos cuja variável dependente é o voto partidário (bloco de modelos 1) e, na Tabela 11, são apresentados outros 3 modelos cuja variável dependente é a identificação partidária (bloco de modelos 2). Os três modelos de cada bloco foram rodados usando as mesmas variáveis de controle em nível 1 e com diferentes combinações de variáveis em nível 2, incluídas em cada um dos três modelos.

Tabela 10 - Determinantes do VP na América Latina 2014 - Bloco de modelos 1

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Variáveis de Nível 1			
Homem	0,99 (-0,036)	0,99 (-0,036)	0,99 (-0,036)
30 a 59 anos (ref. = 16 a 29)	1,95*** (-0,087)	1,95*** (-0,087)	1,95*** (-0,087)
60 anos ou mais (ref. = 16 a 29)	2,59*** (-0,158)	2,59*** (-0,158)	2,59*** (-0,158)
Vive em área urbana	0,85*** (-0,037)	0,85*** (-0,037)	0,85*** (-0,037)
Escolaridade	1,01 (-0,005)	1,01 (-0,005)	1,01 (-0,005)
Interessado por política	2,87*** (-0,107)	2,87*** (-0,107)	2,87*** (-0,107)
Alta eficácia externa	1,43*** (-0,057)	1,43*** (-0,057)	1,43*** (-0,057)
Alta eficácia interna	1,20*** (-0,046)	1,20*** (-0,046)	1,20*** (-0,046)
Avalia bem a economia	1,38*** (-0,07)	1,38*** (-0,07)	1,38*** (-0,07)
Avalia bem o presidente	1,92*** (-0,079)	1,92*** (-0,079)	1,92*** (-0,079)
Variáveis de Nível 2			
Fragmentação eleitoral		0,70 (-0,178)	0,59** (-0,182)
Polarização ideológica		0,68** (-0,118)	0,49*** (-0,085)
Estrutura da competição aberta		0,60 (-0,445)	0,38* (-0,237)
Sistema de lista aberta	0,52 (-0,433)		4,41* (3,814)
Permite candidaturas avulsas	0,58 (-0,478)		0,48 (-0,291)
Desemprego			1,28*** (-0,105)
Índice de clivagem étnica			0,99 (-0,016)
Constante	0,06*** (-0,038)	0,36 (-0,445)	0,337 (-0,450)
Observações (nível 1)	26.351	26.351	26.351
Observações (nível 2)	17	17	17

Razão de chances e erro padrão entre parênteses. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Fonte: Elaborada pela autora com os dados do Barômetro das Américas 2014.

Tabela 11 - Determinantes da IP na América Latina 2014 - Bloco de modelos 2

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Variáveis de Nível 1			
Homem	1,06* (-0,031)	1,06* (-0,031)	1,06* (-0,031)
30 a 59 anos (ref. = 16 a 29)	1,48*** (-0,05)	1,48*** (-0,05)	1,48*** (-0,05)
60 anos ou mais (ref. = 16 a 29)	1,96*** (-0,097)	1,96*** (-0,097)	1,96*** (-0,097)
Vive em área urbana	0,87*** (-0,03)	0,87*** (-0,03)	0,87*** (-0,03)
Escolaridade	0,99** (-0,004)	0,99** (-0,004)	0,99** (-0,004)
Interessado por política	3,79*** (-0,117)	3,79*** (-0,117)	3,79*** (-0,117)
Alta eficácia externa	1,24*** (-0,041)	1,24*** (-0,041)	1,24*** (-0,041)
Alta eficácia interna	1,28*** (-0,04)	1,28*** (-0,04)	1,28*** (-0,04)
Avalia bem a economia	1,32*** (-0,054)	1,32*** (-0,054)	1,32*** (-0,054)
Avalia bem o presidente	1,63*** (-0,053)	1,63*** (-0,053)	1,63*** (-0,053)
Variáveis de Nível 2			
Fragmentação eleitoral		0,76** (-0,083)	0,76* (-0,113)
Polarização ideológica		0,96 (-0,070)	0,87* (-0,070)
Estrutura da competição aberta		0,58* (-0,183)	0,48** (-0,140)
Sistema de lista aberta	0,63 (-0,237)		1,29 (-0,531)
Permite candidaturas avulsas	0,93 (-0,334)		0,91 (-0,264)
Desemprego			1,10*** (-0,044)
Índice de clivagem étnica			0,99 (-0,008)
Constante	0,21*** (-0,061)	0,64 (-0,345)	0,411 (-0,263)
Observações (nível 1)	26.145	26.145	26.145
Observações (nível 2)	17	17	17

Razão de chances e erro padrão entre parênteses. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Fonte: Elaborada pela autora com os dados do Barômetro das Américas 2014.

A primeira consideração é que a análise parte de um modelo hierárquico em que o “n” em nível 2, é relativamente baixo (17 casos), e em nível 1 o “n” é alto (26.351 casos). Era de se esperar que a significância em nível 1 fosse maior do que em nível 2. Por isso, para as variáveis de nível 1, a significância será considerada na análise, mas, para as variáveis de nível 2, será dada maior atenção aos coeficientes do que à significância, considerando ainda que apesar de o “n” ser relativamente baixo em nível agregado, ele corresponde a praticamente todo universo de análise, ou seja, o estudo analisa quase a totalidade dos 20 países⁵² da região.

A análise dos coeficientes das variáveis institucionais sobre o voto partidário será realizada na próxima seção, de forma detalhada. Essa análise também será valiosa para entender a influência dessas mesmas variáveis sobre a identificação partidária, porque os coeficientes de todas as variáveis em nível 2 sobre a identificação partidária apontam para a mesma direção do voto partidário, porém com intensidades diferentes.

Essa seção será, portanto, dedicada à uma breve apresentação dos coeficientes das variáveis de nível 2 sobre a identificação partidária e à traçar comparações entre as variáveis do voto partidário e da identificação partidária que entraram como controle nos modelos.

No modelo completo cuja variável dependente é a identificação partidária, as variáveis do sistema partidário apresentam o seguinte padrão: 1) a fragmentação eleitoral reduz, a cada ponto da escala (de 2 a 7), em 24% as chances de um eleitor se identificar com algum partido; 2) a polarização – que varia de 1 a 8 pontos – diminui, a cada ponto na escala, em 13% as chances de haver identificação partidária; 3) e a estrutura fechada da competição partidária aumenta em 52% as chances de haver identificação partidária.

Quanto às variáveis de sistema eleitoral: 1) o sistema de lista aberta aumenta em 29% as chances de o eleitor ter identificação partidária, em comparação com o sistema de lista fechada; e 2) a permissão de candidatura avulsa dos políticos diminui em 9% as chances de haver identificação partidária entre os eleitores, em comparação aos países cuja regra proíbe candidaturas independentes de partidos políticos.

É importante dizer que os coeficientes de todas as variáveis institucionais no modelo

⁵² Os vinte países latino-americanos são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

de identificação partidária são menores do que os coeficientes do modelo de voto partidário. Ou seja, as variáveis relativas ao sistema partidário e ao sistema eleitoral têm um peso maior na determinação do voto partidário, quando comparada a simples identificação partidária. Isso será retomado e debatido na próxima seção.

Sobre as variáveis de controle em nível 2, observa-se que a cada ponto percentual a mais na média de desemprego, numa escala que varia entre 2 e 10, aumenta em 10% as chances de ocorrer identificação partidária. E a cada ponto a menos no índice de clivagem étnica, as chances de haver identificação partidária sobem 1% em uma escala contínua que vai de 0 a 1.

A seguir, são elaboradas as comparações entre as variáveis de controle do voto partidário e da identificação partidária, no nível individual. Observando, então, os coeficientes dessas variáveis de controle, tanto nos modelos de identificação partidária quanto nos modelos de voto partidário, nota-se que os valores dos coeficientes em nível 1 se mantiveram iguais para os três modelos em todas as variáveis.

As variáveis socioeconômicas de nível 1 indicam que, para os modelos de identificação partidária, ser homem aumenta em 6% as chances de ser identificado com algum partido. Embora o efeito seja fraco, é intrigante o fato que essa variável tenha algum efeito sobre a identificação e não exerça efeito algum sobre o voto partidário. A desigualdade de gênero parece, então, influenciar apenas a atitude política, mas não o comportamento político em si. Isso quer dizer que, mesmo que as mulheres tenham menores chances de ter preferência partidária na América Latina, quando identificadas com algum partido, elas são tão coerentes quanto os homens na hora de votar.

Algo parecido ocorre com os efeitos da escolaridade, uma vez que ela tem impacto sobre a identificação partidária, mas não sobre o voto partidário. Para cada ano de escolaridade a mais, as chances de ter identificação partidária diminuem em 1%. Este também é um resultado que chama a atenção, por apontar na direção contrária àquela esperada. Isso sugere uma agenda de pesquisa. Afinal, para explicar esse fenômeno será necessário realizar ou uma pesquisa longitudinal, observando a evolução da relação da escolaridade com a identificação partidária ao longo do tempo, ou uma pesquisa qualitativa para aferir como se dá essa relação.

Outra variável socioeconômica que aponta na direção oposta da esperada é a área de residência, pois, viver em área rural aumenta em 15% as chances de o eleitor realizar o voto partidário e em 13% as chances de o cidadão ter identificação partidária em relação a quem vive em área urbana. Diante desses resultados, o que parece é que a zona rural tem outro

sentido hoje, se comparado com o das décadas de 1960 e 1970, quando era diagnosticada como “atrasada” (REIS, 1978), e que os moradores de áreas rurais estão agora mais informados, mais partidários e votando de forma coerente com as suas identificações.

Já a faixa etária se comporta conforme o esperado. Ela apresenta efeito tanto para identificação partidária como para voto partidário e também aponta no sentido esperado, de que os mais velhos têm mais chances de terem identificação partidária e de realizarem o voto partidário. Os resultados informam que ser adulto com idade entre 30 e 59 anos aumenta as chances em 95% e ter mais de 60 anos aumenta as chances em 159% de realizar o voto partidário, quando comparado com os jovens entre 16 e 29 anos. E que ser adulto com idade entre 30 e 59 anos aumenta em 48% e ter mais de 60 anos aumenta em 96% as chances de uma pessoa ser identificada com algum partido, em comparação com os jovens.

A literatura sobre socialização política tem investigado como as experiências de diferentes gerações influenciam a formação de atitudes políticas. Essas experiências se dão principalmente por meio de eventos marcantes na história que formam e conformam os valores de cada geração (MANNHEIM, 1928; JENNINGS; STOKER, 2004; INGLEHART; WELZEL, 2005). Em estudo específico sobre América Latina, Fuks, Paulino e Casalecchi (2018) argumentam que as gerações mais velhas apoiam mais a democracia por terem experimentado a privação de direitos durante regimes ditatoriais. Se essas gerações desenvolveram maior apreço à democracia é razoável supor que, pelo mesmo motivo, elas também tendem a se identificar mais com partidos políticos e votarem de forma mais coerente com o seu partido.

Observando as cinco variáveis de opinião, percepção e comportamento incluídas no modelo, nota-se que os resultados apontam para a direção esperada em todos os casos. Eles demonstram que ter muito ou algum interesse por política aumenta as chances de o cidadão realizar o voto partidário em 187%, em comparação com aqueles que têm pouco ou nenhum interesse por política. E ter interesse por política aumenta em 279% às chances do eleitor ser identificado com algum partido.

Os resultados também apontam que a eficácia política externa aumenta em 43% e que a eficácia política interna aumenta em 20% as chances de o eleitor efetuar o voto partidário. E que ter eficácia externa aumenta em 24% e ter eficácia interna aumenta em 28% as chances de o cidadão ter alguma identificação partidária. Esses resultados são interessantes e consistentes, pois significa que o eleitor que percebe o governo como responsivo tem maiores

chances de ser coerente em seu voto, e o eleitor que se julga politicamente influente tem maiores chances de se identificar com algum partido.

Por fim, os dados indicam que avaliar bem a economia aumenta em 38% e avaliar bem o presidente em final de mandato aumenta em 92% as chances de o eleitor exercer o voto partidário. E avaliar bem a economia e o incumbente aumentam, respectivamente, em 32% e 63%, as chances de o cidadão ter identificação partidária. Vê-se, aqui, que as variáveis de voto econômico e retrospectivo influenciam mais o voto partidário do que a identificação partidária.

Comparando os resultados dos modelos completos (Modelo 3 de cada bloco) com os outros modelos, ou seja, o Modelo 1 onde, em nível 2, foram incluídas apenas as variáveis de sistema eleitoral, e o Modelo 2, onde foram incluídas apenas as variáveis de sistema partidário, percebem-se diferenças interessantes tanto no caso dos modelos do Bloco 1 (voto partidário) quanto no caso dos modelos do Bloco 2 (identificação partidária).

Em ambos os modelos, os coeficientes aumentam para todas as variáveis e todas elas permanecem na mesma direção no modelo completo, exceto a lista aberta, que, com a inclusão das outras variáveis de nível 2 no modelo completo, passa de negativa no Modelo 1 para positiva no Modelo 3.

A presença das variáveis de sistema partidário e de controle (em nível 2) no modelo pode ser uma explicação para terem ocorrido essas mudanças quanto à direção da influência do tipo de lista para explicar identificação partidária e voto partidário. É possível pensar que as características do sistema partidário alterem a forma como o tipo de lista influencia o voto partidário e a identificação partidária. Na próxima seção, essa influência será analisada mais profundamente.

5.2 Influência das instituições políticas no voto partidário

Há um antigo entendimento na ciência política de que, na América Latina, os sistemas partidários são incipientes, ou seja, que há baixa consolidação dos sistemas partidários na região (SARTORI, 1976; MAINWARING; SCULLY, 1995; COPPEDGE, 1998). Essa afirmação é uma verdade principalmente quando a comparação é feita entre a região da América Latina com as democracias consolidadas de forma geral. Mas ela não esgota a discussão sobre o tema, uma vez que também é verdade que há grandes variações nos níveis de estabilidade dos sistemas partidários⁵³ e de partidarismo⁵⁴ entre os países latino-

⁵³ Ver Quadro 2 no Capítulo 3.

americanos. E também é verdade que essas variações devem ser investigadas e consideradas para ampliar a compreensão da democracia e do jogo político nos países da América Latina. Esta tese se debruça sobre essa questão não apenas teoricamente, mas também empiricamente, a partir dos modelos hierárquicos propostos nas Tabelas 10 e 11 e sua análise.

Conforme já dito, a proposta é avaliar, primeiramente, se as variáveis institucionais influenciam o voto partidário na América Latina e, em seguida, entender como essa influência ocorre. Vale lembrar que são poucos os trabalhos que fizeram esforços semelhantes. Os trabalhos de Ruiz (2013) e Gimenes (2017) são exemplos de estudos que guardam alguma semelhança.

Ruiz (2013) pesquisa sobre a influência da dinâmica dos partidos políticos no comportamento eleitoral através da observação da relação de dados agregados como: partido mais votado em eleições presidenciais e legislativas, volatilidade, polarização e fragmentação e conclui que “tem-se apresentado associação entre o comportamento eleitoral e o formato dos sistemas partidários” (2013, p. 45), mas ela não analisa as características dessas associações.

Gimenes (2017) investiga a influência da engenharia institucional dos sistemas partidários no estabelecimento da identificação partidária através de testes estatísticos por meio de modelos hierárquicos cuja variável dependente é a identificação partidária e as variáveis independentes de nível agregado são fragmentação partidária, obrigatoriedade do voto, idade da democracia e crescimento do PIB, e conclui que “a engenharia institucional de seu funcionamento [do regime democrático] não se revela relevante ao estabelecimento de laços partidários” (2017, p. 182), mas a idade da democracia sim.

Resguardadas as diferenças substantivas e metodológicas que essas duas pesquisas apresentam entre si e com esta tese, é possível dizer que os resultados dos testes aqui realizados corroboram mais os achados de Ruiz (2013) do que de Gimenes (2017). Isso porque os dados indicaram que as instituições importam para a explicação do voto partidário e, com menor expressão, também contribuem para a explicação da identificação partidária. Mesmo nos casos da polarização e do tipo de lista, em que a direção se deu no sentido oposto ao esperado, há influência sobre o voto e o partidarismo.

Ou seja, com base no modelo principal apresentado (Modelo 3 da Tabela 10), é possível afirmar que as características institucionais afetam o comportamento eleitoral na América Latina ou, pelo menos, é possível afirmar que, para a eleição analisada, nos 17 países

⁵⁴ Ver Tabela 3 no Capítulo 2.

incluídos neste estudo, o voto partidário é explicado em grande parte pelas instituições.

A fim de entender qual é o efeito das instituições políticas no voto partidário, inicia-se a análise pela fragmentação eleitoral. A fragmentação é um indicador muito importante para se conhecer um sistema partidário, pois ela identifica o quão complexo é o sistema partidário. Sartori (1976) apontou esse indicador como o primeiro a ser observado em um sistema que se pretende estudar, por que ele determina quantos partidos estão inseridos efetivamente na disputa política e a partir da informação traduzida apenas por esse indicador já é possível compreender algumas relevantes características sobre as interações que ocorrem entre os partidos políticos dentro de um sistema partidário.

A alta fragmentação dificulta a compreensão do jogo político por parte de diferentes atores, em especial pelos eleitores, dificultando portanto a *accountability* eleitoral (RENNÓ, 2006) e aumentando a dispersão nas preferências partidárias dos cidadãos (RUIZ, 2013).

Os resultados aqui obtidos corroboram esses achados, uma vez que eles sugerem que a fragmentação tem participação importante na explicação do voto partidário no sentido em que quanto mais cresce o número de partidos efetivos, menores são as chances de haver identificação partidária e ainda menores são as chances de ocorrer voto partidário. Especificamente, os dados indicam que a cada ponto que declina a fragmentação – em uma escala que varia entre 2 e 7 pontos – as chances de ocorrer o voto partidário aumentam em 41%.

Sendo assim, esse resultado corrobora a literatura (COPPEDGE, 1998; RENNO, 2006; RUIZ, 2013) e o que se esperava na Hipótese 3⁵⁵, pode-se dizer, que em sistemas partidários mais simples as chances de haver voto partidário são maiores e, por outro lado, em democracias de sistemas partidários mais complexos, as chances de os eleitores realizarem o voto coerente com seu partido de preferência são menores.

A segunda variável analisada é a polarização partidária. Ela identifica a distância ideológica entre os partidos que receberam apoio (Ruiz, 2013) e mede a relevância dos partidos no sistema para além de sua participação no governo, considerando que esses, mesmo fora do governo, tem a capacidade de organizar e ou bloquear agendas políticas (Sartori, 1976).

A polarização vai no mesmo sentido que a fragmentação: quanto maior, menor a chance de ocorrer o voto partidário. Assim, em uma escala que varia de 1 a 8 pontos, as

⁵⁵ Hipótese 3: quanto mais baixa a fragmentação partidária de um país, maiores as chances de ocorrência do voto partidário entre os seus eleitores.

chances de ocorrer o voto partidário aumentam em 51% com a diminuição de cada ponto na escala de polarização. A expectativa era que a direção dessa variável fosse no sentido inverso. Portanto a Hipótese 2⁵⁶, que propõe que, com o aumento da polarização, a disputa eleitoral fica mais clara e mais organizada, facilitando a compreensão do eleitor e o voto partidário, foi refutada.

Segundo Ruiz e Ortega Felipe (2013), uma parte da literatura defende que certos níveis de polarização podem ser benéficos para o sistema partidário, por marcarem de forma mais clara a posição dos partidos no governo e no congresso e melhorarem a organização do debate público e da disputa eleitoral, facilitando assim a compreensão do eleitor e aumentando a identificação partidária e, por conseguinte, o voto partidário. No entanto, outra parte da literatura, associada a Sartori (1976) e seus seguidores, afirma que altos níveis de polarização são prejudiciais para os sistemas partidários por dificultarem acordos e gerarem instabilidade em várias esferas, inclusive a eleitoral. Os resultados, ao refutarem a Hipótese 2, parecem indicar que os níveis de polarização na América Latina são mais altos do que os adequados para melhorarem a organização da disputa. Sendo assim, a pergunta que se coloca para investigações futuras é: se certos níveis de polarização podem ser positivos para o sistema partidário, mas a partir de certo patamar são prejudiciais, então quais seriam os níveis ideais? E quais seriam os níveis de polarização capazes de influenciar positivamente a ocorrência do voto partidário?

Já no caso da estrutura da competição partidária pelo Executivo, os dados indicam que ela ser fechada aumenta em 62% as chances de acontecer o voto partidário entre os eleitores de um país. Para além da relevância empírica desse achado, esse resultado é teoricamente importante, pois a estrutura da competição partidária é uma medida de consolidação do sistema partidário que não utiliza a identificação partidária na sua construção, ao contrário de outros indicadores que se propõem alcançar objetivo similar, como, por exemplo, as medidas de institucionalização (MAINWARING E SCULLY, 1995) ou volatilidade (PEDERSEN *apud* MAINWARING; SCULLY, 1995). Esse resultado reforça ainda mais a relevância da relação entre identidade partidária e consolidação do sistema partidário.

O fato de, na América Latina, os sistemas partidários mais estáveis estimularem o voto partidário está em sintonia com a visão dos estudos da literatura institucional que afirma que

⁵⁶ Hipótese 2: quanto maior for a polarização dos partidos em um país, maiores as chances de haver voto partidário.

sistemas partidários mais estáveis tendem a gerar melhores resultados para o jogo político (HUNTINGTON, 1968; MAINWARING; TORCAL, 2006 e MELO; CÂMARA, 2012). Nesse caso, considerando que o voto partidário seja um resultado desejável ao jogo político. Confirma-se assim a Hipótese 1⁵⁷ deste trabalho.

Sobre as variáveis de sistema eleitoral, os resultados indicam que em países onde há permissão para candidaturas avulsas, ou seja, candidaturas independentes, sem que o candidato seja obrigado a ser filiado a um partido político, as chances de suceder o voto partidário diminuem em 52%. Esse resultado segue na direção esperada, confirmando a Hipótese 5⁵⁸. A proibição de candidaturas avulsas é uma regra que valoriza os partidos na disputa eleitoral, em oposição ao que ocorre onde as candidaturas avulsas são permitidas. Estas por sua vez, acabam valorizando os candidatos em detrimento dos partidos e reforçando as relações personalistas na esfera política.

A regra de lista aberta para eleições legislativas aumenta em 341% as chances de ocorrência do voto partidário para presidente. As pesquisas que analisam as relações entre o tipo de lista e o voto utilizam o voto para cargos legislativos (NICOLAU; SCHMITT, 1995; SAMUELS, 1997; NICOLAU, 2006), uma vez que tipo de lista se trata de uma regra eleitoral que diz respeito à eleição legislativa. Entretanto, é razoável supor que os vínculos entre eleitores e partidos estabelecidos em função do tipo de lista afetariam também o voto para cargos majoritários, como na disputa presidencial.

Assim como é consenso na literatura entender que o tipo de lista em eleições legislativas é uma regra eleitoral que influencia diretamente a forma com que os eleitores se relacionam com os partidos, é também consenso que essa influência ocorre na direção contrária àquela indicada pelo resultado. Era de se esperar que países onde o tipo de lista é fechada haveria maiores chances de que os vínculos entre eleitores e partidos fossem mais fortes, aumentando a ocorrência do voto partidário. Da mesma maneira, em países onde o tipo de lista é aberta haveria maiores chances de que esses vínculos fossem mais fracos, diminuindo a incidência do voto partidário.

Porém, os resultados indicam o contrário do esperado nesse ponto, refutando assim a Hipótese 4⁵⁹. Isso pode ter ocorrido, primeiramente, em função da presença do personalismo

⁵⁷ Hipótese 1: em países com estrutura da competição partidária fechada as chances de que seus cidadãos votem mais orientados por sua identificação partidária (voto partidário) são maiores.

⁵⁸ Hipótese 5: em países onde não há permissão de candidaturas avulsas há maiores chances de ocorrer o voto partidário.

⁵⁹ Hipótese 4: em países cujo tipo de lista para a eleição legislativa é fechada, maiores são as chances de suceder o voto partidário em eleições presidenciais.

nos partidos políticos na América Latina (SAMUELS, 1997; FREIDENBERG, 2012). Entendendo que nesta região a relação entre o personalismo e partidarismo não é necessariamente de exclusão entre si, é razoável supor que sistemas de lista aberta possam estar fortalecendo lideranças, e que aqueles líderes que possuem carisma e trajetória partidária estariam ampliando a força política dos partidos no sentido de aumentar a identificação pelo partido e o voto partidário. Por exemplo: quem é que, no Brasil, não sabe que Lula é um político do PT e que o PT é o partido de Lula? E, quem é que, no Equador, não sabe que Correa é do Alianza PAIS e que o Alianza PAIS é o partido de Correa?⁶⁰ Muitas vezes os partidos são favorecidos e se fortalecem devido à liderança individual, mesmo nos casos de partidos de massa. E que, por outro lado, no caso dos sistemas de lista fechada, a identificação partidária pode se desenvolver em torno da legenda do partido e não diretamente em torno dos seus líderes.

Mas, a influência do personalismo no partidarismo também pode ocorrer em sistemas eleitorais de lista fechada. Por exemplo, na Venezuela, quem é que não sabe que Chávez é do PSUV e que o PSUV é o partido de Chávez? Ou seja, faria sentido, então, argumentar que o tipo de lista não afeta o partidarismo e o voto partidário, mas esta é a variável de maior coeficiente no modelo. Então, voltam-se as atenções para os dados e observa-se, conforme já dito na seção anterior, que no Modelo 3 (modelo completo) o tipo de lista mudou de sentido em relação ao Modelo 1 (contendo apenas as variáveis de sistema eleitoral em nível 2). Ou seja, os dados no Modelo 1 indicam que em países cujo tipo de lista é fechado, os eleitores têm 48% a mais de chance de realizar o voto partidário. No Modelo 3, com a inclusão das variáveis de sistema partidário e as variáveis de controle em nível 2, a direção inverte e o coeficiente aumenta.

Olhando mais atentamente para os dados e voltando à Tabela 7 (Teste de correlação entre as variáveis independentes de nível 2), se constata que as correlações mais expressivas ocorrem entre, de um lado, o tipo de lista e, de outro, a fragmentação (0,5498) e a polarização (0,3739).

Somando todas essas informações, voltou-se às Tabelas 3 e 4 e ao Quadro 3, referentes aos valores de fragmentação, polarização e às informações relacionadas ao tipo de

⁶⁰ Ressalta-se que, em 16 de janeiro de 2018, o ex-presidente Rafael Correa, se sentindo injustiçado e traído, se desfilou do Alianza País por determinação do *Tribunal Contencioso Electoral* (TCE). Ver: <https://www.telesurtv.net/news/Ecuador-Rafael-Correa-abandona-Alianza-Pais-20180116-0035.html>. Acesso em: 24 jul. 2018.

lista, para observar a combinação dos sistemas partidários e eleitorais. Onde se notou que, apesar de haver exceções – como a Nicarágua, cujo tipo de lista é fechado e a fragmentação é alta com 6,24 partidos efetivos –, a maior parte dos países que possuem o tipo de lista fechado possuem também baixa fragmentação – Argentina (0,80), Costa Rica (0,47), Honduras (1,25), México (1,56), Paraguai (0,21), Panamá (1,88), Uruguai (1,62), Venezuela (0,77).

Comparando lista aberta com polarização é possível perceber que a maior parte dos sistemas eleitorais de lista aberta tem maiores níveis de polarização – Brasil (7,43), Chile (5,20), Colômbia (3,84), El Salvador (3,13), Equador (5,86) e Peru (3,41). Os países de lista fechada em geral têm polarização mais baixa, como Honduras (2,19), Costa Rica (2,61) e Paraguai (2,58); mas também encontramos alguns países com polarização mais altas em alguns casos e, em outros casos, com níveis de polarização próximos a outros de lista fechada como Bolívia (4,73), Guatemala (3,84) e Venezuela (3,42).

Esses dados indicam que elementos do sistema partidário como a fragmentação e a polarização são os principais responsáveis por inverter a direção da influência do tipo de lista no voto partidário e no partidarismo, no sentido de que em países onde há maior fragmentação e menor polarização do sistema partidário e onde o tipo de lista é aberto há maiores chances de ocorrer voto partidário e partidarismo. Ou seja, a explicação para que o tipo de lista aberta apresente efeito na direção contrária do esperado sobre o voto partidário (em 341%) e sobre a identificação partidária (em 29%) está localizada na relação entre o tipo de lista com fragmentação e polarização.

Ao voltar as atenções para a comparação entre a influência dos sistemas partidário e eleitoral sobre o voto partidário e a identificação partidária, vale lembrar que essa influência ocorre na mesma direção em ambos os modelos, porém com intensidades diferentes, levando em conta que todos os coeficientes das variáveis institucionais no modelo de voto partidário são mais robustos do que no modelo de identificação partidária. Essas diferenças são percebidas na medida em que o tipo de lista apresenta uma diferença entre os coeficientes dos dois modelos de 312%. Já o tipo de estruturação do sistema partidário possui a menor diferença na intensidade da influência das duas variáveis dependentes, uma diferença de 10%. A regra de proibição para candidaturas avulsas apresenta uma diferença de 43%. A polarização tem uma diferença de 38%. E quanto a fragmentação, a diferença entre os coeficientes é de 17%.

Seria possível pensar, em um primeiro momento, que a influência das variáveis institucionais sobre a identificação partidária deveria ser maior do que sobre o voto partidário, considerando que voto partidário é uma medida mais complexa, exigindo mais do eleitor do

que se identificar com algum partido político, ressaltando que essa exigência diz respeito à própria construção da variável voto partidário que considera a identificação partidária mais a intenção de voto na coligação do partido. Porém, o que ocorre é o oposto, visto que as instituições influenciam mais o voto partidário.

Porém, vale lembrar que essas duas variáveis se referem a fenômenos diferentes e, nesse sentido, faz muito sentido pensar que a estabilidade, complexidade e polarização do sistema partidário, assim como as regras eleitorais influenciem mais a ocorrência de um comportamento mais coerente em relação ao partido de preferência, do que no desenvolvimento e ou manutenção de sentimentos por um partido. Isso porque a identificação partidária pode ser desenvolvida, principalmente, por fatores sociológicos ou psicossociológicos. E o ato de votar de forma coerente com o seu partido pode ser mais influenciado por fatores contextuais, referentes ao desenho institucional, uma vez que o cidadão que está inserido num sistema partidário estruturado e com regras eleitorais mais centradas nos partidos tende a compreender melhor o papel dos partidos e realizar o seu voto mais orientado por eles, de forma mais coerente com a sua identificação partidária.

Faz sentido, então, perceber nos resultados que interesse por política é a variável que apresenta o maior peso na determinação da identificação partidária, já a variável com maior coeficiente sobre o voto partidário é o tipo de lista, ou seja, a variável que mais explica a identificação partidária é de nível individual, já no modelo de voto partidário é uma variável institucional, de contexto.

Quanto às variáveis de controle, o que primeiramente se observa é que, a cada ponto em que o índice de clivagem étnica de um país aumenta, em uma escala contínua que varia entre 0 e 1, as chances de ocorrer o voto partidário são 1% maiores. O sentido da explicação ocorreu conforme esperado, afinal, a expectativa era observar a influência das clivagens étnicas sobre o voto partidário na América Latina, devido a sua relevância regional. A influência do índice de clivagem étnica sobre o voto partidário pode ser explicado pelo enfrentamento da desigualdade política e da invisibilidade histórica das questões étnicas na agenda, no debate público e na política em geral.

Autores como Ruiz (2013) e Baquero (2000) identificam que houve exclusão dos mais pobres e das minorias étnicas do jogo político partidário, trazendo os interesses das elites para o centro das disputas políticas na América Latina desde a inauguração dos sistemas partidários no processo de independência de cada país, o que ainda perdura até os dias atuais.

Mas as lutas pela igualdade que promoveram a inclusão das questões sobre a diversidade no debate público, juntamente com o esforço de implementação de políticas públicas voltadas à inclusão das minorias étnicas parecem ter promovido avanços quanto a cidadania na América Latina, ainda que incipientes.

Em seguida se nota que, a cada ponto percentual em que o desemprego aumenta, em uma escala que varia entre 2 e 10, aumentam em 28% as chances de o voto ser partidário, o que parece contraintuitivo. Porém, a teoria de voto econômico afirma que, em períodos de crises econômicas, a atenção do eleitor à política aumenta. Isso pode fortalecer os laços partidários dos eleitores do partido no governo, que se veem obrigados a justificá-lo, e, ainda mais, dos eleitores da oposição. Assim, é plausível supor que, em situações de maior dificuldade econômica e maior desemprego, a atenção aos partidos pode aumentar, aumentando também o voto partidário.

Percebe-se que as variáveis socioeconômicas em nível agregado explicam, em parte, a ocorrência do voto partidário. Como dito previamente, existem trabalhos que tratam dessa influência no voto, como Camargos (2013), por exemplo, mas é interessante ressaltar que para explicar o voto partidário, as variáveis institucionais continuam decisivas mesmo controladas por essas socioeconômicas. Tal fato reforça a aposta inicial desta tese de que variáveis institucionais são relevantes para a explicação do voto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou compreender a influência do sistema partidário e do sistema eleitoral sobre o voto dos eleitores latino-americanos. Para alcançar esse objetivo, foram elaborados quatro capítulos. Depois da introdução que ocupou o primeiro capítulo, no segundo capítulo, foi traçado o debate teórico e empírico acerca do voto partidário (variável dependente) em quatro seções. Na primeira, foi feito um apanhado geral sobre a evolução da democracia e do partidarismo na região. Na segunda seção, se discutiu o comportamento eleitoral em suas similaridades e disparidades nos países latino-americanos. Na terceira seção, se debateu o partidarismo e sua convivência com o personalismo na América Latina. E na quarta seção, se delimitou o conceito do voto partidário, assim como foi exposta a sua operacionalização e a análise dos dados descritivos do voto partidário em comparação com os dados da identificação partidária na América Latina, mostrando as diferenças empíricas entre eles.

No terceiro capítulo, foram abordadas e discutidas as variáveis institucionais inseridas na análise como variáveis explicativas. Ele foi organizado em duas seções. A primeira debateu os sistemas partidários na América Latina, apresentou o conceito, a operacionalização e a justificativa para a inclusão das três variáveis de sistemas partidários na análise: estrutura da competição partidária, fragmentação eleitoral e polarização da localização ideológica dos partidos. A segunda, que percorreu sobre os sistemas eleitorais na região, apresentou um quadro geral das regras eleitorais nos países latino-americanos, assim como apontou e explicou as variáveis de sistema eleitoral inseridas na análise: tipo de lista para a Câmara dos Deputados e a regra sobre a permissão ou proibição para candidaturas avulsas.

O quarto capítulo detalhou a metodologia da pesquisa, expôs e justificou a inclusão das variáveis de controle na análise, apresentou descrições de dados e a construção do modelo explicativo. O quinto capítulo trouxe os resultados da pesquisa e suas respectivas análises, retomando o debate com a literatura. Ele foi organizado em duas seções. A primeira, na qual os modelos de regressão multivariada foram apresentados e se realizaram as comparações dos resultados entre os modelos com a nova variável proposta (o voto partidário) e os resultados dos modelos com a variável clássica (a identificação partidária). Na segunda seção, foram elaboradas as análises sobre os efeitos das variáveis de sistema partidário e sistema eleitoral no voto partidário dos latino-americanos.

Os resultados indicaram que a suspeita inicial de que instituições de sistema partidário

e eleitoral importam para explicar o comportamento eleitoral foi confirmada. É possível, portanto, afirmar que, para as eleições analisadas, nos 17 países latino-americanos estudados, o voto partidário é explicado, em grande parte, pelas instituições, confirmando então a hipótese geral da tese.

A resposta às questões de pesquisa postas – “Os sistemas partidários e eleitorais exercem algum efeito sobre o comportamento eleitoral na América Latina?” e “Qual é o efeito dos sistemas partidário e eleitoral sobre a ocorrência do voto partidário nos países latino-americanos?” – é que tanto os sistemas partidários quanto sistemas eleitorais exercem influência sobre comportamento eleitoral dos latino-americanos, mais especificamente no voto partidário, apesar de nem sempre essa influência ocorrer na direção esperada. Esse efeito ocorre na medida em que fragmentação e polarização afetam, negativamente o voto partidário, enquanto a estrutura da competição partidária tem efeito positivo sobre o voto partidário. Quanto às variáveis de sistema eleitoral, os dados indicam que o sistema de lista aberta aumenta as chances de o eleitor votar coerentemente com o seu partido, enquanto a permissão de candidatura avulsa dos políticos diminui as chances de ocorrência do voto partidário entre os eleitores.

Vale lembrar que uma das variáveis que teve o sentido contrário do esperado foi a polarização, mas há respaldo na literatura, segundo a argumentação de Sartori (1976) e seus seguidores. A outra variável que apresentou o sentido contrário foi o tipo de lista, que, ademais da influência da presença do personalismo nos partidos e sistemas partidários latino-americanos (SAMUELS, 1997; FREIDENBERG, 2012), teve a sua direção alterada pela inclusão das variáveis de sistema partidário no modelo, sugerindo que a relação entre os sistemas eleitorais com os sistemas partidários pode resultar em mudanças no sentido da influência do tipo de lista no voto partidário na América Latina.

Além desses achados, este trabalho sistematizou a classificação dos sistemas partidários proposta por Mair (1996) segundo a “estrutura da competição partidária pelo Executivo”. Foram discriminados critérios objetivos, que viabilizam a aplicação em outros casos e elaborado um quadro com a classificação dos países latino-americanos em “sistema de estrutura de competição fechada” e “sistema de estrutura de competição aberta”.

Uma das principais contribuições da tese para o campo de estudos sobre o comportamento eleitoral foi o desenvolvimento do conceito e operacionalização do “voto partidário”. É bom lembrar que a expressão “voto partidário” já havia sido utilizada anteriormente. Porém, com sentido vago, tratando o voto no candidato a presidente da república e o voto no partido do candidato como coisas iguais, e assim nomeando esse voto de

“voto partidário” (JORGE, 2012). Outro uso comum do termo é para retratar o “voto de legenda para a Câmara dos Deputados” em nível agregado (SAMUELS, 1997; CAREY; SUGAR, 1995; GIMENES; BORBA; CARREIRÃO; RIBEIRO, 2015). Entretanto, o “voto partidário” ainda não havia sido elaborado como uma variável de comportamento que captasse a dimensão do partidarismo e se referisse à coerência entre atitude e comportamento eleitoral, ou seja, o voto de acordo com a identificação partidária no nível individual.

Ao comparar a variável clássica de identificação partidária com a nova variável de voto partidário, observou-se que elas se tratam de fenômenos diferentes e apresentam significativas diferenças em seus percentuais para cada país analisado, como foi mostrado no capítulo 2. Também, com relação aos resultados obtidos por meio dos modelos apresentados no capítulo 5, percebe-se que todas as variáveis institucionais dispõem de coeficientes mais robustos para explicar o voto partidário do que para explicar a identificação partidária. Diante desses achados, é possível afirmar que as instituições políticas explicam mais o voto partidário do que a identificação partidária.

E isso significa, substantivamente, que países que apresentam sistema partidário mais estável, menos complexo e menos polarizado; e sistema eleitoral cuja regra proíbe candidaturas avulsas e prevê lista aberta para a Câmara dos Deputados, possuem um ambiente no qual o cidadão recebe mais estímulos para realizar o voto partidário e estes estímulos também ocorrem para a identificação partidária, mas em menor proporção. Isso ocorre porque o voto partidário depende, em maior medida, das regras e dinâmicas do jogo político para a sua ocorrência, quando comparado com a identificação partidária. Essas regras e a dinâmicas também contribuem, embora em menor escala, para o eleitor formar e ou manter as suas preferências partidárias, mas os aspectos sociológicos e psicossociológicos são preponderantes, uma vez que se trata do desenvolvimento ou aprofundamento de uma atitude estruturante da identidade do eleitor.

Esta tese sugeriu algumas agendas de pesquisas futuras. A primeira delas foi apontada na discussão sobre o personalismo estabelecida no segundo capítulo, no que tange a operacionalização de uma variável capaz de medir o voto personalista em nível individual que viabilize, entre outras possibilidades, a sua comparação com o voto partidário. Outra agenda de pesquisa foi identificada ao observar a diferença entre os percentuais de voto partidário e de identificação partidária e a diferença na variação dessas variáveis, também no capítulo 2. Essas diferenças indicam que o voto partidário não ocorre de forma proporcional à

identificação partidária nos países latino-americanos. Ou seja, os países que apresentam os maiores níveis de identificação partidária não necessariamente apresentam os maiores níveis de voto partidário, assim como aqueles países que possuem os menores percentuais de identificação partidária não necessariamente apresentam os menores percentuais de voto partidário. Diante dessa constatação, surgiram questões sobre a melhor explicação para esse fenômeno: qual seria a influência dos fatores conjunturais na discrepância entre a identificação partidária e o voto partidário? Ou será que os eleitores dos países com democracias mais estabilizadas tendem a votar em maior coerência com a sua identificação partidária porque atribuem maior significado à essa identificação?

Outras questões que merecem ser investigadas apareceram a partir dos resultados empíricos e suas análises apresentados no capítulo 5. A primeira refere-se à escolaridade: seria esperado que mais anos de estudo aumentassem as chances de o cidadão ter identificação partidária e os dados indicaram o contrário. Uma explicação possível pode ser que os menos escolarizados tendem ser mais leais ao seu partido de preferência, enquanto os mais escolarizados tendem ser mais críticos para com os partidos políticos. Para confirmar essa interpretação dos resultados, será necessário realizar investigações a partir de estudos longitudinais ou qualitativos.

Uma última questão surgiu a partir do resultado da polarização, uma vez que os dados indicaram que maiores níveis de polarização diminuem as chances de ocorrência do voto partidário. Conforme já dito, uma parte da literatura defende que certos níveis de polarização podem ser benéficos para o sistema partidário (RUIZ e ORTEGA FELIPE, 2013), a outra parte afirma que altos níveis de polarização são prejudiciais aos sistemas partidários. (SARTORI, 1976). Diante desse debate e do resultado encontrado, levantaram-se as seguintes questões: se certos níveis de polarização são positivos para o sistema partidário, mas a partir de certo patamar eles são prejudiciais, então quais seriam os níveis ideais de polarização? E quais seriam os níveis de polarização capazes de influenciar positivamente a ocorrência do voto partidário?

Por fim, esta tese buscou estabelecer um vínculo entre dois campos de conhecimento que pouco interagem entre si: comportamento político e instituições políticas. Esse vínculo refere-se aos incentivos que certas características do sistema partidário e do sistema eleitoral oferecem para que ocorra a identificação partidária e o voto partidário, na América Latina. O ponto em comum entre o campo do comportamento político e o campo das instituições políticas, nesse caso, é a identificação partidária, variável central para ambos os campos de estudos e que também está no centro das atenções desta tese, tanto para a concepção da

variável dependente, o voto partidário, quanto para o debate teórico. Espera-se que este estudo estimule outros nesse promissor campo de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBERRO, Irina (2010). “Democratización, identificación partidista y perfil de los votantes: La elección de 2000 en México”. In: PEÑA, Luis Medina (2010). “El Siglo Del Sufragio: de la reelección a la alternancia”. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes: Instituto Federal Electoral: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología.

ALESINA, A; DEVLEESCHAUWER, A; EASTERLY, W; KURLAT, S e WACZIARG, R (2003). “Fractionalization”. *Journal of Economic Growth*, 8, 155-194, 2003. Kluwer Academic Publishers, Manufactured in The Netherlands.

BAQUERO, Marcello (1998). “Identificação Partidária e Comportamento Eleitoral”. http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5097&Itemid=359 ANPOCS. Acesso em: 03 fev. 2014.

_____. (2000) “A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina”. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BATLLE, Margarita. (2009). “Distribución territorial de los apoyos electorales en América Latina: los casos de Ecuador, Perú y Honduras”. *Análisis político* nº 67, Bogotá, septiembre-diciembre, 2009: págs. 3-20.

BENDEL, P. (1993). Partidos políticos y sistemas de partidos en Centroamérica. In: NOHLEN, D. (ed.). *Elecciones y sistemas de partidos en América Latina*. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos.

BRICEÑO, Héctor (2013). Mudanças no comportamento eleitoral e no sistema de partidos na Venezuela (1958-2010). In: Telles, Helcimara & Moreno, Alejandro. *Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina: o eleitor latino-americano*. Belo Horizonte, Editora UFMG. Pp 53 – 81.

BOBBIO, Norberto (1994). “Liberalismo e democracia”. 6º Ed. São Paulo: Brasiliense.

BORBA, Julian. (2005). “Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro.” *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 147-168.

CAIN, B.; FAREJOHN, J.; FIORINA, M. (1987). “The personal vote: Constituency service and electoral independence” Harvard University Press.

CASALECCI, Gabriel Ávila. (2016). Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais. 2016. 201 f. Universidade Federal de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Mestrado em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2016.

CASTRO, Mônica M. M. de. (1994) “Determinantes do comportamento eleitoral - a centralidade da sofisticação política”. 239 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade Cândido Mendes (Ucam). Rio de Janeiro, 1994.

. (2007). “Eleitorado brasileiro: composição e grau de participação”. In: CINTRA, A. O.; AVELAR, L. (orgs.) Sistema político brasileiro: uma introdução. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

CAMARGOS, Malco. (2013). Refinando a teoria do voto econômico: América Latina revisitada. In: TELLES, HELCIMARA; MORENO, ALEJANDRO. Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina: o eleitor latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 53-81.

CAMPBELL, Angus, CONVERSE, Philip, MILLER, Warren & STOKES, Donald. (1960). The american voter. New York; London, John Wiley.

CAREY and SHUGART. (1995). Incentives to cultivate a personal vote. *Electoral studies* 14 (4): 417-439. Elsevier Science Ltd. Printed in Great Britain 0261-3794/95.

CARREIRÃO, Y. S. e KINZO, M, D. G. (2004). “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 1, 2004, pp. 131 a 168.

CASTAÑEDA, J. (1994). “Utopia Unarmed: The Latin American Left After the Cold War”. New York: Vintage Books.

CHILCOTE, R. H. (1993) ‘Left Political Ideology and Practice’. In: B. Carr and S. Ellner (eds), *The Latin American Left: From the Fall of Allende to Perestroika*. Boulder CO: Westview Press, p. 171-86.

COMPARATIVE CONSTITUTIONS PROJECT at the University of Texas at Austin. <https://www.constituteproject.org/>. Acesso em: 17 maio 2017.

CONVERSE, P. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. In: APTER, D. (ed.). *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, 1964, p. 206-261.

COPPEDGE, Michael. (1998) “The Dynamic Diversity of Latin American Party Systems”. *Party Politics*, 4:547-568 (outubro).

COPPEDGE, Michael; GERRING, John; ALTMAN, David; BERNHARD, Michael; FISH, Steven; HICKEN, Allen; KROENIG, Matthew; LINDBERG, Staffan; McMANN, Kelly; PAXTON, Pamela; SEMETKO, Holly; SKAANING, Svend-Erik; STATON, Jeffrey; TEORELL, Jan. (2011). “Defining and measuring democracy: a new approach perspective on politics”. *Perspectives on Politics*, v. 9, n. 2, p. 247-267.

DAHL, Robert. (1997). “Poliarquia: participação e oposição”. São Paulo: EDUSP.

DALTON, Russell. (2004). *Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DALTON, Russell. (2013) “The Apartisan American: Dealignment and Changing Electoral Politics”. Washington, DC: Sage, 2013.

DALTON, Russell; MCALLISTER, Ian.; WATTENBERG, Martin. (2003) “Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas”. *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXVIII, n° 167, p. 295-320.

DALTON, R., and M. WATTENBERG, eds. (2000). *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row Publishers, 1957.

ELKINS, Zachary. (2000) ”Quem Votaria? Conhecendo as Consequências do Voto Obrigatório no Brasil”, *Opinião Pública* 6 (1): 111-137. [English title: “Who Would Vote? Understanding the Consequences of Mandatory Voting in Brazil”].

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto*. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1991.

FIORINA, Morris P. (1978). *Economic Retrospective voting in american national elections: a micro-analysis*. *American Journal of Political Science*, vol. 22, no. 2, p.426-443.

FREIDENBERG, Flavia. (2012). *Ecuador 2011: Revolución Ciudadana, estabilidad presidencial y personalismo político*. *Revista de Ciência Política* (Santiago), vol. 32, n.1.

FUKS, Mario; PAULINO, Rafael Oliveira e CASALECCHI, Gabriel Avila. (2018) “Socialization and Political Regimes: the Impact of Generation on Support for Democracy in Latin America”. *Bras. Political Sci. Rev.* [online]. 2018, vol.12, n.1, e0001. Epub, Mar 26, 2018. ISSN 1981-3821. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201800010001>.

GIMENES, Éder Rodrigo. (2017). “Eleitores e Partidos Políticos na América Latina”. 1. ed. Curitiba: Editora Appris.

GIMENES, BORBA, CARREIRÃO e RIBEIRO (2015). “Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina”. *Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG.

GONZÁLEZ, L.E. (1993). *Estructuras políticas y democracia en Uruguay*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria.

_____. (1999). *Los partidos establecidos y sus desafiantes*. En: GONZÁLEZ, L.E. *Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambio*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria.

HUNTINGTON, Samuel P, (1968). *Political Order in changing societies*. New Haven. Yale University Press.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia*. São Paulo: Francis, 2006.

JORGE, José Eduardo, (2012). “Cultura Política y Voto Partidario en Argentina: Posmodernismo, posmaterialismo y economía en el período 1995-2006”. ISSN 1669-6581. *Question*, Vol. 1, N.º 33. Buenos Aires, Argentina.

KINZO, M.D.G (2005). Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. RBCS, Vol. 20, nº. 57, fevereiro/2005.

KREFT, I .G. G., & LEEUW, J. (1998). *Introducing multilevel modeling*. London: Sage Publications.

KUSCHICK, M. (2016). “Comportamiento electoral e identidad política”. In: GARCÍA, GARATACHEA & MORALES “Políticas Públicas para La Competitividad”. Grupo Editorial Hess, S.A. de C.V. Manuel Gutiérrez Nájera No.91 Col. Obrera, Del. Cuauhtémoc México, D.F.

LAZARSELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. 1965. *The people’s choice: how to voter makes up his mind in a presidential campaign*. 2ª ed. New York, Columbia University Press [versão em espanhol].

LIMA, Maria Regina Soares de (org.) (2008). *Desempenho de governos progressistas no Cone Sul: agendas alternativas ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ.

LIJPHART, Arend. (1994). “Electoral Systems and Party Systems: A Study of Twenty-Seven Democracies, 1945-1990”. Oxford: Oxford University Press.

LUNA, Juan Pablo e ALTMAN, David. (2011), “Uprooted but Stable: Chilean Parties and the Concept of Party System Institutionalization”. *Latin American Politics and Society*, vol. 53, no 2, pp. 1-28.

LUPU, Noam. (2014). *Partisanship in Latin America*. World Politics. 10.1017/S0043887114000197.

MAINWARING, S (1999). *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press.

MAINWARING, S. (2018). “Party System Institutionalization, Predictability and Democracy”. In MAINWARING (ed.). *Party Systems in Latin America: Institutionalization, Decay and Collapse*. Cambridge: Cambridge University Press.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999*. DADOS — Revista de Ciências Sociais, v. 44, n. 4, p. 645-687, 2001.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Democracies and Dictatorships in Latin America: Emergence, Survival and Fall*. New York: Cambridge University Press, 2013.

MAINWARING, Scott and SCULLY, Timothy R. (1995) ‘Party Systems in Latin America’, in Scott Mainwaring and Timothy R. Scully (eds) *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*, pp. 1–34. Stanford, CA: Stanford University Press.

MAINWARING, Scott e TORCAL, Mariano. (2006), “Party System Institutionalization and Party System Theory after the Third Wave of Democratization”, in R. Katz e W. Crotty (eds.), *Handbook of Party Politics*. London: Sage Publications.

MAINWARING, Scott e TORCAL, Mariano. (2005), “Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização”, *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol. XI, nº 2, p. 249-286.

MAINWARING, Scott e ZOCO, Edurne. (2007). "Political Sequences and the Stabilization of Interparty Competition: Electoral Volatility in Old and New Democracies," *Party Politics*, 13 (March 2007), 155-178.

MAIR, Peter (1996). ‘Party Systems and Structures of Competition’. In: Larry LeDuc, Richard G. Nemi and Pippa Norris (eds). *Comparing Democracies*, pp. 83–106. London: Sage.

MAIR, Peter. (2003). Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, Portugal, vol. 38, nº167, p. 277-293, 2003.

MAIR, Peter. (2006) “Party System Change”, in R. Katz e W. Crotty (eds.), *Handbook of Party Politics*. London, Sage Publications.

MARENCO, André. (2012) “Reformas Eleitorais na América Latina: grandes expectativas, poucos casos, resultados perversos”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 31, set./dez. 2012, p. 238-268.

MEDINA, Lucia y TORCAL, Mariano. “La institucionalización del sistema de partidos español. El peso de los anclajes de clase, religión e ideología en la competencia PSOE/PP: 1988-2004.” Trabajo presentado en el Congreso de la AECPA, Madrid, Septiembre, 2006.

MEIXUEIRO e MORENO (2014) “El comportamiento electoral mexicano en las elecciones de 2012”. Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública. México DF. ISBN: 978-607-7919-57-5

MELÉNDEZ, Carlos. (2012). “Partidos inesperados. La institucionalización Del sistema de partidos en un escenario de post colapso partidario. Perú 2001-2011”. *Análisis y Debate - Friedric Ebert Stiftung - Oficina em el Perú*. Lima.

MELO, C.R. e CÂMARA, R. (2012). *Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, no 1, 2012, pp. 71 a 117.

MONAGREDA, Johanna Katuska. (2014). “Estado e Cidadania Diferenciada a partir do pertencimento Étnico-Racial Afrodescendente no Brasil e na Venezuela”. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Mestrado em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2014.

MOREIRA, Carlos, RAUS, Diego, GÓMEZ LEYTON, Juan Carlos (coords.) (2008). *La nueva política en América Latina: rupturas y continuidades*. Montevideo: Flacso Uruguay, UNLa, Arcis, Trilce.

MORENO, Alejandro (2007). “The 2006 Mexican Presidential Election: The Economy, Oil Revenues, and Ideology”, en *PS: Political Science and Politics*, núm. 40.

MORLINO, L (1998). “Democracy Between Consolidation and Crisis. Parties, Groups and Citizens in Southern Europe”. Oxford: Oxford University Press.

MORLINO, L (2014) “La calidad de las democracias en América Latina”. IDEA Internacional Strömsborg SE-103 Estocolmo.

NICOLAU, Jiro Marconi. (2004). “Sistemas Eleitorais”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2004.

NICOLAU, Jiro Marconi. (2006). “O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil”. DADOS–Revista de Ciências Sociais., RiodeJaneiro, Vol. 49, n. 4, 2006, p. 689-720.

NICOLAU, Jairo Marconi e SCHMITT, Rogério Augusto. (1995). “Sistema eleitoral e sistema partidário”. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 1995, Nº 36, p.129-147.

NORRIS, Pippa. Critical Citizens: global support for democratic government. Cambridge: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pippa. Democratic phoenix: reinventing political activism. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NORRIS, Pippa. (2004). “Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behavior”. Cambridge, Cambridge University Press.

O’DONNELL, Guillermo (2004). Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización. Buenos Aires: Punto Sur.

PANIZZA, Francisco (2006). “La marea rosa”. Análise de Conjuntura OPSA, n. 8.

PARLIAMENTARY ELITES IN LATIN AMERICA (PELA). Universidad de Salamanca. Disponível em: http://americo.usal.es/oir/Elites/bases_de_datos.htm. Acesso em: 28 nov. 2014.

PEIXOTO, V. e RENNÓ, L. (2011). “Mobilidade Social Ascendente e Voto: As Eleições Presidenciais de 2010 no Brasil”. Opinião Publica vol.17 no.2 Campinas.

PEW RESEARCH CENTER U.S. POLITICS & POLICY. Disponível em: <http://www.people-press.org/interactives/party-id-trend/>. Acesso em: 14 abr. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. Orientações para elaboração de trabalhos científicos: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a American Psychological Association (APA) e o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (VANCOUVER). Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <www.pucminas.br/biblioteca>. Acesso em: 20 maio 2018.

PUENTE-PALACIOS, Katia Elizabeth & LAROS, Jacob Arie (2009). “Análise multinível: contribuições para estudos sobre efeito do contexto social no comportamento individual”. Estudos de Psicologia. Campinas, 26(3) 349-361.

RATTO, Maria Celeste e MONTERO, José Ramón (2014). O comportamento eleitoral dos argentinos: algumas chaves das eleições presidenciais de 2007. In: Telles, H & Moreno, Alejandro. *Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 25-52.

REIS, F. W. (Org.). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

REIS, F.W. “Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira”. São Paulo: EDUSP, 2000.

RENNÓ, L.; CABELLO, A. (2010). “As Bases do lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?” In *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 25 N° 74*.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. (2011) “Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros”. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, p.333-368.

ROBERTS, Kenneth M. (2015) “Changing Course: Party System Change in Latin America’s Neoliberal Era”. Cambridge University Press, New York, NY.

ROCHA, Mariela. *Determinantes do Voto em Dilma nas Eleições Presidenciais de 2010*. 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Mestrado em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2013.

ROSE, Richard, and MACKIE, Thomas (1988). ‘Do Parties Persist or Fail? The Big Trade-off Facing Organizations’, in Kay Lawson and Peter Merkl (eds.), *When Parties Fail: Emerging Alternative Organizations*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 533–560.

RUIZ, Leticia. (2013). *Comportamento eleitoral e oferta partidária na América latina*. In: Telles, H & Moreno, Alejandro. *Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 25-52.

RUIZ, Leticia; OTERO FELIPE, Patricia (2013). “Indicadores de partidos y sistemas de partidos”, Colección Cuadernos Metodológicos, Editorial Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid.

RUSSO, Guilherme. *Party Systems and Political Self-Efficacy: The Effect of Complexity of Politics on Citizens’ Perception of Efficacy*. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política). Vanderbilt University. Nashville, 2015.

SADER, Emir (2009). *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo.

SAMUELS, D. (1997) *Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil*. Dados vol. 40 no. 3 Rio de Janeiro 1997.

SAMUELS, D. (2004). *As Bases do Petismo*. *Opinião Pública*, outubro, año/vol. 10, número 002. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, Brasil p. 221-241.

SAMUELS, D. (2008) A evolução do petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, vol.14, n.2, pp. 302-318.

SARTORI, Giovanni (2003) [1976]. “Partidos y sistemas de partidos”. Madrid: Alianza.

SELIOS, Lucía y VAIRO, Daniela (2012). “Elecciones 2009 en Uruguay: permanencia de lealtades políticas y accountability electoral”, en *Opinião Pública*, Vol.18, Nº.1, p. 198-215. Campinas. Brasil.

SINGER, André Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. in: *Revista Novos Estudos*, Ed. 85, Novembro 2009, p. 82-103 – CEBRAP.

TAVARES, Francisco da Mata Machado (2011) “Três Variantes do Personalismo na Política da América Hispânica: o Caudilhismo, o Bolivarianismo e o Populismo como Expressões de Afirmção Regional”. *Cadernos PROLAIU/USP (Ano 10_Vol. 1_2011)*, p.36-50.

TAVARES, José Antônio Giusti (1994). “Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

THE AMERICAS BAROMETER BY THE LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). Disponível em www.LapopSurveys.org. Acesso em: 03 fev. 2014.

The Inter-Parliamentary Union (IPU). <http://archive.ipu.org/parline-e/parlinesearch.asp>. Acessado em: 04 maio 2017.

The Election Guide Democracy Assistance & Elections News. <http://www.electionguide.org/>. Acesso em: 06 maio 2017.

TERRON, S. L. e SOARES. G. A. D. (2010). As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. In: *Opinião Pública*, vol. 16, n.2, pp. 310-337.

TELLES, Helcimara & MORENO, Alejandro. (2013) “Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina: o eleitor latino-americano”. Belo Horizonte, Editora UFMG. pp 567 - 583.

WEISBERG, H. F., & GREENE, S. (2003). The political psychology of party identification. In: M. B. MacKuen & G. Rabinowitz (Eds.), *Electoral democracy* (p. 83-124). Ann Arbor: The University of Michigan Press.

VILLA, Roberto Ochoa. (2015) “Comportamiento Electoral de los Colombianos durante las Elecciones Presidenciales del año 2010”. *Jurídicas CUC*, 11(1), 209-220. doi: <http://dx.doi.org/10.17981/juridcuc.11.1.2015.9>. Acesso em 13.dez. 2016.

VIJVER, Fons J. R. van de. HEMERT, Dianne A. van. and POORTINGA, Ype H. (2008). “Multilevel Analysis of Individuals and Cultures”. Lawrence Erlbaum Associates Taylor & Francis Group, New York, NY.

ZEPEDA, Juan Antonio Rodríguez. OTERO FELIPE, Patricia. (2017). “Proximidad Ideológica en las Elecciones Presidenciales de Costa Rica, El Salvador y Honduras”. *Ediciones Universidad de Salamanca. América Latina Hoy*, 77, 2017, pp. 17-45.

ANEXO 1

Partidos e Coligações participantes da disputa eleitoral na América Latina				
País	Ano eleitoral de referência	Presidente Eleito	Chapas (Coligações)	Partidos (Partidos Coligados)
Argentina	2011	Cristina Fernández de Kirchner - Partido Justicialista (PJ)	Cristina Fernández de Kirchner - Frente para la Victoria	Partido Justicialista (PJ)
				Frente Grande
				Partido Comunista (Congreso Extraordinario)
				Partido de la Victoria
			Hermes Binner - Frente Amplio Progresista	Confederación Socialista Argentina
				Partido Socialista (PS)
				Partido GEN
				Libres del Sur
			Ricardo Alfonsín - Unión para el Desarrollo Social	Partido Nuevo
				União Cívica Radical (UCR)
				Partido Federal
				Partido Liberal de Corrientes
			Alberto Rodríguez Saá - Compromiso Federal	Partido Provincial Rionegrino
				Partido Popular de Corrientes
Partido Justicialista (PJ)				
Partido Demócrata				
Eduardo Duhalde - Frente Popular	PAIS			
	UNIR			
	Es Posible			
	Partido Verde			
Jorge Altamira - Frente de Izquierda y de los Trabajadores	Partido Justicialista (PJ)			
	Partido Obrero (PO)			
	Partido de los Trabajadores Socialistas			
Elisa Carrió - Coalición Cívica para la Afirmación de una República Igualitaria	Izquierda Socialista			
	Coalición Cívica ARI (CC-ARI)			
Bolivia	2009	Evo Morales - MAS (Movimiento al Socialismo)	Evo Morales - MAS	MAS (Movimiento al Socialismo)
			Manfred Reyes Villa - PPB	PPB (Plan Progreso para Bolivia)
			Samuel Doria Medina - UM	UN (Frente de Unidad Nacional)
			René Joaquino - AS	AS (Alianza Social)
			Ana María Flores - MUSPA	MUSPA (Movimiento de Unidad Social Patriótica)
			Román Loayza - GENTE	GENTE
			Alejo Véliz - PULSO	PULSO (Pueblos por la Libertad y Soberanía)
			Rime Choquehuanca - BSD	BSD (Bolivia Social Demócrata)

Brasil	2010	Dilma Rousseff – PT	1- Dilma Rousseff (PT) - PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO	PT	
				PMDB	
				PDT	
				PCdoB	
				PSB	
				PR	
				PRB	
				PSC	
				PTC	
			PTN		
			2- José Serra (PSDB) - O BRASIL PODE MAIS: PSDB	PSDB	
				DEM	
				PPS	
PMN					
PTB					
PTdoB					
3- Marina Silva (PV): PV	PV				
4- José Maria (PSTU): PSTU	PSTU				
5- Ivan Pinheiro (PCB): PCB	PCB				
6- Levy Fidelix (PRTB): PRTB	PRTB				
7- Eymael (PSDC): PSDC	PSDC				
8- Rui Costa (PCO): PCO	PCO				
9- Plínio (PSOL): PSOL	PSOL				
Chile	2013	Michelle Bachelet - PS (Partido Socialista do Chile)	1- Michelle Bachelet (PS)	Partido Socialista do Chile (PS)	
				Partido Demócrata Cristiano	
				Partido Radical Social Demócrata	
				Partido pela Democracia	
				Movimento Amplo Social	
				a Esquerda Cidadã	
				Partido Comunista	
			2- Evelyn Matthei	Renovação Nacional	
				União Democrática Independente.	
3- Marco Enríquez-Ominami	Partido Progressista				
	Partido Liberal.				
4- Marcel Claude	Partido Humanista				
	Esquerda Unida				
5- Alfredo Sfeir	Partido Ecologista.				
Colômbia	2010	Juan Manoel Santos (Partido Social de Unidade Nacional)	1- Juan Manoel Santos	Partido Social de Unidade Nacional	
				2-Germán Vargas Lleras	Partido Cambio Radical
				3-Gustavo Petro	Polo Democrático Alternativo
				4- Noemí Sanín	Partido Conservador Colombiano
				5-Rafael Pardo	Partido Liberal Colombiano
				6- Antanas Mockus	Partido verde
				7-Róbison Alexander Devia	Movimento de la voz de la consciencia
				8- Jairo Calderón	Partido Político Abertura Liberal
				9-Jaime Araújo Reiteria	Alianza Social Afrocolombiana
Costa Rica	2014	Luis Guillermo Solís Rivera – PAC	Luis Guillermo Solís Rivera – PAC: Alianza Patriótica	PAC - Partido Acción Ciudadana	
				Johnny Araya Monge – PLN	PNL - Partido Liberación Nacional
				José María Villalta Florez-Estrada – FA	FA - Partido Frente Amplio
				Otto Guevara Guth – ML	ML - Movimiento Libertario
				Rodolfo Piza Rocafort – PUSC	PUSC - Partido Unidad Social Cristiana
				José Miguel Corrales Bolaños – PPN	PPN - Partido Patria Nueva

El Salvador	2014	Salvador Sánchez Cerén – FMLN	Salvador Sánchez Cerén – FMLN	FMLN
			Norman Quijano – ARENA	ARENA
			Elias Antonio Saca González – UNIDAD	UNIDAD
			René Rodríguez – Partido Salvadoreño Progresista	Partido Salvadoreño Progresista
			Oscar Morales Lemus – FPS	FPS
Ecuador	2013	Rafael Correa - Movimiento Alianza PAIS	Rafael Correa - Movimiento Alianza PAIS	Movimiento Alianza PAIS
			Guillermo Lasso - CREO	CREO
			Lucio Gutiérrez - PSP	PSP
			Mauricio Rodas - SUMA	SUMA
			Alvaro Noboa - PRIAN	PRIAN
			Alberto Acosta Espinosa - Unidad Plurinacional de las Izquierdas	Unidad Plurinacional de las Izquierdas
			Norman Wray - Ruptura 25	Ruptura 25
			Nelson Zavala - PRE	PRE
Guatemala	2011	Otto Pérez Molina PP (Partido Patriota)	Otto Pérez Molina PP	PP - Partido Patriota
			Manuel Baldizón - LIDER	LIDER - Libertad Democrática Renovada
			Eduardo Suger - CREO	CREO - Compromiso Renovación y Orden
			Mario Estrada - Unión del Cambio Nacional	Unión del Cambio Nacional
			Harold Caballeros - Visión con Valores-Encuentro por Guatemala	Visión con Valores-Encuentro por Guatemala
			Rigoberta Menchú - Frente Amplio de Izquierda	Frente Amplio de Izquierda
			Juan Guillermo Gutiérrez - Partido de Avanzada Nacional	Partido de Avanzada Nacional
			Patricia de Arzú - Partido Unionista	Partido Unionista
			Alejandro Giammattei - Centro de Acción Social	Centro de Acción Social
			Adela de Torrebiarte - Acción de Desarrollo Nacional	Acción de Desarrollo Nacional
			Honduras	2013
Xiomara Castro de Zelaya – Libre	Libre: Libertad y Refundación			
Mauricio Villeda – Partido Liberal	Partido Liberal			
Salvador Nasralla – PAC	PAC - Partido Anti Corrupción			
México	2012	Enrique Peña Nieto (PRI)	Enrique Peña Nieto (PRI)	Partido Revolucionario Institucional, Partido Verde Ecologista de México
			Josefina Vázquez Mota (PAN)	PAN - Partido Acción Nacional
			Andrés Manuel López Obrador	Partido de la Revolución Democrática y Partido del Trabajo
			Gabriel Quadri de la Torre	Nueva Alianza
Nicaragua	2011	Daniel Ortega - FSLN	Daniel Ortega – FSLN	FSLN
			Arnoldo Alemán – PLC	PLC
			Fabio Gadea – PLI	PLI
			Enrique Quiñonez – ALN	ALN
			Miguel Angel García – APRE	APRE

Panamá	2009	Ricardo Martinelli – Cambio Democrático	Ricardo Martinelli – Cambio Democrático: coligação: Alianza por el Cambio	Movimiento Liberal Republicano Nacionalista, Partido Panameñista,
				Cambio Democrático
				Unión Patriótica
			Balbina Herrera – Partido Revolucionario Democrático: coligação: Un País Para Todos	Partido Revolucionario Democrático, Partido Popular Partido Liberal
		Guillermo Endara – Vanguardia Moral de la Patria.	Vanguardia Moral de la Patria.	
Paraguay	2013	Horacio Cartes - Partido Colorado	Horacio Cartes – Partido Colorado: Asociación Nacional Republicana	Partido Colorado
			Efraín Alegre PLRA – Alianza Paraguay Alegre:	PLRA - Partido Liberal Radical Auténtico
				Partido Democrático Progresista
				Partido Encuentro Nacional
				Partido Social Demócrata
			Mario Ferreiro PRF – Avanza País	PRF - Partido Revolucionario Febrerista
				Partido Movimiento al Socialismo
				Partido Demócrata Cristiano
				Partido Paraguay Tekopyahú
				Movimiento 20 de Abril
			Anibal Carrillo – Frente Guasú	Unidad Democrática para la Victoria
				Partido País Solidario
				Partido Frente Amplio
Bloque Social y Popular				
Partido de Participación Ciudadana				
Partido Popular Tekojoja				
Partido Comunista Paraguayo				
Partido Convergencia Popular Socialista				
Partido del Movimiento Patriótico y Popular				
Frente Social y Popular				
Frente Patriótico Popular				
Partido de la Unidad Popular				
Peru	2011	Ollanta Humala - Alianza Gana Perú	Ollanta Humala – Alianza Gana Perú	Partido Nacionalista Peruano
			Keiko Fujimori - Fuerza 2011	Fuerza 2011
				Renovación Nacional
			Pedro Pablo Kuczynski – Alianza por el Gran Cambio:	Alianza para el Progreso
				Partido Humanista Peruano,
				Partido Popular Cristiano, Restauración Nacional
			Alejandro Toledo – Perú Posible	Acción Popular
				Perú Posible
				Somos Perú
			Luis Castañeda – Solidaridad Nacional	Cambio 90
				Partido Solidaridad Nacional
Siempre Unidos				
Todos por el Perú				
	Unión por el Perú			

Uruguai	2009	José Mujica - Frente Amplio	José Mujica – Frente Amplio	Frente Amplio
			Luis Alberto Lacalle – Partido Nacional	Partido Nacional
			Pedro Bordaberry – Partido Colorado	Partido Colorado
			Pablo Mieres – Partido Independiente	Partido Independiente
			Raúl Rodríguez da Silva – Asamblea Popular	Asamblea Popular
Venezuela	2013	Nicolás Maduro Moros – PSUV	Nicolás Maduro Moros – PSUV: Gran Polo Patriótico	PSUV
			Henrique Capriles Radonski – PJ: Mesa de la Unidad Democrática	PJ
			Eusebio Mendez: Nueva Visión para mi País	Nueva Visión para mi País
			María Bolívar: Partido Democrático Unidos por la Paz y la Libertad	Partido Democrático Unidos por la Paz y la Libertad
			Reina Sequera: Poder Laboral	Poder Laboral
			Julio Mora: Unidad Democrática	Unidad Democrática

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos sites dos órgãos organizadores das eleições em cada país.

ANEXO 2

Lista dos sites dos órgãos organizadores das eleições em cada país

Venezuela (Eleição 2013) - Consejo Nacional Electoral

http://www.cne.gob.ve/divulgacion_presidencial_2013/index2.php?

Uruguai (Eleição 2009) - Corte Electoral Prepublica Oriental Del Uruguay

[http://www.corteelectoral.gub.uy/gxpsites/page.aspx?3,26,294,O,S,O,](http://www.corteelectoral.gub.uy/gxpsites/page.aspx?3,26,294,O,S,O)

Peru (Eleição 2011) - ONPE – Oficina Nacional de Processos Electorales

<http://www.onpe.gob.pe/>

Paraguai (eleição 2013) - Tribunal Superior de Justicia Electoral

<http://tsje.gov.py/>

<http://tsje.gov.py/e2013/documentos/pdf/2013.pdf>

Panamá - Tribunal Electoral de la República de Panamá

http://www.tribunal-electoral.gob.pa/html/index.php?id=241&no_cache=1&sword_list%5B%5D=2009

Nicarágua - Consejo Supremo Electoral

<http://www.cse.gob.ni/>

México - Instituto Nacional Electoral

http://www.ine.mx/archivos3/portal/historico/recursos/IFE-v2/ProcesosElecttorales/ProcesoElectoral2011-2012/Proceso2012_docs/memoriasPEF2011-2012/23_Capitulo_16.pdf

Honduras - Tribunal Supremo Electoral

http://www.tse.hn/web/estadisticas/procesos_electorales.html

Guatemala - Tribunal Supremo Electoral de Guatemala

<http://www.tse.org.gt/memoria-electoral-2011.pdf>

El Salvador - Tribunal Supremo Electoral de El Salvador

<http://www.tse.gob.sv/revistadigital/index.php/institucion-3/datos-estadisticos>

Equador - Consejo Nacional Electoral

<http://cne.gob.ec/es/>

Costa Rica - Tribunal Supremo de Elecciones

http://www.tse.go.cr/estadisticas_elecciones.htm

Colômbia - Consejo Nacional Electoral

http://www.cne.gov.co/cne/registro_de_partido_y_movimientos_politicos.page

Chile - Tribunal Certificador de Elecciones de Chile

<http://www.tribunalcalificador.cl/eleccion/Paginas/ActasdeMesasDigitalizadas.aspx>

Brasil - Tribunal Superior Eleitoral

<http://www.tse.jus.br/>

Bolívia - Órgano Electoral Plurinacional – Tribunal Supremo Electoral.

http://www.eods.eu/library/FR%20BOLIVIA%202009_es.pdf

Argentina - Cámara Nacional Electoral

www.elecciones.gov.ar/estadistica/archivos/resultados_nacionales_2011_presidente_vice_total_pais.pdf

ANEXO 3

Teste de correlação das variáveis independentes de nível 1

	Homem	Idade	Urbano	Escolaridade	Interesse por política	Eficácia externa	Eficácia interna	Avaliação da economia	Avaliação do incumbente
Homem	10000								
Idade	0,0060 0,1684	1000							
Urbano	-0,0060 0,0904	0,0110 0,0141	1,000						
Escolaridade	0,0290 0,000	-0,2587 0,000	0,2511 0,000	1,000					
Interesse por política	0,0720 0,0000	0,0566 0,0000	0,0387 0,000	0,1121 0,000	1,000				
Eficácia externa	0,0016 0,7167	0,0294 0,000	0,0027 0,5479	-0,0087 0,0524	0,0968 0,000	1,000			
Eficácia interna	0,0992 0,0000	0,0540 0,001	0,0732 0,0000	0,13337 0,0000	0,2049 0,000	0,2440 0,000	1,000		
Avaliação da economia	0,0401 0,0000	-0,0104 0,0000	-0,0196 0,0000	0,0159 0,0004	0,0770 0,0000	0,1257 0,000	0,0698 0,000	1,000	
Avaliação do incumbente	-0,0068 0,1195	0,0175 0,0001	-0,0709 0,0000	-0,0591 0,0000	0,0847 0,0000	0,2345 0,0000	0,0856 0,000	0,2598 0,000	1,000

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Barômetro das Américas 2014.

ANEXO 4

```
* //////////////////////////////////////
* SINTAXE MARIELA - LAPOP 2014 - BANCO MERGE //////////////////////////////////////
* //////////////////////////////////////
```

```
use "C:\Users\Mariela Rocha\Desktop\Modelos e bancos TESE.dta"
```

```
svyset upm[pweight=weight1500], strata(estratopri) // ponderação dos dados
```

```
* //////////////////////////////////////
* CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS //////////////////////////////////////
* //////////////////////////////////////
```

```
*****
* VARIÁVEIS DEPENDENTES
*****
*****
```

```
Identificação partidária
recode vb10 (1=1) (2=0) (.a=0), gen (idpart)
label variable idpart "Identificação partidária"
label define idpart 0 "Não tem identificação" 1 "Tem identificação"
label values idpart idpart
```

```
* Voto coerente
gen votocoerente=0
replace votocoerente=1 if vb11==1701 & vb3n==1701 // Argentina
replace votocoerente=1 if vb11==1703 & vb3n==1703 // Argentina
replace votocoerente=1 if vb11==1704 & vb3n==1702 // Argentina
replace votocoerente=1 if vb11==1001 & vb3n==1007 // Bolivia
replace votocoerente=1 if vb11==1002 & vb3n==1003 // Bolivia
replace votocoerente=1 if vb11==1003 & vb3n==1007 // Bolivia
replace votocoerente=1 if vb11==1004 & vb3n==1509 // Bolivia
replace votocoerente=1 if vb11==1006 & vb3n==1509 // Bolivia
replace votocoerente=1 if vb11==1501 & vb3n==1501 // Brasil
replace votocoerente=1 if vb11==1502 & vb3n==1501 // Brasil
replace votocoerente=1 if vb11==1503 & vb3n==1502 // Brasil
replace votocoerente=1 if vb11==1504 & vb3n==1501 // Brasil
replace votocoerente=1 if vb11==1505 & vb3n==1502 // Brasil
replace votocoerente=1 if vb11==1506 & vb3n==1501 // Brasil
replace votocoerente=1 if vb11==1507 & vb3n==1502 // Brasil
replace votocoerente=1 if vb11==1508 & vb3n==1502 // Brasil
replace votocoerente=1 if vb11==1512 & vb3n==1503 // Brasil
replace votocoerente=1 if vb11==1513 & vb3n==1509 // Brasil
replace votocoerente=1 if vb11==1301 & vb3n==1305 // Chile
replace votocoerente=1 if vb11==1302 & vb3n==1305 // Chile
replace votocoerente=1 if vb11==1303 & vb3n==1305 // Chile
replace votocoerente=1 if vb11==1307 & vb3n==1305 // Chile
replace votocoerente=1 if vb11==1304 & vb3n==1306 // Chile
replace votocoerente=1 if vb11==1305 & vb3n==1306 // Chile
replace votocoerente=1 if vb11==801 & vb3n==801 // Colombia
replace votocoerente=1 if vb11==805 & vb3n==802 // Colombia
replace votocoerente=1 if vb11==803 & vb3n==803 // Colombia
replace votocoerente=1 if vb11==810 & vb3n==803 // Colombia
```

replace votocoerente=1 if vb11==804 & vb3n==804 // Colombia
 replace votocoerente=1 if vb11==829 & vb3n==804 // Colombia
 replace votocoerente=1 if vb11==802 & vb3n==805 // Colombia
 replace votocoerente=1 if vb11==821 & vb3n==806 // Colombia
 replace votocoerente=1 if vb11==601 & vb3n==601 // Costa Rica
 replace votocoerente=1 if vb11==602 & vb3n==602 // Costa Rica
 replace votocoerente=1 if vb11==603 & vb3n==603 // Costa Rica
 replace votocoerente=1 if vb11==604 & vb3n==604 // Costa Rica
 replace votocoerente=1 if vb11==605 & vb3n==605 // Costa Rica
 replace votocoerente=1 if vb11==301 & vb3n==301 // El Salvador
 replace votocoerente=1 if vb11==302 & vb3n==302 // El Salvador
 replace votocoerente=1 if vb11==303 & vb3n==303 // El Salvador
 replace votocoerente=1 if vb11==304 & vb3n==303 // El Salvador
 replace votocoerente=1 if vb11==305 & vb3n==303 // El Salvador
 replace votocoerente=1 if vb11==901 & vb3n==902 // Ecuador
 replace votocoerente=1 if vb11==902 & vb3n==906 // Ecuador
 replace votocoerente=1 if vb11==904 & vb3n==907 // Ecuador
 replace votocoerente=1 if vb11==905 & vb3n==903 // Ecuador
 replace votocoerente=1 if vb11==906 & vb3n==905 // Ecuador
 replace votocoerente=1 if vb11==907 & vb3n==908 // Ecuador
 replace votocoerente=1 if vb11==910 & vb3n==901 // Ecuador
 replace votocoerente=1 if vb11==911 & vb3n==904 // Ecuador
 replace votocoerente=1 if vb11==913 & vb3n==901 // Ecuador
 replace votocoerente=1 if vb11==206 & vb3n==206 // Guatemala
 replace votocoerente=1 if vb11==202 & vb3n==203 // Guatemala
 replace votocoerente=1 if vb11==202 & vb3n==202 // Guatemala
 replace votocoerente=1 if vb11==205 & vb3n==205 // Guatemala
 replace votocoerente=1 if vb11==211 & vb3n==210 // Guatemala
 replace votocoerente=1 if vb11==212 & vb3n==210 // Guatemala
 replace votocoerente=1 if vb11==208 & vb3n==208 // Guatemala
 replace votocoerente=1 if vb11==401 & vb3n==401 // Honduras
 replace votocoerente=1 if vb11==406 & vb3n==402 // Honduras
 replace votocoerente=1 if vb11==402 & vb3n==403 // Honduras
 replace votocoerente=1 if vb11==403 & vb3n==404 // Honduras
 replace votocoerente=1 if vb11==407 & vb3n==404 // Honduras
 replace votocoerente=1 if vb11==101 & vb3n==103 // México
 replace votocoerente=1 if vb11==102 & vb3n==101 // México
 replace votocoerente=1 if vb11==103 & vb3n==102 // México
 replace votocoerente=1 if vb11==104 & vb3n==101 // México
 replace votocoerente=1 if vb11==105 & vb3n==102 // México
 replace votocoerente=1 if vb11==106 & vb3n==104 // México
 replace votocoerente=1 if vb11==501 & vb3n==501 // Nicaragua
 replace votocoerente=1 if vb11==502 & vb3n==502 // Nicaragua
 replace votocoerente=1 if vb11==504 & vb3n==503 // Nicaragua
 replace votocoerente=1 if vb11==701 & vb3n==701 // Panama
 replace votocoerente=1 if vb11==702 & vb3n==702 // Panama
 replace votocoerente=1 if vb11==703 & vb3n==703 // Panama
 replace votocoerente=1 if vb11==704 & vb3n==702 // Panama
 replace votocoerente=1 if vb11==1201 & vb3n==1201 // Paraguai
 replace votocoerente=1 if vb11==1202 & vb3n==1202 // Paraguai
 replace votocoerente=1 if vb11==1101 & vb3n==1101 // Peru
 replace votocoerente=1 if vb11==1102 & vb3n==1102 // Peru
 replace votocoerente=1 if vb11==1104 & vb3n==1104 // Peru
 replace votocoerente=1 if vb11==1105 & vb3n==1105 // Peru
 replace votocoerente=1 if vb11==1106 & vb3n==1102 // Peru

```

replace votocoerente=1 if vb11==1107 & vb3n==1103 // Peru
replace votocoerente=1 if vb11==1401 & vb3n==1401 // Uruguai
replace votocoerente=1 if vb11==1402 & vb3n==1402 // Uruguai
replace votocoerente=1 if vb11==1403 & vb3n==1403 // Uruguai
replace votocoerente=1 if vb11==1404 & vb3n==1404 // Uruguai
replace votocoerente=1 if vb11==1601 & vb3n==1601 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1602 & vb3n==1601 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1603 & vb3n==1601 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1604 & vb3n==1601 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1608 & vb3n==1601 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1610 & vb3n==1601 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1611 & vb3n==1601 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1612 & vb3n==1602 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1613 & vb3n==1602 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1615 & vb3n==1602 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1616 & vb3n==1602 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1617 & vb3n==1602 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1624 & vb3n==1602 // Venezuela
replace votocoerente=1 if vb11==1625 & vb3n==1602 // Venezuela

```

```
*****
```

```
* VARIÁVEIS INDEPENDENTES - NÍVEL 1
```

```
*****
```

```
*****
```

```
* Sexo
```

```

recode q1 (1=1) (2=0), gen (homem)
label variable homem "Homem"
label define homem 0 "Mulher" 1 "Homem"
label values homem homem

```

```
* Idade e Faixa Etária
```

```

gen idade2 = q2
label variable idade2 "Idade"
recode q2 (16/29=0) (30/59=1) (60/101=2), gen (idade)
label variable idade "Faixa etária"
label define idade 0 "Jovem" 1 "Adulto" 2 "Velho"
label values idade idade

```

```
* Urbano
```

```

recode ur (1=1) (2=0), gen (urbano)
label variable urbano "Urbano"
label define urbano 0 "Rural" 1 "Urbano"
label values urbano urbano

```

```
* Escolaridade
```

```

gen escol = ed
label variable escol "Escolaridade"

```

```
* Interesse por política
```

```

recode pol1 (1=1) (2=1) (3=0) (4=0) (.a=0), gen (intpol)
label variable intpol "Interesse político"
label define intpol 0 "Nenhum/pouco interesse" 1 "Algo/muito interesse"
label values intpol intpol

```

```
* Eficácia externa (governo se preocupa com o que o povo pensa)
```

```

recode eff1 (1/4=0) (5/7=1) (.a=0) (.b=.) (.c=.), gen (efext)

```

```
label variable efext "Eficácia externa"
label define efext 0 "Baixa eficácia externa" 1 "Alta eficácia externa"
label values efext efext
```

```
* Eficácia interna (entende o que acontece na política)
recode eff2 (1/4=0) (5/7=1) (.a=0) (.b=.) (.c=.), gen (efint)
label variable efint "Eficácia interna"
label define efint 0 "Baixa eficácia interna" 1 "Alta eficácia interna"
label values efint efint
```

```
*Avaliação da economia
recode soct2 (1=1) (2=0) (3=0), gen (avsoc)
label variable avsoc "Avaliação da economia"
label define avsoc 0 "Ruim/Regular" 1 "Boa"
label values avsoc avsoc
```

```
*Avaliação do presidente
recode m1 (1=1) (2=1) (3=0) (4=0) (5=0), gen (avpre)
label variable avpre "Avaliação do presidente"
label define avpre 0 "Pessimo/Ruim/regular" 1 "Bom/Ótimo"
label values avpre avpre
```

```
*****
```

```
* VARIÁVEIS INDEPENDENTES - NÍVEL 2
```

```
*****
```

```
*****
```

```
* Fragmentação
gen frag=.
replace frag = 2.69 if pais == 1 // Mexico
replace frag = 3.84 if pais == 2 // Guatemala
replace frag = 3.13 if pais == 3 // El Salvador
replace frag = 2.19 if pais == 4 // Honduras
replace frag = 2.44 if pais == 5 // Nicaragua
replace frag = 2.61 if pais == 6 // Costa Rica
replace frag = 3.50 if pais == 7 // Panama
replace frag = 3.64 if pais == 8 // Colombia
replace frag = 5.86 if pais == 9 // Ecuador
replace frag = 4.73 if pais == 10 // Bolivia
replace frag = 3.41 if pais == 11 // Peru
replace frag = 2.58 if pais == 12 // Paraguay
replace frag = 5.20 if pais == 13 // Chile
replace frag = 3.00 if pais == 14 // Uruguay
replace frag = 7.43 if pais == 15 // Brazil
replace frag = 3.42 if pais == 16 // Venezuela
replace frag = 3.08 if pais == 17 // Argentina
label variable frag "Fragmentação"
label values frag frag
```

```
* Polarização
gen polar=.
replace polar = 1.56 if pais == 1 // Mexico
replace polar = 2.50 if pais == 2 // Guatemala
replace polar = 8.69 if pais == 3 // El Salvador
replace polar = 1.25 if pais == 4 // Honduras
```

```

replace polar = 6.24 if pais == 5 // Nicaragua
replace polar = 0.47 if pais == 6 // Costa Rica
replace polar = 1.88 if pais == 7 // Panama
replace polar = 3.00 if pais == 8 // Colombia
replace polar = 2.76 if pais == 9 // Ecuador
replace polar = 2.12 if pais == 10 // Bolivia
replace polar = 1.45 if pais == 11 // Peru
replace polar = 0.21 if pais == 12 // Paraguay
replace polar = 2.60 if pais == 13 // Chile
replace polar = 1.62 if pais == 14 // Uruguay
replace polar = 1.88 if pais == 15 // Brazil
replace polar = 0.77 if pais == 16 // Venezuela
replace polar = 0.80 if pais == 17 // Argentina
label variable polar "Polarização"
label values polar polar

```

* Volatilidade eleitoral - presidente

gen volatilidade=.

```

replace volatilidade = 17.12 if pais == 1 // Mexico
replace volatilidade = 60.9 if pais == 2 // Guatemala
replace volatilidade = 11.78 if pais == 3 // El Salvador
replace volatilidade = 42.01 if pais == 4 // Honduras
replace volatilidade = 27.34 if pais == 5 // Nicaragua
replace volatilidade = 19.3 if pais == 6 // Costa Rica
replace volatilidade = 9.42 if pais == 7 // Panama
replace volatilidade = 84.1 if pais == 8 // Colombia
replace volatilidade = 36.5 if pais == 9 // Ecuador
replace volatilidade = 24.82 if pais == 10 // Bolivia
replace volatilidade = 40.95 if pais == 11 // Peru
replace volatilidade = 36.69 if pais == 12 // Paraguay
replace volatilidade = 24.7 if pais == 13 // Chile
replace volatilidade = 8.33 if pais == 14 // Uruguay
replace volatilidade = 18.4 if pais == 15 // Brazil
replace volatilidade = 4.64 if pais == 16 // Venezuela
replace volatilidade = 52.2 if pais == 17 // Argentina
label variable volatilidade "Volatilidade"
label values volatilidade volatilidade

```

* Estrutura da competição pela presidência

gen estrutcomp=.

```

replace estrutcomp = 0 if pais == 1 // Mexico
replace estrutcomp = 1 if pais == 2 // Guatemala
replace estrutcomp = 0 if pais == 3 // El Salvador
replace estrutcomp = 0 if pais == 4 // Honduras
replace estrutcomp = 0 if pais == 5 // Nicaragua
replace estrutcomp = 0 if pais == 6 // Costa Rica
replace estrutcomp = 1 if pais == 7 // Panama
replace estrutcomp = 1 if pais == 8 // Colombia
replace estrutcomp = 0 if pais == 9 // Ecuador
replace estrutcomp = 0 if pais == 10 // Bolivia
replace estrutcomp = 1 if pais == 11 // Peru
replace estrutcomp = 1 if pais == 12 // Paraguay
replace estrutcomp = 0 if pais == 13 // Chile
replace estrutcomp = 0 if pais == 14 // Uruguay
replace estrutcomp = 0 if pais == 15 // Brazil
replace estrutcomp = 1 if pais == 16 // Venezuela
replace estrutcomp = 1 if pais == 17 // Argentina

```

```
label variable estrutcomp "Estrutura da competição pela presidência"
label values estrutcomp estrutcomp
* 0 = fechado, 1 = aberto
```

```
* Taxa de desemprego
gen desemprego=.
replace desemprego = 3.13 if pais == 1 // Mexico
replace desemprego = 2.30 if pais == 2 // Guatemala
replace desemprego = 8.93 if pais == 3 // El Salvador
replace desemprego = 6.68 if pais == 4 // Honduras
replace desemprego = 17.0 if pais == 5 // Nicaragua
replace desemprego = 5.98 if pais == 6 // Costa Rica
replace desemprego = 14.0 if pais == 7 // Panama
replace desemprego = 10.46 if pais == 8 // Colombia
replace desemprego = 8.23 if pais == 9 // Ecuador
replace desemprego = 6.60 if pais == 10 // Bolivia
replace desemprego = 7.50 if pais == 11 // Peru
replace desemprego = 5.45 if pais == 12 // Paraguay
replace desemprego = 5.60 if pais == 13 // Chile
replace desemprego = 9.47 if pais == 14 // Uruguay
replace desemprego = 6.50 if pais == 15 // Brazil
replace desemprego = 10.37 if pais == 16 // Venezuela
replace desemprego = 10.10 if pais == 17 // Argentina
label variable desemprego "Taxa de desemprego"
label values desemprego desemprego
```

```
* Lista aberta
gen listaaberta=.
replace listaaberta = 0 if pais == 1 // Mexico
replace listaaberta = 0 if pais == 2 // Guatemala
replace listaaberta = 1 if pais == 3 // El Salvador
replace listaaberta = 0 if pais == 4 // Honduras
replace listaaberta = 0 if pais == 5 // Nicaragua
replace listaaberta = 0 if pais == 6 // Costa Rica
replace listaaberta = 0 if pais == 7 // Panama
replace listaaberta = 1 if pais == 8 // Colombia
replace listaaberta = 1 if pais == 9 // Ecuador
replace listaaberta = 0 if pais == 10 // Bolivia
replace listaaberta = 1 if pais == 11 // Peru
replace listaaberta = 0 if pais == 12 // Paraguay
replace listaaberta = 1 if pais == 13 // Chile
replace listaaberta = 0 if pais == 14 // Uruguay
replace listaaberta = 1 if pais == 15 // Brazil
replace listaaberta = 0 if pais == 16 // Venezuela
replace listaaberta = 0 if pais == 17 // Argentina
label variable listaaberta "Tipo de lista (referência = lista fechada)"
label values listaaberta listaaberta
```

```
* Candidaturas avulsas
gen candavulsas=.
replace candavulsas = 1 if pais == 1 // Mexico
replace candavulsas = 0 if pais == 2 // Guatemala
replace candavulsas = 1 if pais == 3 // El Salvador
replace candavulsas = 1 if pais == 4 // Honduras
replace candavulsas = 0 if pais == 5 // Nicaragua
```

```

replace candavulsas = 0 if pais == 6 // Costa Rica
replace candavulsas = 1 if pais == 7 // Panama
replace candavulsas = 1 if pais == 8 // Colombia
replace candavulsas = 1 if pais == 9 // Ecuador
replace candavulsas = 1 if pais == 10 // Bolivia
replace candavulsas = 1 if pais == 11 // Peru
replace candavulsas = 1 if pais == 12 // Paraguay
replace candavulsas = 1 if pais == 13 // Chile
replace candavulsas = 0 if pais == 14 // Uruguay
replace candavulsas = 0 if pais == 15 // Brazil
replace candavulsas = 1 if pais == 16 // Venezuela
replace candavulsas = 0 if pais == 17 // Argentina
label variable candavulsas "Permissão de candidaturas avulsas (1 = permite)"
label values candavulsas candavulsas

```

* Clivagem étnica

gen clivagem=.

```

replace clivagem = 54 if pais == 1 // Mexico
replace clivagem = 51 if pais == 2 // Guatemala
replace clivagem = 20 if pais == 3 // El Salvador
replace clivagem = 19 if pais == 4 // Honduras
replace clivagem = 48 if pais == 5 // Nicaragua
replace clivagem = 24 if pais == 6 // Costa Rica
replace clivagem = 55 if pais == 7 // Panama
replace clivagem = 60 if pais == 8 // Colombia
replace clivagem = 66 if pais == 9 // Ecuador
replace clivagem = 74 if pais == 10 // Bolivia
replace clivagem = 66 if pais == 11 // Peru
replace clivagem = 17 if pais == 12 // Paraguay
replace clivagem = 19 if pais == 13 // Chile
replace clivagem = 25 if pais == 14 // Uruguay
replace clivagem = 54 if pais == 15 // Brazil
replace clivagem = 50 if pais == 16 // Venezuela
replace clivagem = 26 if pais == 17 // Argentina
label variable clivagem "Índice de clivagem étnica (varia de 0 a 100)"
label values clivagem clivagem

```

* ANÁLISES

* ATUALIZAR *****

* Descritivas nível 1

```

svy: mean idpart, over(pais)
svy: mean votocoerente, over(pais)
svy: tab pais idade, row
svy: mean urbano, over(pais)
svy: mean escol, over(pais)
svy: mean intpol, over(pais)
svy: mean efext, over(pais)
svy: mean efint, over(pais)
svy: mean avsoc, over(pais)
svy: mean avpre, over(pais)

```

* Descritivas nível 2

```
svy: mean candavulsas, over(pais)
svy: mean frag, over(pais)
svy: mean polar, over(pais)
svy: tab pais estrutcomp, row
svy: tab pais lista, row
```

```
* CORRELAÇÃO DE TUDO *****
```

```
* Correlação entre variáveis nível 2
```

```
pwcorr estrutcomp frag polar, sig // Nível 2 relativas Sist. Partidário
```

```
pwcorr frag polar estrutcomp listaaberta candavulsas desemprego clivagem, sig // Todas Nível 2
```

```
* Correlação entre variáveis nível 1
```

```
pwcorr homem idade urbano escol intpol efeit efint avsoc avpre, sig
```

```
* Correlação geral
```

```
pwcorr idpart votocoerente pais frag polar estrutcomp listaaberta candavulsas desemprego clivagem homem
idade urbano escol intpol efeit efint avsoc avpre, sig
```

```
* Regressão logística (nível 1)
```

```
svy: logistic idpart homem i.idade urbano escol intpol efeit efint avsoc avpre
```

```
*****
```

```
* Regressão com modelo hierárquico (nível 1 + nível 2)
```

```
*****
```

```
*****
```

```
* IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA
```

```
*****
```

```
**** Instalando outreg2
```

```
// Não é um comando, é um procedimento que necessita de instalação APENAS NO PRIMEIRO USO
```

```
ssc install outreg2
```

```
* Modelo só com variáveis do sistema eleitoral
```

```
xtmelogit idpart homem i.idade urbano escol intpol efeit efint avsoc avpre listaaberta candavulsas ///
```

```
|| pais:, cov(un) mle or
```

```
outreg2 using tab_idpart.doc, replace ctitle(Model 1) bdec(2) sdec(3) eform
```

```
* Modelo só com variáveis do sistema partidário
```

```
xtmelogit idpart homem i.idade urbano escol intpol efeit efint avsoc avpre frag polar ///
```

```
estrutcomp || pais:, cov(un) mle or
```

```
outreg2 using tab_idpart.doc, append ctitle(Model 2) bdec(2) sdec(3) eform
```

```
* Modelo completo (sistema eleitora + sistema partidário + controles)
```

```
xtmelogit idpart homem i.idade urbano escol intpol efeit efint avsoc avpre frag polar ///
```

```
estrutcomp listaaberta candavulsas desemprego clivagem || pais:, cov(un) mle or
```

```
outreg2 using tab_idpart.doc, append ctitle(Model 3) bdec(2) sdec(3) eform
```

```
estat summarize // Sumariza a regressão
```

```
estat vce // matriz de covariância
```

*** VOTO COERENTE**

*** Modelo só com variáveis do sistema eleitoral**

xtmelogit votocoerente homem i.idade urbano escol intpol efext efint avsoc avpre listaaberta candavulsas ///

|| pais:, cov(un) mle or

outreg2 using tab_votopart.doc, replace ctitle(Model 1) bdec(2) sdec(3) eform

*** Modelo só com variáveis do sistema partidário**

xtmelogit votocoerente homem i.idade urbano escol intpol efext efint avsoc avpre frag polar ///

estrutcomp || pais:, cov(un) mle or

outreg2 using tab_votopart.doc, append ctitle(Model 2) bdec(2) sdec(3) eform

*** Modelo completo (sistema eleitora + sistema partidário + controles)**

xtmelogit votocoerente homem i.idade urbano escol intpol efext efint avsoc avpre frag polar ///

estrutcomp listaaberta candavulsas desemprego clivagem || pais:, cov(un) mle or

outreg2 using tab_votopart.doc, append ctitle(Model 3) bdec(2) sdec(3) eform

estat summarize // Sumariza a regressão

estat vce // matriz de covariância

*** Calculo do ICC**

xtmelogit votocoerente || pais:, cov(un) mle or

estat icc

xtmelogit idpart || pais:, cov(un) mle or

estat icc

log close